



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**Importância Geopolítica da Região do Golfo da
Guiné no Quadro da Defesa e da Segurança. Pa-
ra uma Estratégia Marítima Integrada**

Nome do Mestrando: Rita Suriana Amaro Gaspar

Orientação: Marco António Gonçalves Barbas Batista
Martins

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2013

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS -----	III
LISTA DE TABELAS -----	IV
LISTA DE ABREVIATURAS -----	V
RESUMO -----	IX
CAPÍTULO 1 - DA DEFESA E SEGURANÇA COLETIVA À SEGURANÇA COOPERATIVA -----	1
1.1. DEFESA COLETIVA -----	1
1.2. SEGURANÇA COLETIVA -----	3
1.3. SEGURANÇA EM CONCERTO-----	13
1.4. SEGURANÇA COOPERATIVA -----	15
1.5. SEGURANÇA, DEFESA NACIONAL-----	17
1.6. DEFESA, SEGURANÇA E REGIONALISMO -----	25
1.7. A NATUREZA DO CONFLITO E O PAPEL DOS RECURSOS NATURAIS-----	27
CAPITULO 2 – OS VECTORES GEO-ESTRATEGICOS DO GOLFO DA GUINÉ: AMEAÇA POLITICA, ECONÓMICA E AMBIENTAL -----	36
2.1. O QUADRO GEOPOLÍTICO DA REGIÃO-----	37
2.1.1. Ameaças Políticas-----	40
2.1.2. Ameaças Económicas-----	45
2.1.2.1. Caça Furtiva -----	46
2.1.2.2. Pirataria-----	46
2.1.2.3 Contrabando -----	49
2.1.2.4. Vandalismo de oleoduto e sabotagem -----	50
2.1.2.5. Tráfico de droga-----	50
2.1.3 Ameaças Ambientais-----	52
CAPITULO 3 - OS INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO DA REGIÃO -----	52
3.1. COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÀFRICA OCIDENTAL (CEDEAO/ ECOWAS)-----	53
3.2. A COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÀFRICA CENTRAL (CEEAC)-----	57
3.4. A CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA E DE ESTABILIDADE NA REGIÃO DA CEDEAO, CEEAC E NO GOLFO DA GUINÉ-----	65
3.5. A PRESENÇA DE ANGOLA NOS MECANISMOS DE DEFESA E SEGURANÇA DA CEEAC-----	66
3.6. OS OBJETIVOS PERSEGUIDOS POR ANGOLA COM A SUA PARTICIPAÇÃO NOS MECANISMOS DE DEFESA E SEGURANÇA DA CEEAC E NA CGG -----	70
CAPITULO 4 – PARA UMA ESTRATÉGIA MARÍTIMA INTEGRADA -----	72

4.1. FATORES ESTRATÉGICOS -----	73
4.2. POTENCIALIDADES DO MAR/ DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA-----	75
4.3. O PROTOCOLO RELATIVO À SEGURANÇA DOS INTERESSES VITAIS MARÍTIMOS DOS ESTADOS DA CEEAC DO GOLFO DA GUINÉ. -----	81
4.4. ESTRATÉGIA REGIONAL DAS GRANDES POTÊNCIAS -----	84
CONCLUSÕES -----	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	97

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Redefinição do Conceito de Segurança -----	11
Figura 2 - Trafico de Armas de Fogo na África Ocidental-----	45
Figura 3 - Atos de pirataria conduzidos ao largo da Costa do Benim no ano de 2011 -----	47
Figura 4 - Rota do Narcotráfico-----	51
Figura 5 - Sigla da CEDEAO -----	54
Figura 6 - Sigla da CEEAC-----	58
Mapa 1- Países Produtores de Petróleo -----	31
Mapa 2 - África -----	34
Mapa 3 - Região do Golfo da Guiné -----	37
Mapa 4 - Mapa dos Recursos Naturais-----	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Percepção da Corrupção (IPC) *	32
Tabela 2- Fluxos de IDE para as Regiões Africanas (Mil milhões de USD, a preços correntes)	87

LISTA DE ABREVIATURAS

A

ADM Armas de Destruição Maciça

AFRICOM United States African Command (Commando Africano)

AIE Administração de Informação sobre Energia

ASEAN Association of Southeast Asian Nations (Associação das Nações do Sudeste Asiático).

B

BP British Petroleum

C

CEWS Continental Early Warning System

CEEAC Comunidade Económica dos Estados da África Central

CEDEAO Comunidade dos Estados da África Ocidental

CGG Comissão do Golfo da Guiné

CRESMAC Centro Regional de Segurança Marítima da África Central

CSNU Conselho de Segurança das Nações Unidas

COPAX Conselho de Paz e Segurança da CEEAC

COM Centros Operacionais da Marinha

CMC Centros Multinacionais de Coordenação

CMS Conselho de Segurança e Mediação

CNUCED Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

CNUDM Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar

CEDEAO Comunidade Económica dos Estados à África Ocidental

CGG Comissão do Golfo da Guiné

CS Conselho de Segurança

E

EIA Energy Information Administration

EUA Estados Unidos da América

F

FMI Fundo Monetário Internacional

FOMAC Força Multinacional da África Central

FOMUC Force Multinationale Centre Afriquene

G

GM Guerra Mundial

GF Guerra Fria

GG Golfo da Guiné

I

IESM Instituto de Estudos Superiores Militares

IDE Investimento direito estrangeiro

ISDSC State Defence and Security Committee

IPA Internacional Peace Academy

L

LCM Linha de Comunicação Marítima

M

Mb/d Milhões de barris/dia

MARAC Mecanismo de Alerta Rápido da África Central

MICOPAX Missão da Comunidade Económica dos Estados da África Central para a Consolidação da Paz na República Centro-Africano

N

NATO/OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte

NCS Novo Conceito de Segurança

NEPAD New Partnership for African Development

NSS National Security Strategy (Estratégia de Segurança Nacional)

N.U Nações Unidas

O

OCDE Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMI Organização Marítima Internacional

ONU Organização das Nações Unidas

OPEP Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte

ORA Organizações Regionais Africanas

OUA Organização da União Africana

P

PIB Produto Interno Bruto

PNB Produto Nacional Bruto

PCASED Programa para a Cooperação e Assistência para a Segurança e Desenvolvimento

R

RPC República Popular da China

RCA República Centro African

RDC República Democrática do Congo

S

SI Sistema Internacional

SDN Sociedade das Nações

SMC Comité Permanente Marítimo

U

UA União Africanç2a

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

US United States

USAID Agência para o Desenvolvimento Internacional

USD Dólares Americanos

Z

ZOPACAS Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

RESUMO

Importância Geopolítica da Região do Golfo da Guiné no Quadro da Defesa e da Segurança. Para uma Estratégia Marítima Integrada

O Golfo da Guiné é um espaço de confluência de interesses, preocupações em virtude das potencialidades de recursos energéticos que esta zona oferece, porém que transpira instabilidade, traduzidos em terrorismo, atos de pirataria, a exploração ilícita de recursos naturais, imigração clandestina e tráfico ilícito, decorrente das assimetrias económicas, sociais e políticas que se verificam na região e potenciam dificuldades em estabelecer a melhor estratégia marítima de Defesa e Segurança.

Este trabalho procura responder à pergunta: “**Que estratégias devem ser implementadas pelas Organizações Regionais Africanas do Golfo da Guiné para promoverem a Defesa e Segurança efetiva na Região?**” Essas estratégias deverão estar ao alcance das organizações regionais e incidir nas dimensões: política, militar, económica, social e ambiental.

Palavras-chave: CEDEAO, CEEAC, Defesa, Segurança, Golfo de Guiné.

ABSTRACT

Geopolitical Importance in the Region of the Gulf of Guinea within the framework of Defense and Security. For an integrated maritime strategy

The Gulf of Guinea is an area of confluence of interests, concerns, starting in virtue of the potential of energy resources that this area offers, but that exudes instability translated into terrorism, acts of piracy, the illegal exploitation of natural resources, illegal immigration and trafficking, resulting from economic, social and political asymmetries that exist in the region and intensifying difficulties in establishing the best strategy for maritime defense and security. This paper seeks to answer the question: **What strategies should be implemented by Regional Organizations African Gulf of Guinea to promote effective defense and security in the region?** These strategies should be within the reach of regional and focus on dimensions: political, military, economic, social and environmental.

Keywords: ECOWAS, ECCAS, Defense, Security, Gulf of Guinea.

DEDICATÓRIA

Uma terra para dois povos, a ‘terra prometida’ tornou-se o local de todos os excessos e de todas as paixões. E, também, o de todas as violências”.

ALEXANDRE, José António

AGRADECIMENTOS

Por dever de justiça, desejo formalmente expressar profunda gratidão e o meu reconhecimento às personalidades e Instituições abaixo relevadas, pelos valiosos contributos que me proporcionaram para a elaboração deste trabalho de investigação, o qual materializa a Dissertação de Mestrado em Defesa e Segurança na Região do Golfo da Guiné.

À minha Mãe que, desde muito cedo, me ensinou a importância de estar permanentemente disponível, a ouvir, observar e considerar os ensinamentos de todos com quem interagisse, alertando-me para que, inclusive, o nosso conhecimento é incrementado com os exemplos que consideremos negativos. Ao meu querido filho Rivaldo David Gaspar Brandão, a quem devo o seu permanente incentivo, e que muitas das vezes reclamou a minha ausência devida não só à minha profissão mais, concomitantemente, a este trabalho.

Ao meu grande amigo e Diretor, General José Luís Caetano Higinio de Sousa “Zé Grande”, pelo constante estímulo, disponibilidade e apoio ao longo destes dois anos, pois o apreço e amizade permitiu em momentos mais difíceis, reunir propósitos e incentivos, mostrando-me que “o caminho se faz dando passos um após o outro”, pois sem ele jamais seria possível concretizar este Mestrado.

Ao Chefe da Direção Principal de Preparação de Tropas e Ensino do Estado Maior General das Forças Armadas Angolana, que com a sua atenção e apoio financeiro permitiu a finalização deste Mestrado.

Ao Capitão-de-mar-e-guerra Kamaphlyka Vasco António Mendes, companheiro das comissões de Defesa e Segurança da Região do Golfo da Guiné, que com a sua experiência e sapiência conseguiu transmitir todo o seu conhecimento adjacente a esta região.

Por fim, mas não devido a menor reconhecimento, mas porque os últimos são também os primeiros, ao Professor Doutor Marco António Gonçalves Barbas Batista Martins, meu orientador científico na Dissertação, pela total disponibilidade manifestada e constante incentivo para a elaboração deste trabalho, assim como pelas suas imprescindíveis orientações.

INTRODUÇÃO

O século XXI é caracterizado pela emergência de uma Nova Ordem Mundial com o surgimento de desafios securitários, bem como novas ameaças transnacionais ligadas a fenômenos como o terrorismo, criminalidade organizada, pirataria, proliferação ilícita de armas, tráfico de drogas e de pessoas e por uma crescente complexidade das Relações Internacionais.

O aumento das ameaças à segurança transnacional refletem numerosas mudanças econômicas, sociais e políticas que têm ocorrido no mundo desde o final da Guerra-Fria. Com efeito, as novas ameaças transnacionais exigem um engajamento por parte da sociedade internacional, bem como a reformulação e análise relativo às questões de Defesa e Segurança, principalmente das regiões de interesse estratégico como a Região do Golfo da Guiné.

Tanto a Defesa como a Segurança apesar de ter sido uma das principais preocupações do ser humano desde os primórdios da civilização e, inerentemente, é um dos temas principais da atualidade. Num mundo marcado por interesses geopolíticos e geoestratégicos das grandes potências, bem como do posicionamento dos seus diferentes atores, torna-se imperativo os cuidados e uma capacidade inovadora de perceber, na hora, os jogos de interesses de cada momento.

O presente estudo vai abordar o tema *“Importância Geopolítica da Região do Golfo da Guiné no Quadro da Defesa e da Segurança. Para uma Estratégia Marítima Integrada”*. O referido estudo centra-se nos problemas que têm origem na excessiva dependência dos Estados em relação aos combustíveis fósseis, especialmente o petróleo, e nos prováveis conflitos daí resultantes, refletindo sobre as possíveis estratégias dos estados em prol da segurança regional em África, nomeadamente na Região do Golfo da Guiné.

Os principais objetivos que nos propusemos alcançar com a realização desta dissertação estão essencialmente ligados ao fato da Plataforma Marítima da Região do Golfo da Guiné ser considerado como uma prioridade na agenda das grandes potências mundiais, nomeadamente os EUA e a China, sendo alvo de iniciativas e programas de apoio de promoção da Segurança, estabilidade e desenvolvimento, uma vez que os problemas que emanam deste continente afetam a Segurança e estabilidade do mundo. Pois, a maioria dos países

africanos está em constante conflito, e são alvos de ameaças internas e externas (a pobreza, a criminalidade organizada e instituições estatais fracas) que afetam a sua estabilidade e segurança, dificultando o desenvolvimento e progresso.

Por conseguinte, e tendo em consideração ser uma Região da qual existe uma ameaça emergente, em consequência do aumento dos fenómenos das ameaças marítimas particularmente no corredor marítimo da Nigéria, Camarões e Guiné Equatorial, pelo que este fato, exige uma estratégia marítima integrada de forma a manter a segurança.

Considerámos que seria uma oportunidade ideal para aprofundarmos o nosso conhecimento da história dos vários Estados pertencentes a Região do Golfo da Guiné, e que historicamente parece ter estado imbuído em consternação e conflito.

Para realizar o presente estudo houve necessidade de utilizar fontes documentais primárias, as quais são emanadas a partir de órgãos do poder (documentação institucional, legislação, lei fundamental do Estado), secundárias e terciárias.

No tocante às fontes primárias, nomeadamente à legislação aplicada às Organizações Inter-regionais que os países pertencentes ao Golfo da Guiné fazem parte, tivemos acesso não apenas a internet, como também a informação institucional-legal disponível para consulta para desenvolver a dissertação.

As fontes secundárias utilizadas incidiram em artigos de periódicos especializados, artigos de imprensa, atas, relatórios de reuniões, acordos de cooperação, monografias, artigos científicos, obras académicas e outros contributos que sobre o tema têm vindo a ser desenvolvidos.

Procedeu-se a uma pesquisa qualitativa, recorrendo à análise documental e que incidiu sobre as fontes consultadas. Procurámos desenvolver uma análise crítica, sobretudo no que se refere aos documentos oficiais nas fontes primárias. No que concerne a teses de mestrado e de doutoramento consultados, que contribuiriam bastante para nos ajudar a definir os limites do nosso trabalho, na medida em que neles encontramos não só um enquadramento teórico-conceitual que traça os antecedentes do problema que procurámos estudar e, sobre-

tudo, as alternativas já experimentadas, fato que nos permitiu auferir sobre a pertinência e inovação da proposta perspetivada neste estudo.

Tendo por base o conhecimento adquirido em reuniões, conferências cujos temas abordam questões ligadas a região do Golfo da Guiné, irá proceder-se à pesquisa qualitativa em diversas fontes e, depois da análise aos dados recolhidos, segue-se a importante fase da aferição da verosimilhança e veracidade dos mesmos, através do seu controlo com outras fontes.

Por conseguinte, e tendo em consideração as ameaças existentes na região, a investigação será centrada na resposta à seguinte questão central: **“Que estratégias devem ser implementadas pelas Organizações Regionais Africanas dos países pertencentes ao Golfo da Guiné para promoverem a Defesa e a Segurança efetiva na Região?”** Para responder à mesma, considerámos que deveríamos procurar, previamente, materializadas por igual número de questões derivadas/subsidiárias (QD), a cada uma das quais foi ligada uma hipótese que se procurará controlar.

QD1: Como se caracteriza o atual conceito de Segurança e qual o papel das operações militares na atualidade face à evolução do conceito de Segurança?

Hipótese 1 - A complexidade do ambiente estratégico impôs um conceito de Segurança abrangente, e o ambiente operacional complexo e abrangente exige a cooperação entre atores, convocando operações militares expedicionárias, conjuntas, combinadas e interações, tendo capacidade para trabalhar com o instrumento civil.

QD2: Que causas institucionais e instrumentais estão na origem da continuação da instabilidade desta região, após os vários acordos e protocolos firmados no espaço regional?

Hipótese 2 – O desalinhamento entre o acordado e os objetivos estratégicos das várias organizações pertencentes a este espaço regional (CEDEAO, CEEAC, CGG), conjugado com a análise das lideranças políticas das mesmas e a ausência de estratégia conjugada, justifica a continuação da instabilidade no espaço do Golfo da Guiné?

QD3: As ameaças marítimas na região tornam o futuro regional previsível?

Hipótese 3 – Não. Pois o futuro da estabilidade regional dependerá sobre tudo da compatibilização dos interesses regionais, bem como do das grandes potências.

O trabalho foi articulado em quatro (4) partes. A primeira essencialmente de cariz concetual e teórica, em que se aborda inicialmente a contextualização e interligação dos fatores de “Defesa” e “Segurança” no contexto da cooperação e da coletividade dos atores na arena internacional. Posteriormente se desenvolve a temática do regionalismo e da Segurança e Defesa Nacional.

O segundo capítulo iremos nos debruçar relativamente a presença de Angola nos mecanismos de Defesa e Segurança destas organizações, bem como nos instrumentos de cooperação da região do Golfo da Guiné com principal incidência às organizações regionais africanas, nomeadamente a CEDEAO, CEEAC e CGG.

Num terceiro capítulo, debruça-se sobre os vetores geoestratégicos do Golfo da Guiné, a conflitualidade que gera em torno dos recursos, bem como as principais ameaças políticas, económicas e ambientais que a região está sujeita.

Por fim, no último capítulo perspetivam-se cenários que podem ocorrer para a estratégia marítima integrada, tendo em conta os fatores estratégicos e as potencialidades do mar como fatores de desenvolvimento da região. Encerraremos o trabalho com a apresentação das conclusões da investigação bem como, com as recomendações que se nos afigurem pertinentes.

Capítulo 1 - Da Defesa e Segurança Coletiva à Segurança Cooperativa

Desde o início da investigação foi possível, constatar que muitos eram os conceitos e as noções que tínhamos necessidade de operacionalizar para que o estudo pudesse tornar-se o mais claro, coerente e lógico possível. *“A tarefa da conceptualização não é nem finita, nem rígida: isto é, os conceitos ou ideias não são apenas palavras, mas coisas vivas, valores que temos de cumprir que se vão concretizando ao longo do processo de pesquisa”*¹.

É fundamental, que os conceitos utilizados ao longo do trabalho não sejam confundidos ou definidos de modo contrário aquele que é o significado atribuído no âmbito desta investigação, uma vez que para alguns conceitos existe uma multiplicidade de definições propostas.

Passamos deste modo a analisar e caracterizar os conceitos, que consideramos desde já nucleares para a nossa investigação.

1.1. Defesa Coletiva

A defesa coletiva consiste na busca por parte dos estados em estabelecer alianças militares e balança de poder foi o termo usado para definir como as relações entre estados eram feitas, ou seja, eram os artifícios usados nas Relações Internacionais durante o séc. XIX e parte do séc. XX, até a 2ª Guerra Mundial.

*“O Concerto Europeu revelou-se um mecanismo idôneo à permanência da estabilidade do sistema de governos monárquicos, ainda que não possa ser entendido como modelo de Segurança Coletiva”*²

¹ MALTEZ, José Adelino - *Princípios de Ciência Política Introdução à Teoria Política*. 2ª ed. ISCSP, Lisboa, 1996, p. 52.

² ELIAS, F. L. - *A segurança coletiva internacional pós-intervenção do Iraque*. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Direito Internacional, 2004, p. 376.

O concerto Europeu³ criou um sistema de consultas regulares entre as grandes potências europeias, sempre que o sistema tivesse em crise, as relações de poder e a sua maximização como forma de garantir a sobrevivência. Este modelo alicerçou o sistema de alianças no contexto europeu pós napoleónico.

“A defesa coletiva compreendia as estruturas criadas por estados, através das quais os atores aliavam-se a nível regional contra uma ameaça latente ou inimigo comum, cuja capacidade de resposta não era possível para apenas um estado isoladamente. Para Robert Osgood, este mecanismo é um acordo formal que compromete os estados envolvidos a congregar as suas capacidades militares contra outros estados/estado”⁴.

É necessário verificar que estas alianças eram maioritariamente militares e dois ou mais estados uniam-se contra um inimigo externo e raramente contemplavam mecanismos de resolução de conflitos face às ameaças internas (sendo esta a principal nuance face ao mecanismo de segurança coletiva).

Acresce referir que estas alianças podem ser alimentadas por razões de natureza política (os estados aliam-se uns aos outros para preservar ou defender determinado *status quo*) ou de natureza militar (quando um estado não tem capacidade de se opor a ameaça de outro estado).

De acordo com estudos efetuados pela escola realista na qual a sobrevivência e segurança dos estados assentam na maximização do poder pela competição e rivalidade permanente no ambiente internacional, ou seja, alimentado pela “*realpolitik*”⁵ na perspetiva da segurança dos estados, consubstanciada na capitalização dos interesses políticos de aumento de poder e influência sobre outras unidades políticas.

³ A expressão “Concerto Europeu”, utilizada ainda até aos dias de hoje no contexto das Relações Internacionais, deriva do Tratado de Chaumont (1 de Março de 1840), que resulta da aliança formada pela Áustria, Inglaterra, Prússia contra Napoleão de forma a garantir um equilíbrio na balança de poder.

⁴ Cit. por Snyder, Craig A. - **Contemporary Security and Strategy**, Macmillan Press, 1999, p.105.

⁵ Henry Kissinger conceitua Realpolitik como sendo a política exterior baseada em avaliações de poder e interesse nacional. KISSINGER, Henry - **Diplomacia**. 3ª ed. Lisboa. Editora Gradiva, 2007.

Após a guerra de 1939-45, no período da Guerra-Fria, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO)⁶ e o Pacto de Varsóvia⁷ constituíram-se nas duas grandes e poderosas alianças militares, sob liderança e proteção dos EUA e URSS, respetivamente, em que um ataque a um país (de cada um dos blocos) corresponderia um ataque a todos os países do bloco, sendo a resposta coletiva, ou seja, de todos os estados parte do bloco. Este período pós-guerra levou a criação de inúmeras alianças e pactos militares, com destaque para às principais superpotências em conflito.

Apartir deste momento a conduta dos estados não se centra apenas na capacidade de manter a sua Segurança, mas sobre tudo na preocupação em garantir a segurança da coletividade, pois uma segurança centrada apenas no próprio estado pode ameaçar a estabilidade internacional como resultados das desconfianças e do “*dilema de segurança*”.

1.2. Segurança Coletiva

O conceito de Segurança é algo bastante subjetivo, pois não existe uma definição que se possa considerar consensual. Contudo, é indestemível que esta tem sofrido alterações ao longo dos tempos, pois resultam da turbulência e da instabilidade originada pela globalização.

O termo segurança é uma constante no desenvolvimento do ser humano desde a antiguidade, podemos definir segurança segundo o grande dicionário enciclopédico como o “(...) *ato ou efeito de segurar...*” que significa sem preocupações, e cuja terminologia aponta no propósito de se “... *ocupar de si mesmo*”, indicando uma situação individual de estar livre de qualquer perigo.

Segundo Tunkin (1986:304) a:

⁶Por vezes chamada Aliança Atlântica, é uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte que foi assinado em 4 de Abril de 1949. A organização constitui um sistema de defesa coletiva na qual os seus Estados-membros concordam com a defesa mútua em resposta a um ataque por qualquer entidade externa.

⁷ Pacto de Varsóvia ou Tratado de Varsóvia foi uma aliança militar formada em 14 de Maio de 1955, pelos países socialistas do Leste Europeu e pela União Soviética, países estes que também ficaram conhecidos como bloco socialista. O tratado correspondente foi firmado na capital da Polónia, Varsóvia, e estabeleceu o alinhamento dos países membros com Moscovo, estabelecendo um compromisso de ajuda mútua em caso de agressões militares. DIÁRIO UNIVERSAL – Diário Universal [em linha]. Lisboa: act. 2004. [consult.22.11.2013] Disponível na Internet <URL <http://www.diario-universal.com/2007/05/aconteceu/o-pacto-de-varsovia/>>.

*“Segurança coletiva significa um sistema de medidas conjuntas dos estados de todo o mundo ou de uma certa zona geográfica adaptadas com a finalidade de impedir e eliminar as ameaças à paz, reprimir os atos de agressão ou outras formas de violação da paz. Depois da Guerra Fria os estados começaram a ver a segurança de um terceiro estado relacionada com a sua, ou seja a insegurança de uns poderia ser a insegurança do todo”*⁸.

A Segurança pode-se entender como um pilar, um elemento estratégico e vital para a insolvência e existência do próprio Estado, em que o social é coletivamente colocado sob a forma de segurança (num sentido lato), em que o risco potencial de um determinado acontecimento é visto como uma ameaça ao sistema securitário e ao próprio Estado.

Ao referirmos à ameaça nos remete para:

*“atos de cariz ofensivo ou a eventos que afetam significativamente os objetivos políticos de um Estado, de modo a pôr em causa a sua sobrevivência, como unidade política, ou a própria segurança internacional”*⁹

Cabral Couto define ameaça, como sendo *“qualquer acontecimento ou ação que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente é causadora de danos materiais ou morais”*, e refere que a ameaça é o *“produto de uma possibilidade por uma intenção”*¹⁰. Neste contexto, conclui-se que a ameaça está normalmente associada a uma intenção, pressupondo a existência de uma vontade antagónica entre dois ou mais atores da arena internacional.

*“A segurança vê o seu conceito alargado a domínios como a política, economia, diplomacia, os transportes e comunicações, educação, cultura, saúde, ambiente, ciência e a técnica, procurando fazer face aos riscos e ameaças, em que a vontade e os interesses particulares dos diferentes atores se manifestam neste ambiente”*¹¹.

⁸Cit.por ROBOREDO, N. - *A Evolução do Conceito de Segurança e as Implicações nas Operações Militaresno século XXI*. Lisboa: IESM, 2010.

⁹BORGES, J. V. - *Portugal e o Mediterrâneo: uma visão geopolítica*. Lisboa: Revista Segurança e Defesa Diário de Bordo, 2008.

¹⁰ COUTO, A. C. - *Uma nova base conceptual para a Estratégia*; Grandes Estrategistas Portugueses: Antologia. Lisboa: Edições Sílabo, 2007, p. 295-314.

¹¹GARCIA, F. P. - *As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados: Subsídios para o seu Estudo*. 2006, pp. 339-374.

Como refere o PNUD¹² a segurança humana transcende o conceito de segurança nacional, pelo que a segurança humana¹³ consiste de sete componentes:

- Segurança económica (garantia de um trabalho produtivo e remunerado);
- Segurança alimentar¹⁴ (acesso aos alimentos básicos);
- Segurança sanitária (proteção contra doenças);
- Segurança ambiental (propiciando um meio ambiente não prejudicial a ninguém);
- Segurança pessoal (contra violências físicas e psíquicas);
- Segurança comunitária que garanta a participação das pessoas nos grupos em que a sociedade se organiza: uma família, uma comunidade, uma organização, um grupo racial ou étnico. Estes grupos proporcionam uma identidade cultural e um conjunto de valores que dão segurança à pessoa. Fornecem também apoios práticos como a proteção aos membros mais fracos;

Segurança política (garantia do exercício da cidadania)¹⁵.

“A segurança humana é um conceito que propõe à comunidade internacional que se subsitua ao Estado quando este não promova os fins teleológicos à sua população: a segurança, o desenvolvimento, a justiça e o bem-estar. Defende que os direitos humanos se devem sobrepor ao princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados. Defende igualmente o direito e o dever de ingerência humanitária quando as populações estão em perigo e o Estado não pode ou não quer cumprir o seu dever de proteção”¹⁶.

¹² CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, Cairo, 1994 – **Relatório Final da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – Plano de Acção do Cairo**. 1994

¹³ O ser humano possui o seu próprio potencial e deve ser respeitado independentemente da sua nacionalidade, raça, género, e outra identidade, tal como define a Carta das Nações Unidas. As ameaças a sobrevivência e ao desenvolvimento contribuem diretamente para que as pessoas não atinjam este potencial nem expressem as suas capacidades. Para responder de forma efetiva a esses desafios, os Estados, as organizações e a sociedade civil, procuram integrar esforços para construir e apoiar instituições que revertam este cenário, aumentando a capacidade das pessoas. Assim surgiu epistemologicamente o conceito de “Segurança Humana” que de forma simplificada significa proteger as pessoas desenvolvendo os seus pontos fortes para que possam enfrentar as situações por si mesmas e criar sistemas políticos que permitam com que as pessoas vivam com dignidade e vejam os seus direitos básicos respeitados. Este conceito foi desenvolvido por Amartya Sen.

¹⁴ A segurança alimentar passou a constituir um dos principais eixos de utilização da comunidade Internacional na ajuda ao desenvolvimento e constitui para a qualidade de vida humana, pois constatamos que a escassez alimentar e a falta de qualidade dos produtos levam a uma subsistência e atribui para o não desenvolvimento e para a insegurança das populações.

¹⁵ Idem CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 1994: 25-38

¹⁶Cit. por ROBOREDO, N. - cit.8, p.4.

Basicamente, a segurança humana centra-se na forma como o povo vive na sociedade em que está inserido, bem como das escolhas que faz livremente e têm acesso ao mercado e oportunidades sociais. A necessidade de um conceito que ultrapassa em muito a segurança do estado, focando a segurança do indivíduo, deriva, de acordo com o PNUD, da percepção de que nos pós Guerra Fria os maiores problemas da segurança dos estados têm origem no seu interior.

“A nova ordem internacional saída do pós-guerra-fria é mais complexa e tornou obsoleto o anterior conceito de segurança, centrado na defesa territorial. Impôs um conceito de segurança abrangente onde os Estados deixaram de conseguir garantir não apenas a Segurança do seu próprio território, mas também ameaças nas fronteiras de países vizinhos. Surgiu à necessidade de atuar sobre as ameaças onde elas se desenvolvem, por vezes em locais bastante distantes do território do Estado. Não é possível suprir esta necessidade de atuação global de forma unilateral, com os Estados a atuar isoladamente”¹⁷.

Os idealistas afirmavam que um Estado ao reduzir as ameaças externas ao estado reduzem-se as ameaças como um todo, estes pensadores viam a segurança como

“um derivativo do poder: um ator com suficiente poder que atinja uma posição dominante adquiriria como resultado a sua Segurança. Já os idealistas tendem a ver a Segurança como a consequência da paz. Uma paz duradora proveria segurança para todos”¹⁸

Neste século em que os estados procuram garantir não apenas a segurança do seu próprio território mais, sim a segurança coletiva¹⁹ procurando resolver ameaças de carácter global, esta ação exige respostas coletivas por parte da comunidade internacional. As ações unilaterais isoladas dos Estados tornam-se ineficazes perante a complexidade do ambiente estratégico, como salienta Adriano Moreira “...sem segurança global não existe desenvolvimento mundial e sem desenvolvimento sustentado à escala universal não teremos seguran-

¹⁷Idem, ibidem

¹⁸ RUDZIT, Gunther – **O Debate Teórico em Segurança Internacional: Mudanças Frente ao Terrorismo?** Civitas Revista de Ciências Sociais. Vol.5, nº 2. 2005, p.299.

¹⁹A Carta da ONU construiu como doutrina de referência, modelo complexo de segurança coletiva que deveria ter sido cimentado por uma atitude cooperante entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e no dever de intervenção ativa de todos os membros das NU quando o pedido de assistência fosse requerido por aquele órgão.

ça no mundo...”²⁰, a partir daí a Segurança e Defesa assumiram um elevado protagonismo nos atuais sistemas das Relações Internacionais, uma vez que passaram a ser vistas como elementos estratégicos da Política Externa do Estado.

*“A cooperação ou a garantia da segurança por parte dos estados procura dar respostas multilateral aos problemas das novas ameaças através da associação de estados, formando uma autoridade supra-estatal que procura organizar uma paz comum. Essa autoridade funciona como um instrumento de segurança geral, que idealmente centraliza o uso da força. Pode eventualmente, ser criada uma força militar sob a sua dependência”*²¹

O termo segurança coletiva segundo Robert e Kingsbury (1994; 39):

*“refere-se normalmente a um sistema regional ou global, no qual cada participante aceita que a segurança de cada um deles diz respeito a todos e concorda em juntar-se à resposta coletiva que se forma para responder à agressão”*²².

Para Adriano Moreira “o ideal de segurança coletiva define-se em oposição ao sistema de alianças e busca um sistema global que funcione a favor de todos, na reação contra toda e qualquer ameaça injusta a luz do direito internacional”²³. Tudo quanto se afirma, pressupõe o ideal de “*all for one and one for all*”, consagrado por Woodrow Wilson²⁴ nos seus 14 pontos, que ambicionava substituir o sistema europeu, baseado na “*diplomacia secreta e na balança de poderes, por um sistema aberto*”, foi adotada aquando da criação da Sociedade das Nações (SDN) nos primórdios do século XX.

Os princípios básicos desta organização era o de salvaguardar a paz, com base na segurança coletiva. A organização exigia a aplicação dos mecanismos de resolução pacífica dos conflitos e tentava banir o recurso a guerra. Importa referir que a segurança coletiva procura regular os comportamentos dos estados não apenas na dissuasão aos agressores, mas

²⁰MOREIRA, A. - *Teoria das relações Internacionais*. 7ª ed., Coimbra: Ed. Almedina, 2007.

²¹ESCORREGA, L. C. - *A Segurança e os “Novos” Riscos e Ameaças*: Perspectivas Várias. Revista Militar, Setembro de 2009, p. 2491/2492.

²²ROBERTS, A. K. - *Presiding over a divided world: changing UN roles:1945-93*. Boulder. Lynne Rinner Publishers/International Peace Academy, 1994.

²³ Idem MOREIRA Adriano – cit.20, p.6.

²⁴ Woodrow Wilson (1856-1924) foi presidente dos Estados Unidos da América entre 5 de março de 1913 e 4 de março de 1921. Foi membro do partido democrático e Reitor da Universidade de Princeton, foi agraciado pelo prémio Nobel da paz em 1919. A sua visão moralista e idealista do Direito Internacional, expressa em 14 pontos da proposta de paz, inspirou a criação da “Sociedade das Nações” em 28 de Junho de 1919, com sede em Genebra (Suíça) e foi embrião da ONU.

igualmente na transformação da natureza competitiva das relações entre os estados, através da institucionalização da confiança aliviando desta forma o chamado dilema da segurança.

A segurança coletiva tenta abarcar as várias dimensões da segurança: militar, económica, ambiental, social, entre outras, tenta alterar o comportamento dos estados de uma postura competitiva para uma postura cooperativa e criar os mecanismos necessários e suficientes para diminuir as hesitações das tomadas de decisões no combate às ameaças.

O princípio da segurança coletiva (SC) pressupõe tal como o equilíbrio de poder (EP), que o poder superior de uma coletividade dissuade a agressão ou expansionismo por parte de um Estado ou mais potências. Contudo estes princípios distinguem-se pelo facto de o equilíbrio do poder assumir, no limite, como principal propósito ético a liberdade soberana na ordem internacional, e não a paz internacional. Por seu turno a SC procura erradicar a agressão, proibindo-a, ela reserva o uso legal da força ao exercício coletivo sancionatório e à legítima defesa de um membro como medida provisória.

A garantia da segurança coletiva e o respeito pela integridade territorial e política de outros estados e vista pela ONU como meio para:

*“manter a paz e a segurança internacional e para esse fim: tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer rutura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz”*²⁵

A Carta da ONU confere ao Conselho de Segurança (CS), através do seu artigo 24 no n.º 1 a responsabilidade da manutenção da paz e da segurança internacional de todos os estados, podendo desta forma agir em nome de todos os seus membros, temos o exemplo do embargo de armas e de petróleo à Serra Leoa pela resolução 1132 de 8 de Outubro de 1997 do CS, assim como restrições no deslocamento dos membros da junta militar.

²⁵GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO - Carta das Nações Unidas de 1945. [em linha]. Lisboa 1980- . [consult. 18.fev.2013]. disponível na Internet <URL <http://www.gddc.pt/apresentacao/quem-somos.html>>.

Com objetivo de adequar-se as novas ameaças a ONU tem feito intervenções um pouco por todos os continentes, intervenções que vão desde a imposição de sanções até a intervenção militar. As diversas intervenções efetuadas pela ONU podem ser sistematizadas em: apoio eleitoral, assistência humanitária, regresso de refugiados e pessoas deslocadas, bem como operações para garantir apoio em situações de catástrofe, observação e verificação de cessar-fogo, retirada de tropas estrangeiras das zonas chaves, desenvolvimento preventivo, separação de forças, estabelecimento de condições de segurança para o reabastecimento humanitário, desarmamento de forças paramilitares e unidades privadas irregulares.

OUA define Segurança em termos de proteção da paz, estabilidade e defesa de princípios da Democracia, liberdades fundamentais dos cidadãos.

João Vieira Borges relembra que

“a Segurança é hoje mais global e dinâmica e menos territorial, colocando no mesmo plano dos Estados, as Organizações Internacionais (OI), as Pessoas Coletivas não Estaduais (PCNE) e as Pessoas Singulares e utilizando de modo crescente os vetores não militares”²⁶.

Ainda segundo João Vieira Borges

“as ameaças que se colocam atualmente são sobretudo transnacionais e ultra-territoriais, este facto retira desde logo algum espaço de intervenção local e regional ao Estado como entidade soberana, e transfere parte dessa responsabilidade para as organizações internacionais capaz de coordenar e instigar a cooperação”²⁷.

A União Africana enquanto organização tem responsabilidade na manutenção da segurança regional e global. Segundo a ONU, a segurança deve caminhar muito para além da defesa armada dos territórios, uma vez que a nível regional os conflitos têm sempre ramificações que vão além das fronteiras nacionais, o que torna a situação profundamente problemática com as novas mudanças de interdependência global, continental e regional. Torna-se ne-

²⁶BORGES, J. V. – cit.9, p.4

²⁷ *Idem, ibidem*, p.28

cessário procurar soluções conjuntas que envolvam tanto os estados do continente como toda a comunidade internacional.

Com o novo fenómeno da globalização, *“a cooperação internacional entre os estados ganhou maior relevância em termos de Segurança, permitindo deste modo suprimir ameaças que encontram, nos Estados falhados, um solo fértil para se desenvolverem, bem como criar respostas para as novas ameaças que dificilmente se conseguiam com a intervenção de forma isolada dos estados. Um exemplo recente desta cooperação internacional é a “Operação Atalanta”, contra a pirataria na costa da Somália.”*²⁸

Os conflitos regionais que se registam dentro e fora das fronteiras dos países africanos são igualmente uma ameaça à estabilidade da Europa, América e Ásia, pois têm impactos diretos e indiretos nos interesses europeus. Estes, cada vez mais violentos destroem vidas e infraestruturas sociais e físicas, e podem levar ao terrorismo, a proliferação de ADM, e ao fracasso dos estados.

O fracasso dos estados é também um importante fator, que pode constituir uma ameaça à segurança africana. A má governação resultante da corrupção, do abuso de poder, e da desresponsabilização, a par das guerras civis, são fatores que podem levar ao fracasso e consequentemente à instabilidade regional.

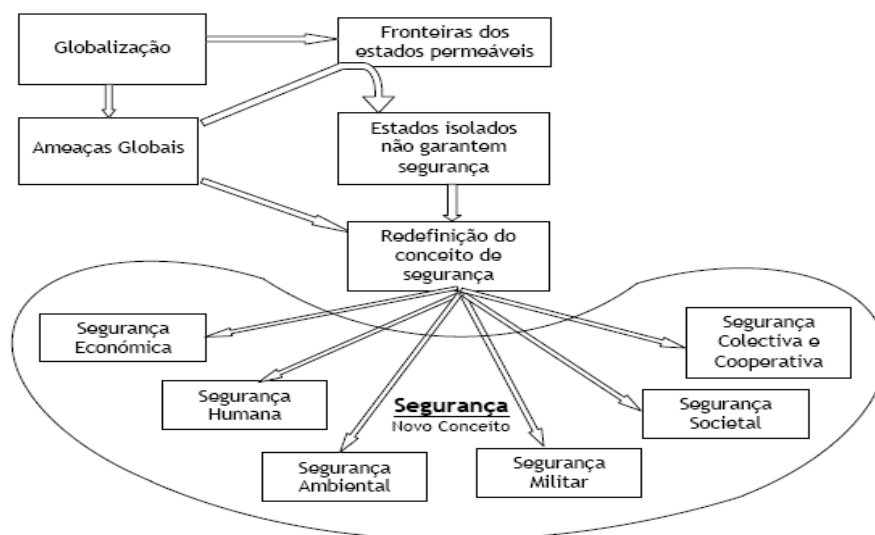
A criminalidade organizada é uma das principais ameaças à segurança interna dos países africanos. Esta manifesta principalmente em atividades de tráfico transfronteiriço de droga, de mulheres, de migrantes clandestinos e de armas.

Como é do nosso conhecimento as ameaças à segurança e as capacidades militares no atual contexto global criado a partir da queda do muro de Berlim, sendo ainda moldado pelos vários conflitos em África, este conceito abrange várias perspetivas como, por exemplo: segurança económica, segurança militar e segurança cooperativa e coletiva. No referido

²⁸ ROBOREDO, N. – cit. 8, p. 4.

estudo será abordada de forma geral às várias tipologias da segurança como se apresenta na **figura 1**.

Figura 1 - Redefinição do Conceito de Segurança



Fonte: Roboredo, N. disponível na internet <URL <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/1121>>.

Atualmente fala-se de Segurança e Defesa como um só, visto que ambas são muitas vezes usadas na busca de soluções pacíficas para os conflitos. Assim, podemos entender a Segurança num sentido lato como, um ambiente de estabilidade que o Estado se propõe alcançar de formas a manter propício o normal funcionamento das suas instituições internas.

Porém, face às ameaças globais (terrorismo internacional, o crime organizado, tráfico de armas, pessoas e de recursos) os estados por si mesmos não conseguem garantir a segurança dos seus territórios, pois estas ameaças atravessam as fronteiras dos Estados, e escapam ao seu controlo, atuando no interior do território e ultrapassando territórios transfronteiriços e de forma a:

“acautelar a redução das vulnerabilidades e preocupações do estado face às ameaças e assim permitir a preparação das estruturas apropriadas para a gestão das consequências, é uma das principais prioridades e preocupa-

ções do Estado e das Organizações de defesa e segurança coletiva ou cooperativa”²⁹.

Ao longo das últimas décadas o emprego das forças militares tem atuado como instrumento da política externa dos estados, estando inseridas em varios cenários em prol de ajudas humanitárias, a manutenção da paz mundial, bem como para edificação e consolidação das arquiteturas e defesa e segurança das principais organizações regionais no mundo com especial realce para o continente africano. Neste contexto, a “*segurança coletiva*” pode ser definida como a segurança coletivamente garantida através da cooperação dos estados membros das Organizações Regionais Africanas, nomeadamente: SADC, UA, CEDEAO, CEEAC e CGG.

A nível da UA foram criados instrumentos como o Parlamento Pan-Africano e o Conselho para a Paz e Segurança (CPS) da União Africana. O CPS está incorporado por um Sistema Continental de Alerta Prévio (CEWS) estritamente ligado às unidades de observação e monitorização das organizações regionais³⁰, como a CEDEAO e a SADC³¹. No quadro da Mediação e Resolução de Conflitos, a intervenção africana teve lugar, por exemplo, no Burundi (com mediação sul-africana), RDC, Somália e Sudão (através do IGAD³² – Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), Libéria, Serra Leoa, Costa do Marfim.

Nesta senda, cabe-nos afirmar que as organizações regionais africanas têm feito progressos na procura de soluções conjuntas para a mediação e prevenção de conflitos. A CEDEAO organização regional africana com capacidade para intervenção no campo militar, funciona como um sistema de defesa integrado, através do seu braço armado, o ECOMOG (Ecowas

²⁹BERNARDINO, Luís - *A Posição de Angola na Arquitetura de Paz e Segurança: Análise da Função Estratégica das Forças Armadas Angolanas*. ed. Almedina ,2013, p 110.

³⁰ Compete às unidades de observação e monitorização processar os dados a nível regional e transmiti-los para a sala do CEWS. O grande objetivo é simplificar e reduzir os esforços.

³¹ A SADC tem como principal objetivo promover a integração regional na África Austral, desenvolver valores políticos comuns, sistemas e instituições, promover e defender a paz, além de outros objetivos. Com efeito, a SADC é considerada o maior bloco do continente africano, possui atualmente um PIB de cerca de 350 bilhões de dólares e uma população total de mais de 230 milhões de pessoas.

³² O IGAD concentra no seio da sua organização grande parte dos Estados que tiveram conflitos regionais nesta última década na África Subsariana. Conflitos que envolveram cinco dos seus sete Estados-membros (Eritreia, Etiópia, Somália, Sudão e Uganda), razões pelas quais a dinâmica da organização em torno desta problemática está tão desenvolvida. Muitas das atividades do IGAD estão voltadas para os conflitos na Somália e atualmente no Sudão, onde conjuntamente com a União Africana, lidera as negociações relativas ao processo de paz.

Monitoring Group), interveio na Libéria (1990-1997), Serra Leoa (1993-2000) e na Guiné-Bissau (1998-1999), evoluíram posteriormente de missões de paz para campanhas militares, com a Nigéria.

A posição assumida pela CEDEAO na Costa do Marfim, para evitar o conflito militar pós-eleitoral, demonstrou a intenção que a organização possui em jogar um papel mais pró-ativo na região. De igual forma, Angola tem preparado as suas Forças Armadas (FA) e potencia-as num quadro civil-militar orientada para a Defesa e Segurança da região, pois na atual conjuntura estratégica existe um grande envolvimento das FA na Política Externa dos estados através da conjugação das forças de defesa (aérea, marítima e terrestre) e com um nível tácito e operacional.

Os países através de acordos de cooperação bilaterais e multilaterais têm reforçado as suas estratégias através da participação no apoio ao desenvolvimento da componente de Defesa e Segurança através de exercícios militares conjuntos para capacitarem as suas forças armadas os sistemas regionais de alerta rápido. Nesta senda, as forças armadas em prontidão estão preparadas para atuar em operações de apoio a paz em cenários diferenciados como Europa, Asia e África.

1.3. Segurança em Concerto

O termo “*concert security*” encontra a sua origem e experiencia no século XIX, aquando da criação do Concerto Europeu. Desta forma e de acordo com os teóricos Charles e Clifford Kupchan, a segurança em concerto surge em alternativa a segurança coletiva, em função das limitações que está última apresenta, pois o recurso a segurança coletiva na eventualidade de uma resposta em caso de agressão contempla limitações que tem a ver com a capacidade dos estados membros na intervenção de um conflito ou crise.

“Se tivermos em conta o número de estados com real capacidade militar (que nalguns casos pode ser inexistente) e da predisposição para entregar

os meios necessários, o sistema de segurança coletiva pode apresentar algumas dificuldades que se prendem com a coordenação da acção a desenvolver, bem como, apoio financeiro para a sua execução. Esta dependência poderá comprometer a eficácia do sistema na reacção contra uma possível ameaça. E até mesmo para a tomada de decisão para a “definição de um ato de agressão”³³

Os teóricos Charles e Clifford Kupchan, defendem que em caso de ameaça o sistema de segurança em concerto, em que os líderes ou as potências do sistema (ou subsistema) regional em conjunto podem por meios diplomáticos dissuadir quaisquer actos de agressão, disputas ou golpes de estado dentro de uma mesma região, permitindo assim uma maior e mais célere estabilidade. Podemos ver isso como uma espécie de analogia ao Concerto Europeu³⁴.

Os estados acreditavam que a segurança dos seus territórios dependiam da segurança dos outros. A menos que houvesse razões contrárias aos seus interesses, os estados apoiavam o concerto em função da vontade de evitar-se a guerra e da série destrutiva de guerras enfrentadas para combater, assim como da necessidade de se controlar a instabilidade interna.

Segundo Jervis foram quatro as razões para que este concerto perpetua-se por algum tempo:

- a) As expectativas da continuação do regime ajudaram a mantê-lo por meio de dinâmicas familiares, fazendo com que os atores investissem no regime pela perspectiva da manutenção da paz;
- b) O concerto desencorajava os movimentos expansionistas por exercer grande oposição à mudança do *status quo*, garantindo a um Estado que, ao atuar em coalizão para impedir o revés de outro Estado, teria mais chance de ser apoiado, se virasse alvo de predação;

³³ Kupchan, C. - **Concerts, collective security, and the future of Europe**. *International Security*, n.º16 (summer), 1991, p.48.

³⁴ No período pós napoleónico as potências geriam os assuntos do velho continente estabelecendo normas e regras de conduta para todos os membros do sistema, agindo como garantes da sua implementação e aplicação.

c) Pela norma de reciprocidade que codificava os relacionamentos de cooperação, os Estados poderiam cooperar mesmo em situações em que não o fariam na ausência da norma, podendo fazer concessões sem medo de serem vistos como fracos ou alimentarem expectativas de novas concessões, o que valorizava ainda mais o concerto, ou seja, havia uma diminuição dos custos do comportamento cooperativo;

d) O regime se tornou um fator independente ao ter ao menos um grau limitado de institucionalização.

Em oposição ao concerto europeu surge a criação da Liga das Nações porém, havia uma falta de consenso entre as grandes potências, pois Japão, Alemanha e Itália se opunham ao *status quo*.

Voltaremos a ver este assunto mais adiante para uma análise mais profunda com a necessária adaptabilidade ao contexto, referindo a importância de Angola no desempenho no quadro da resolução pacífica dos conflitos e mesmo em intervenções militares e manutenção da segurança regional.

1.4. Segurança Cooperativa

Este tipo de segurança alarga o escopo de interpretação e aplicação das questões securitárias nas relações internacionais ao incorporar para além das questões económicas e socio-políticas, as questões ambientais. Este modelo teve o seu auge após a Guerra Fria, na década de noventa, na esperança de construção de uma nova ordem internacional torna-se possível a manutenção da paz e a recolha dos seus dividendos.

A segurança cooperativa deve ser gradual relativamente ao desenvolvimento de instituições multilaterais, que se inicia com mecanismos informais ou *ad hoc* até a evolução para um patamar em que é possível e desejável institucionalizar uma série de instrumentos que individualmente contribuem para o aprofundamento dos princípios da segurança cooperativa.

Neste tipo de sistema é considerada a segurança dos indivíduos ou de grupos de indivíduos dentro do Estado, já que permite as organizações não-governamentais e aos atores não estatais, que possam ser envolvidos na gestão dos conflitos³⁵, sendo consultados nos assuntos de segurança internos, externos e até mesmo nos fóruns internacionais (o que significa uma interferência nos assuntos internos dos estados).

Existe desta forma “hábitos de diálogo e cooperação” entre os atores regionais a vários níveis, permitindo a concertação dos países em assuntos de interesse comum. Através deste modelo os estados conseguem eliminar as tensões intra sistémica colocando ênfase na resolução de conflitos no sistema de segurança coletiva, ou seja pretende-se abordar as relações internacionais no campo da segurança de formas a favorecer a resolução pacífica de disputas e conflitos de interesses.

Considera-se que uma organização de segurança cooperativa requer as seguintes condições:

1. Um grupo de estados com uma perceção comum sobre Segurança, isto é, comunicando o entendimento de que as atuais ameaças só podem ser enfrentadas com sucesso através de uma estreita cooperação internacional, portanto, sob uma abordagem multilateral;
2. Estados efetivamente empenhados em preservar a estabilidade regional e dispostos a aceitarem alguma desnacionalização das suas políticas de segurança, a favor de uma política comum ao nível da instituição regional multinacional que corporizará a organização;
3. Algum grau de institucionalização, isto é, a existência de órgãos que se ocupem das tarefas de facilitar e organizar o relacionamento entre os membros e a prossecução dos objetivos estabelecidos;

³⁵ A gestão de conflito é um processo que visa essencialmente evitar o alastramento dos conflitos (principalmente os violentos). A gestão de conflito procura evitar que os conflitos existentes ultrapassem o estágio em que se encontram.

4. A existência de um Estado com capacidade para exercer uma liderança forte e a sua aceitação pelos outros.

1.5. Segurança, Defesa Nacional

1.5.1. Segurança Nacional:

A Segurança Nacional é um dos desígnios da política do Estado e o objetivo último que se pretende atingir, que abrange de igual forma um conjunto de atividades e meios a serem desenvolvidos pelo Estado de modos a poderem garantir a Segurança dentro do seu espaço territorial, integrando as Forças de Segurança, as Forças Armadas bem como as suas estratégias.

A Segurança Nacional segundo a constituição da República de Angola

“tem como objetivo a garantia da salvaguarda da independência e soberania nacional e da integridade territorial, do Estado Democrático de Direito, da liberdade e da defesa do território contra qualquer ameaça ou risco, assim como a realização da cooperação para o desenvolvimento Nacional e a contribuição para a paz e segurança internacionais”.³⁶

Para o Instituto de Defesa Nacional Português, a Segurança Nacional

“contém em si, implícita, uma noção de garantia de proteção contra as ameaças susceptíveis de afetarem os indivíduos, as populações, os patrimónios e as instituições, sejam essas ameaças de natureza política, económica, social ou cultural, e assim, a segurança constitui, em todas as circunstâncias, uma responsabilidade natural e inalienável do Estado, que este assume pela adoção de medidas adequadas para assegurar essa garantia, em sintonia com a vontade coletiva dos cidadãos”.³⁷

³⁶ COMISSÃO NACIONAL ELEITORAL – Compêndio da Legislação Eleitoral: Constituição da República de Angola. In Comissão Nacional Eleitoral, ed. Imprensa Nacional, 2012.

³⁷ GARCIA, Francisco - **Da Guerra e da Estratégia**. Relatório de Agregação, Vol.1, Instituto de Estudos Políticos-Universidade Católica Portuguesa (UCP), Lisboa, 2007, pp 147-149.

No contexto da Segurança Nacional considerámos igualmente importante definir Segurança Interna e Segurança Externa por se considerarem duas faces da mesma moeda pois, estas entrecruzam-se em nome do interesse do Estado.

Em sentido estrito, a segurança interna é

“a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade, visando, em particular: manter a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas; proteger as pessoas e bens removendo os perigos que os ameacem; prevenir a criminalidade, em especial a organizada e a prática de atos de espionagem, sabotagem e terrorismo; prevenir a infiltração no território nacional e desencadear a expulsão de estrangeiros que ponham em perigo valores e interesses legalmente protegidos”.³⁸

Existem novas ameaças que alteram o quadro da nova ordem internacional, e para o estudo deste tema não podemos descurar de falar da segurança cooperativa, pois está se encontra enquadrada na segurança coletiva, procura resolver e prevenir os conflitos através de Acordos de cooperação (bi ou multilaterais) firmados entre estados em diversas áreas como, por exemplo: controlo de armamentos, dimensão humana, instituições democráticas, cooperação económica, científica, tecnológica, ambiental, etc.

Temos conhecimento que a

“cooperação reduz a probabilidade de existência de conflitos entre estados, criando um clima propício à confiança mútua. Promovem-se condições para que sejam assinados acordos sobre o controlo de armamentos e desarmamento, sendo uma das vias para evitar tensões. Estes acordos exigem um clima de confiança que permita a troca de informações sobre as estruturas militares, bem como a capacidade armamentista de cada Estado e o planeamento de movimentos dos principais sistemas de armas. O clima de transparência e confiança que se constrói, permite ultrapassar o principal “dilema da segurança”³⁹ que assombra os Estados. A Organização para a Se-

³⁸ CARDOSO, Pedro - **Segurança Interna**. POLIS, Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado, Vol. 5, Lisboa, 1987, p. 632.

³⁹ O “dilema da segurança” leva a que um Estado procure aumentar a sua capacidade militar na sequência de sentimentos de insegurança em relação às intenções de outros Estados. Este acréscimo de capacidade cria desconfiança nos outros Estados, que reagem procurando aumentar também as suas capacidades militares. Esta espiral provoca a corrida aos armamentos e um conseqüente aumento de insegurança.

gurança e Cooperação na Europa (OSCE) é um exemplo de uma organização que promove a segurança cooperativa”⁴⁰.

1.5.1.1. Organização das Nações Unidas (ONU)

Os grupos de ameaças referidos pela ONU, com que o mundo se deve preocupar, no documento intitulado “*A more secure world: Our shared responsibility -Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change - Executive Summary*”⁴¹ são:

- Guerra interestadual;
- Violência intraestadual, incluindo guerras civis, desrespeito pelos Direitos Humanos em larga escala;
- Genocídios;
- Pobreza, doenças infecciosas e degradação ambiental;
- Armas nucleares, radiológicas, químicas e biológicas;
- Terrorismo;
- Crime organizado transnacional.

1.5.1.2. Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁴²

No conceito estratégico de 1999 ainda em vigor, a OTAN, segundo Roboredo, está organizada para identificar os seguintes riscos e desafios à segurança⁴³:

- Ataque armado contra todo e qualquer aliado;

⁴⁰ Cit. por ROBOREDO, N. – cit.8, p.4.

⁴¹ Idem, Ibidem

⁴² Aliança militar criada como suporte do Tratado do Atlântico Norte, assinado, em Washington, em 4 de Abril de 1949, muito embora só tenha entrado em vigor em 24 de Agosto do mesmo ano.

⁴³ Roboredo, N. - *A Evolução do Conceito de Segurança e as Implicações nas Operações Militares no Séc. XXI*. [em linha]. (2011). [consulta aos 03.11.2013], Disponível em <URL: <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/1121>>.

- Crises regionais na periferia da Aliança, desenvolvidas em Estados com sérias dificuldades económicas, sociais e políticas, ou resultantes de rivalidades étnicas e religiosas, disputas territoriais, esforços de reforma inadequados ou falhados, o desrespeito pelos direitos humanos, e a dissolução de Estados;
- Potências nucleares fora da Aliança;
- Proliferação de ADM;
- Disponibilidade global da tecnologia que permite a aquisição de capacidades militares sofisticadas aos adversários;
- Crescente dependência da Aliança dos seus sistemas de informação, constituindo-se como uma vulnerabilidade perante adversários estatais e não-estatais;
- Terrorismo;
- Sabotagem;
- Crime organizado;
- Rutura do fluxo dos recursos vitais;
- Movimentos descontrolados de grande número de pessoas, particularmente em consequência de conflitos armados.

As linhas de orientação estratégicas e os riscos e ameaças considerados pela OTAN e pelos EUA têm muitas semelhanças, pois parece lícito considerar o processo da globalização como o principal fator responsável pelo atual paradigma de segurança, levando a constatar que as perspetivas nacionais, regionais e globais, em relação às “*novas ameaças*”, são cada vez mais análogas e complementares. Esta constatação implica que seja dada grande relevância à cooperação na manutenção da segurança no espaço marítimo global.

1.5.1.3. Portugal

Para Portugal, as ameaças relevantes estão identificadas no seu “*Conceito Estratégico de Defesa Nacional*”⁴⁴ de 2013:

- Conflitos regionais;
- Proliferação de armas de destruição maciça;
- A multiplicação de estados falhados e de guerras civis em áreas estratégicas vitais, potenciando atrocidades em massa, terrorismo e vagas massivas de refugiados;
- O terrorismo transnacional e outras formas de extremismo violento, com impacto altamente desestabilizador;
- Criminalidade transnacional organizada (tráfico de droga, redes de promoção e exploração da imigração ilegal, tráfico de pessoas, armas e estupefacientes);
- A pirataria que afeta as rotas vitais do comércio globalizado;
- O ciberterrorismo e a cibercriminalidade tendo por alvo redes indispensáveis ao funcionamento da economia e da sociedade da informação globalizada;
- A disputa por recursos naturais escassos, como hidrocarbonetos, minerais e água, que podem conduzir a uma competição violenta pelo seu uso e controlo;
- Os desastres naturais e a mudança climática, afetando estados, sociedades e populações.

1.5.1.4. Comissão do Golfo da Guiné

A Região do Golfo da Guiné possui enormes quantidades comerciais de reservas naturais de gás, minerais líquido e gasoso, variedades de peixe. Estas potencialidades de recursos

⁴⁴ FONTOURA, Luís (coord.) - *Segurança e Defesa Nacional: Conceito Estratégico*. Ed. Almedina, 2013, p.95

atraem o interesse da comunidade internacional, organizações empresariais multilaterais, bem como o interesse de grupos criminosos, que reivindicam os seus direitos de exploração e prospeção dos recursos, que acarretam riscos e ameaças.

Para a CGG os desafios à segurança na região são:

- Armazenamento ilegal de petróleo;
- Pirataria marítima;
- Sequestro de navios em alto mar e rapto de pessoas;
- Atividades rebeldes e militares;
- Pesca ilícita e poluição marinha;
- Crime transnacional organizado
- Terrorismo
- Tráfico de droga
- Imigração ilegal
- Poluição marinha atenuante a exploração de petróleo e gás.

“As “novas ameaças” surgidas com a globalização fizeram esbater as fronteiras entre segurança externa e interna, obrigando os estados a aproximarem e a articularem as suas forças de defesa e de segurança, num ambiente cooperativo, tanto ao nível interno dos Estados, como ao nível externo ou inter-estados”⁴⁵.

1.5.2 Defesa Nacional:

Não podemos falar do conceito de Defesa Nacional sem antes falarmos sinteticamente sobre o conceito de Defesa Interna, visto que é a base para política externa dos estados. A Defesa interna diz respeito as atividades ligada as forças armadas, os efetivos militares de um determinado país, se preparam tanto em tempo de paz como em tempo de guerra, no interior do território nacional. Em tempo de paz, a Defesa interna engloba as atividades que têm por finalidade a manutenção e o restabelecimento da ordem, a fim de garantir o livre

⁴⁵ CAGARRINHO, Elias Joaquim Véstia - *O Papel da Estratégia Naval decorrente das Novas Ameaças e Cenários de Crises*. Instituto Superiores de Estudos Militares. Lisboa 2011.

exercício de funções pelas autoridades legais, o funcionamento das instituições e dos serviços e a salvaguarda das pessoas e dos bens.

“Em tempo de guerra, a Defesa interna (a considerar somente na parte do território nacional que seja zona do interior, ou quando a guerra tiver lugar em teatros de operações afastado desse território) engloba também a defesa antiaérea, a defesa de costa e a defesa contra forças, bem como o controlo de danos”⁴⁶.

“Este conjunto de medidas adotadas pelos estados no teatro de operações e de forma adequadamente integradas e coordenadas que, global ou sectorialmente, permitem fortalecer a capacidade da Nação, com vista a alcançar a segurança nacional, procurando a este nível criar as melhores condições para a prevenção e combate a quaisquer ameaças que, direta ou indiretamente se oponham à consecução dos objetivos nacionais”⁴⁷.

Ao referirmo-nos a Defesa Nacional, não podemos esquecer da política de Defesa Nacional, uma vez que esta consiste no conjunto de princípios, objetivos, estratégias, orientações e medidas adotadas pelo governo de um país, de forma a assegurar a Defesa Nacional nos termos do art.º 2 (Lei n.º 2 de Março de 1993), da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Trata-se de uma política e atividade permanente, global e interdisciplinar, que se integra na Política Nacional e se correlaciona com outras políticas sectoriais, numa diversidade de interesses e responsabilidades mútuas, visando em última análise garantir a independência nacional, a integridade territorial, o asseguramento da liberdade e segurança das populações.

De acordo com a constituição da República de Angola

“A Defesa Nacional tem por objetivos a garantia da defesa da soberania e independência nacionais, da integridade territorial e dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem pública, o asseguramento da liberdade e segurança da população, contra agressões e outro tipo de

⁴⁶ RIBEIRO, Henrique M. L. - *Dicionário de Termos e Citações de Interesse Político e Estratégico: Contributo*, 1ª Edição, Gradiva, Lisboa, Fevereiro 2008, p. 110.

⁴⁷ SACCHETTI, António Emílio - *Temas de Política e Estratégia*. ISCSP, Lisboa, 1986, p. 22.

ameaças externas e internas, bem como o desenvolvimento de missões de interesse público, nos termos da constituição e da lei”⁴⁸

Por outro lado, para o Instituto de Defesa Nacional Português a Defesa Nacional surge como:

“o conjunto de medidas, tanto de carácter militar, como político, económico, social e cultural, que, adequadamente integradas e coordenadas, e desenvolvidas global e sectorialmente, permitem reforçar as potencialidades da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaça que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a segurança nacional”⁴⁹.

A Defesa tem obrigatoriamente de procurar corresponder a este conceito alargado de Segurança, e de flexibilidade de fronteiras através de uma articulação das várias componentes, onde a característica determinante será a inovação, a flexibilidade e a oportunidade de atuação. Hoje cada vez mais a Segurança e a Defesa asseguram-se na fronteira dos interesses de um quadro coletivo.

A procura de respostas aos desafios que se colocam aos estados diante da globalização, ou seja, desafios ligados à Segurança, Defesa e Desenvolvimento e, a resposta a estes desafios passa pela conceitualização de uma nova legitimidade para intervenções, impondo a criação de mecanismos com capacidade de garantir a paz e a estabilidade internacional.

Nesta senda podemos afirmar que a paz e a segurança tornaram-se numa prioridade estratégica para o continente africano, e para toda a comunidade internacional, pois o desenvolvimento está intimamente ligado, não exclusivamente, mas em larga medida aos aspetos da Segurança e Defesa, principalmente aos mecanismos de prevenção e resolução de conflitos.

⁴⁸ Comissão Nacional Eleitoral – Compêndio da Legislação Eleitoral: Constituição de 5 de Fevereiro de 2010. N.º 5672. 2012, pag.88.

⁴⁹ MIGUEL, Mário Firmino - **Defesa Nacional**. POLIS, Enciclopédia VERBO da Sociedade e do Estado, Vol. 2, Lisboa, 1984, p.42.

1.6. Defesa, Segurança e Regionalismo

A globalização tem marcado a Comunidade Internacional contemporânea devido aos fenômenos políticos e sociais, como as independências económicas, os movimentos migratórios, o crime organizado, a degradação ambiental bem como a questões ligadas a Segurança.

Como afirma Adriano Moreira, fruto desta complexidade crescente do ambiente internacional⁵⁰

“o Estado se revela cada vez mais, pequeno e incapaz de resolver os grandes problemas (de ordem externa) e demasiado grande para enfrentar e solucionar os pequenos problemas (ao nível interno) colocando em causa o modelo de estado vestefaliano revelador daquilo que para muitos se afigura como a crise do estado soberano, mercê da erosão de grande parte das suas tradicionais capacidades e competências a favor de uma nova ordem assente nos grandes espaços”⁵¹.

Deste modo, e face aos desafios emergentes que os estados se deparam e a complexidade do ambiente internacional, a solução passa pelo reforço da cooperação, de associação, de integração regional e ou internacionais, nos vários planos: social, cultural, económico, político, Defesa e Segurança.

A perceção dos estados de incapacidade de fazer frente às novas ameaças advindas da globalização impeliu-os para a cooperação e para inevitabilidade de coletivamente encontrarem soluções comuns para a defesa das suas zonas fronteiriças, os acordos que irão permitir um efeito catalisador da cooperação e a solução para estes problemas.

Após a 2ª Guerra Mundial surgiram macro fenómenos que colocou a humanidade a beira da catástrofe, o terrorismo, as questões ambientais, e fatores nucleares e aperceção de que a insegurança, a instabilidade política e o subdesenvolvimento, afetaram todas as camadas

⁵⁰ O professor Adriano Moreira teorizou sobre a lei da complexidade crescente da vida internacional postulando que a marcha para a unidade do mundo vem acompanhada de uma progressiva multiplicação, qualitativa, dos centros internacionais de diálogo, cooperação e de decisão, e das relações entre esses centros.

⁵¹ MOREIRA, Adriano - *Lei da complexidade crescente na vida internacional: Comentários*. Lisboa, 1992, p.11.

sociais, o norte e o sul, ou seja, a humanidade no seu todo, estão na base do encontro de um conjunto de soluções para a resolução de problemas comuns.

Neste contexto, desde os anos 90 assiste-se a uma preocupação de reconfiguração dos modelos de cooperação e integração regional pelo aumento sistemático da organização dos estados em grandes espaços, que na sua maioria têm na sua agenda não só questões económicas como também questões ligadas à Defesa, Segurança e estabilidade política como fatores catalisadores do desenvolvimento económico e social.

Ao longo dos últimos anos os países têm tido preocupação em criar Organizações Regionais não apenas por razões económicas, mas também a nível da manutenção da sua segurança nacional, paz e assistência ao desenvolvimento, até mesmo de instituições políticas e sociais.

Aquelas (razões) constituem um núcleo de “bens públicos” que nalguns ou mesmo na maioria dos casos⁵², não são susceptíveis de ser garantidos sem uma forma de intervenção e coordenação ao nível regional e/ou coletivo, enquadrando-se nessa categoria de “bens públicos” a garantia da segurança e de serviços sociais (saúde, educação e infraestruturas) ou mesmo do funcionamento das instituições.

Dentre as organizações africanas tem-se verificado nos últimos tempos uma preocupação por parte da SADC, na procura de melhores caminhos que levam os estados membros, bem como as outras organizações a encontrar caminhos da boa governação e da estabilidade.

*“Essa vontade de integração económica tem sido acompanhada nos últimos anos por ações concretas visando a sumpção pelos estados e pelas suas organizações regionais, de novos paradigmas para a correta gestão e resolução pacífica dos conflitos e pela manutenção da paz e segurança”*⁵³.

Porém, e apesar da vontade que os estados da África Ocidental têm para de criar mecanismo para estancar ou dirimir o conflito na região, tem a variante desta zona estar situada numa região extremamente rica em recursos naturais, de igual forma depara-se com confli-

⁵² Os estados mostram-se incapazes de exercerem na plenitude as suas competências tradicionais no plano interno ou doméstico deu origem ao conceito de “estados fálhados”. Este tipo de estados encontram-se muitas das vezes nos países africanos.

⁵³ Conceito estratégico de Segurança e Defesa Nacional (CESDN) julho 2009

tos internos entre o mais sangrento do século XX. No início do ano de 2011 e os primeiros meses de 2012, praticamente todos os estados regionais foram afetada por episódios de violência ou instabilidade política. Devido à porosidade das suas fronteiras, bem como a justa posição e interseção de questões (políticas, econômicas, sócio- cultural e ambiental) facilita a existência de conflitos armados na região. Na maioria dos casos, estes conflitos acabam por ter um ponto em comum, que vai desde as tensões e dinâmicas competitivas até ao acesso aos recursos naturais.

1.7. A Natureza do Conflito e o Papel dos Recursos Naturais

Ao longo da História podemos constatar que alguns conflitos ocorreram devido a existência de recursos naturais, ou a vitória de uma das partes que detinha o petróleo⁵⁴ em sua posse, de facto o petróleo tornou-se a fonte de energia mais importante, tanto para a indústria como para a Defesa, a partir da I GM este, foi o fundamento pelo qual Clémenceau afirmou que, “*doravante, para as nações e para os povos, uma gota de petróleo tem o valor duma gota de sangue*”⁵⁵.

Durante a II GM a Alemanha e o Japão pretendiam alargar a sua hegemonia a regiões produtoras de petróleo, de formas a acelerar o desenvolvimento das suas economias industriais. No entanto, ambas perderam a guerra, em grande parte por não terem sido capazes de assegurar os reabastecimentos.

O pós II GM, com os esforços da reconstrução, tornou o mundo dependente de recursos naturais como o petróleo comercializado a preços baixos, demarcando o início de um período em que o seu consumo cresceu progressivamente até se tornar a principal fonte energética, posição que agora ocupa firmemente, potenciando a proeminência económica dos Estados Uni-

⁵⁴ Em 1945, tal como em 1918, o petróleo americano desempenhou um papel decisivo na vitória aliada: 68% dos abastecimentos mundiais, durante os cinco anos de conflito, provinham dos EUA.

⁵⁵ LAURENT, E. - *A face oculta do petróleo: A mentira, a manipulação, a corrupção*. 1ª ed., Temas e Debates, 2007, p. 34.

*dos. Este advento, da ascensão do petróleo como principal recurso energético, coincidiu com a elevação dos EUA a superpotência global*⁵⁶

No séc. XXI, os recursos naturais assumiram um papel preponderante para as grandes potências, embora estes (recursos) sejam de grande valência para os países desenvolvidos, o mesmo não acontece aos países em desenvolvimento, pois temos como exemplo a África no geral, e a África Ocidental especificamente, cuja explosão da violência, bem como a sua extensão aumentou drasticamente. A relação existente entre os recursos naturais e os conflitos, ilustrado pelas guerras civis na Libéria, Serra Leoa e da Costa do Marfim.

Existe uma constante luta pelo controle dos benefícios económicos derivado de recursos naturais, como diamantes, cacau e algodão, que impossibilitou os processos de negociações na Costa do Marfim no período de 2002 a 2011.

O papel que os recursos naturais têm desempenhado nas guerras civis como por exemplo a de Angola, Libéria ou Serra Leoa têm motivado Comunidade Internacional na criação de novos *modus operandus* para a gestão de conflitos de formas a atenuar estes grupos rebeldes ou situações de conflitos. As Nações Unidas estabeleceram sanções específicas, tais como embargos económicos, a imposição de reformas de governação como instrumentos privilegiados da estratégia de gestão de conflitos.

“Desde o fim da Guerra Fria que se verificaram alterações na arena internacional relativamente à Paz e Segurança: em primeiro lugar, o número de atores potencialmente envolvidos em conflitos se expandiu para incluir uma série de atores não-estatais. Em segundo, fenómenos de insegurança têm aumentado de formas diversificadas, bem como o surgimento de novas formas de ameaças. Por outro lado, é pertinente admitir que o contínuo desenvolvimento económico da China ameaça a segurança do abastecimento de matérias-primas de muitos outros países, em virtude de ter-se tornado o maior consumidor de petróleo de toda a Ásia, e o segundo a nível mundial, apenas ultrapassado pelos Estados Unidos da América, contribuindo de

⁵⁶ Existem quatro domínios decisivos numa potência global: Poder militar com um alcance à escala global; ser o motor do crescimento económico à escala mundial; tecnologicamente, manter a liderança geral em sectores de ponta na área da inovação; e culturalmente constituir um apelo sem rival. A combinação destes quatro domínios faz de um estado uma potência global, capaz de projetar poder e influência para o exterior das suas fronteiras à escala mundial cit. por Rêpas, 2010.

uma forma significativa para o agravamento rápido da situação mundial”⁵⁷.

O acesso aos recursos naturais, deixou de ser apenas por questões de geopolítica entre as grandes potências, e passou a uma questão sócio-política, uma vez que as tensões e conflitos entre grupos e comunidades aumentaram. A década de 1990 teve um aumento da violência política, principalmente nos países mais pobres, a tal ponto que ao longo desta era os países do terceiro mundo foram afetados por grandes conflitos e durante este período as lutas internas estiveram cada vez mais complexas devido às partes em questão (de um lado governos ou grupos rebeldes e de outro entre grupos armados), tornou-se a forma de conflitos predominantes.

*“Atualmente, a China depende de 40% da matéria-prima estrangeira para colmatar as suas necessidades, pois o seu crescimento e a sua legitimidade dependem por completo da segurança do abastecimento de petróleo em grande parte controlada por regimes instáveis, hostis ou na esfera de influência do seu concorrente estratégico, os Estados Unidos da América”*⁵⁸.

O Médio Oriente e a África, devido à concentração das reservas petrolíferas, a concorrência será cada vez mais intensa, prevendo-se que, por esta razão, continuará a ser palco de profunda instabilidade e de conflitos, pois torna-se cada vez mais notório que os estados que possuem maiores reservas de recursos naturais são os que estão imbuídos de conflitos intensos, levando a população a viver em condições de extrema pobreza, o que Collier chama de *"excluído dos bilhões"* pois as guerras civis de África não é apenas o caos inerente de desorganização mas também o porto fácil para que muitas potências retirem lucros advindos dos conflitos.

“A visão funcional de violência provou ser útil para se compreender a causa do subdesenvolvimento dos países ricos em recursos naturais em relação ao desenvolvimento acentuado de países com ausência de recursos naturais, como petróleo, diamantes, ferro e cobre, que tiveram em tão pouco

⁵⁷ À medida que a riqueza produzida aumenta a necessidade de produção de cada vez maior quantidades de energia será fundamental para a sustentação do crescimento económico da China. Cit. por RÊPAS, P. J. - **EUA e CHINA: A disputa pelo Petróleo**. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas, 2010.

⁵⁸ Cit. por Rêpas – cit. 58, p.29.

*tempo um crescimento de quatro vezes maior do que países ricos em reservas de petróleo entre 1970 e 1993”.*⁵⁹

A necessidade de acesso a recursos naturais tem aumentado às tensões e os conflitos. A escassez destes recursos tem vindo a aumentar progressivamente em determinadas regiões do globo. Em África, os recursos naturais são a causa de grandes disputas, impossibilitando o desenvolvimento económico.

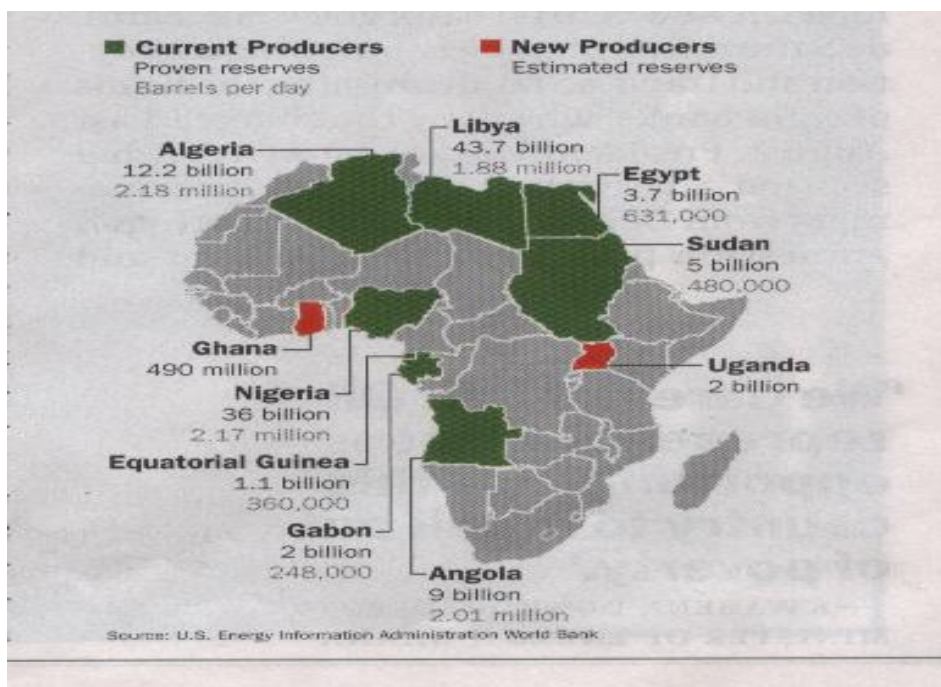
Em 2010, África representou 13% da produção global de petróleo, sendo os maiores produtores a Nigéria, a Argélia, a Líbia e Angola. Outros países altamente dependentes do petróleo são o Chade, a Guiné Equatorial, o Congo, o Gabão e o Sudão do Sul, que detém 75% dos rendimentos petrolíferos que anteriormente pertenciam ao Sudão. No Egipto e nos Camarões, as exportações de petróleo representam cerca de metade do total das exportações de mercadorias. No Gana, a produção comercial de petróleo teve início em Dezembro de 2010⁶⁰.

Além disso, esses países com abundância em recursos são confrontados frequentemente, e os conflitos nas suas fronteiras têm sido recorrentes, temos como exemplo a situação da República Centro-Africana, território rico em diamantes e madeiras tropicais, cujos recursos servem também para financiar grupos rebeldes.

⁵⁹Idem.

⁶⁰ African Economic Outlook - Economia dos países ricos em recursos. <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/outlook/mesmo-com-algum-abrandamento-os-precos-das-materias-primas-continuam-favoraveis-para-os-paises-ricos-em-recursos/>. Acesso aos 11.11.2013

Mapa 1- Países Produtores de Petróleo



Fonte: Banco Mundial

A Nigéria possui reservas petrolíferas, o país enfrenta problemas como corrupção, mau gerenciamento e sabotagem que permitem utilizar apenas 40% da capacidade total das refinarias. O petróleo é um dos elementos centrais do conflito. Entretanto, a instabilidade política da região não foi capaz de ofuscar a riqueza natural do país, atraindo diversos par

ceiros comerciais, em destaque a China.

Fenômeno a que Richard Auty em 1993 chamou-lhe a "*maldição dos recursos*"⁶¹, uma vez que comparados a países que dependem da exportação de *commodities* agrícolas, os países exportadores de petróleo e minérios sofrem com situações incomuns de grande pobreza, sistema de saúde deficiente, má nutrição generalizada, altas taxas de mortalidade infantil, baixa expectativa de vida, e baixo desempenho escolar, fruto das situações de conflito em que estes países estão inseridos.

⁶¹ No seu livro 'Sustaining Development in Mineral Economies: The Resource Curse Thesis, London: Routledge (Desenvolvimento Sustentável em Economias Minerárias: A tese da Maldição dos Recursos), na qual afirma que os recursos naturais de uma região poderiam atrair uma 'maldição' sobre o povo da própria região.

Tabela 1 - Índice de Percepção da Corrupção (IPC) *

Ano	2008	2009	2010	2011	2012
	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice
Angola	1.9	1.9	1.9	2.0	2.2
Burundi	1.9	1.8	1.8	1.9	1.9
Congo	1.9	1.9	2.1	2.2	2.6
RDC	1.7	1.9	2.2	2.0	2.1
Côte d'Ivoire	...	2.1	2	2.2	2.9
Guiné Equatorial	1.7	1.8	1.9	1.9	2.0
Etiópia	2.6	2.7	2.7	2.7	3.3
Gabão	3.1	2.9	2.8	3.0	3.5
Guiné	1.6	1.8	2	2.1	2.4
Guiné-Bissau	1.9	1.9	2.1	2.2	2,5
Níger	2.8	2.9	2.6	2,5	3.3
Nigéria	2.7	2,5	2.4	2.4	2.7
São T. e Príncipe	2.7	2.8	3	3.0	4.2
Senegal	3.4	3	2.9	2.9	3.6
Serra Leoa	1.9	2.2	2.4	2,5	3.1
Somália	1	1.1	1.1	1.0	0.8
Sudão	1.6	1.5	1.6	1.6	1.3
Togo	2.7	2.8	2.4	2.4	3.0
Uganda	2.6	2,5	2,5	2.4	2.9

Fonte:Transparência Internacional: <http://www.transparency.org/>

Nota:* Índice (CPI) Pontuação relaciona-se com a percepção do grau de corrupção, como visto por empresários e analistas do país, e varia entre 10 (muito limpo) e 0 (altamente corrupto).

A maldição dos recursos naturais também está ligada a organização política de alguns países, pois estes apesar de serem os responsáveis por manterem a paz e a segurança da sua população, acabam por canalizar receitas para uso próprio, bem como para aqueles que os apoiam, por meio de subsídios, proteção, criação de cargos públicos e gastos excessivos, promovendo desta forma a cultura do oportunismo nas suas populações.

Neste caso o estado é visto como um “*pote de mel*,” propenso a ser capturado por interesses pessoais de poderosos que tornam a corrupção generalizada. Se olhar-mos para lista dos países mais corruptos do mundo veremos que se verifica com maior incidência nos países ricos em recursos minerais.

Na análise da tabela acima, podemos constatar que a maioria dos países nos últimos lugares do IPC está a emergir de crises prolongadas, o que demonstra os fortes efeitos negativos que os conflitos têm sobre as instituições políticas, Sudão, Chade, Burundi, Zimbabué, Líbia, Congo, República Democrática do Congo e Angola registam as piores pontuações, quer na região quer ao nível global.

No seu artigo “The political ecology of war: natural resources and armed conflicts”, Le Billon⁶² defende a tese de que “*os recursos naturais têm desempenhado um papel notável na história dos conflitos armados*”, advoga que as pessoas ou estados irão combater entre si para garantir o acesso aos recursos necessários para a sua sobrevivência e que, quanto mais escassos os recursos, mais violento será o combate, apadrinhando a hipótese da “*guerra por escassez de recursos*”⁶³.

⁶² Apud Rêpas – cit.58, p.29.

⁶³ “Le Billon apresenta Bennett (1991), Brown (1977), Homer-Dixon (1999) e Suliman (1998) como defensores desta tese e Dalby (1998), Gleditsch, (1998) e Peluso & Watts (2001) como críticos da mesma.” Cit. por Rêpas – cit.58, p.29.

Segundo Marques, na classificação anual da Transparência Internacional⁶⁶, Nigéria, Angola, Azerbaijão, Congo, Camarões e Indonésia competem pela posição de “o país mais corrupto” os governantes destes países tendem a favorecer grandes projetos cujas compensações podem ser mais facilmente ocultadas e a obtenção de subornos facilitada, enquanto evitam investimentos produtivos de longo prazo mais transparentes. Esta situação, por sua vez, diminui os níveis de crescimento.

Esta situação de distribuição das riquezas provenientes dos recursos de forma não equitativa por parte dos governos para se manter no poder, leva a distorções econômicas, diminuição da eficiência dos investimentos, fortalece a oposição à reforma econômica, e permite a formação de distorções nas barreiras protecionistas facilitando o colapso do crescimento. Situação que possibilita que países dependentes do petróleo tenham maior probabilidade de ter guerras civis do que países pobres em recursos, e tais guerras são geralmente separatistas, e podem durar mais e serem cada vez mais intensas, do que guerras onde os recursos naturais como o petróleo não estão presente.

O petróleo pode ser o catalisador para se iniciar uma guerra, petrodólares e oleodutos podem servir para financiar qualquer um dos lados e prolongar o conflito. Esta é certamente a maior maldição dos recursos naturais especialmente na África, e de acordo com o antigo secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, afirmou:

“Os conflitos relacionados com extração de recursos estão a impedir que muitos países africanos desenvolvam todas as suas capacidades. Durante anos, temos visto que os recursos naturais têm sido uma presença – e por vezes têm conduzido a – conflitos internos e regionais em África”⁶⁷.

A abordagem das Nações Unidas neste campo lança luz sobre estratégias a serem implementadas, bem como trabalhar com os governos para prevenir conflitos relacionados com os recursos destas zonas. As missões de manutenção de paz das Nações Unidas apoiam,

⁶⁶ Organização não-governamental que se dedicam no combate aos governos corruptos bem como as práticas comerciais internacionais ilegais.

⁶⁷ Idem

por exemplo, através dos seus programas baseados no Estado de Direito, os quais contam com mediadores para as questões ligadas aos recursos naturais.

A abordagem da relação entre os recursos naturais e conflitos desenvolvidos pelas Nações Unidas evoluiu consideravelmente desde a sua criação. A consciência ambiental dentro da organização tem jogado um papel crucial, e neste sentido a agência está a trabalhar não só com os governos, como também com as comunidades e com grupos da sociedade civil para dissipar tensões e esclarecer desentendimentos que possam levar ao conflito.

CAPITULO 2 – OS VECTORES GEO-ESTRATEGICOS DO GOLFO DA GUINÉ: AMEAÇA POLITICA, ECONÓMICA E AMBIENTAL

Com a globalização o mundo tem-se confrontado cada vez mais com o aparecimento de novas ameaças, em várias regiões de África, onde as crises regionais têm induzido consequências no Continente. A Região do Golfo da Guiné, apesar dos países pertencentes a esta região, serem ribeirinhos e com abundância em recursos marítimos, apresentam dificuldades políticas, económicas e sociais como consequência da instabilidade, agravada por ataques aos direitos humanos, fundamentalismos, variedades étnicas e culturais, corrupção, tráficos ilícito de armas e pessoas, pressões demográficas que por na maioria dos casos extravasam às fronteiras de países vizinhos.

Neste capítulo pretende-se analisar as ameaças, os riscos e os fatores de instabilidade da Região do Golfo da Guiné como principais causadores da insegurança. Analisaremos, ainda, as questões ligadas a ameaça ambiental em torno da orla marítima, que põem em risco os recursos marinhos.

2.1. O QUADRO GEOPOLÍTICO DA REGIÃO

Mapa 3 - Região do Golfo da Guiné



Fonte: Google Mapas

O Golfo da Guiné é uma região⁶⁸ cujos contornos se tornam cada vez mais difíceis de definir. De um ponto de vista geográfico, o Golfo da Guiné está situado no “Atlântico Sueste”, é uma entidade regional em curso de reclassificação geoeconómica devido à sua confirmação como “zona útil” na subdivisão geopolítica do século XXI, regista-se como um “*dos espaços mais cobiçados*”, dos “*espaços pivôs*” do Ocidente. A dimensão de “*petróleo/diamantes no centro da terra*” do mundo tropical que progressivamente a região adquiriu, tornou-a uma das mais decisivas arenas da competição geopolítica mundial.

Os países que fazem parte desta região são: Angola, Benim, Camarões, Costa do Marfim, República Democrática do Congo (RDC), Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Guiné,

⁶⁸ Não existe uma definição clara do Golfo da Guiné (GG). Na sua definição mais estreita, o Golfo é limitado pela intersecção entre o Equador e o Meridiano de Greenwich (0°0'0", 0°0'0"). Na sua definição mais lata, o GG inclui a região que vai da Guiné até Angola (-15°0'0", -15°0'0").

Guiné-Bissau, Libéria, Nigéria, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Chade, República Centro Africano República e Togo.

No plano cultural, o Golfo da Guiné constitui um polo de convergência da África anglo-saxónica e latina (hispânicos, francófonos e lusófonos), de civilizações bantus e sahelianas, religiões cristãs, muçulmanas e animistas. Está região não é nada mais, nada menos do que uma combinação heterogénea de países ricos em recursos energéticos e que, apesar de tudo, não apresenta atualmente convulsões políticas e sociais acentuadas, tornando-a num significativo polo de atração económica, muito embora alguns deles estejam a passar por instabilidades políticas, económica e social, situações estas que será abordadas mais adiante.

A Região do Golfo da Guiné constituiu-se numa Organização Regional com potencialidades económicas, devido a abundância de matérias-primas, e recursos provenientes da orla marítima, esta região com rotas marítimas internacionais, tem constituído a principal fonte da cobiça de vários países, bem como redes criminosas que servem-se destas rotas para daí retirar dividendos. Esta região é considerada, atualmente, “*a mina de ouro (preto)*” da indústria petrolífera mundial.

*“Esta importância estratégica é manifestada quer pelo volume do investimento externo, especialmente no sector energético – petróleo e gás – quer no facto de ter sido declarada pela administração dos Estados Unidos da América como uma “zona de interesse vital”, assim como no facto de constituir importante fonte de provimento em recursos energéticos para as Repúblicas da China, da Índia, do Japão e cada vez mais a Europa”.*⁶⁹

A existência de recursos naturais na região como petróleo, gás, madeira, ouro, manganês e peixe tem criado descontentamento entre a maioria dos habitantes, pois apesar do alto nível de riqueza existente, as recompensas desses recursos beneficiam países ocidentais e asiáticos, bem como governantes que usam medidas repressivas contra a sua própria população.

⁶⁹ Linhas mestras da estratégia da Comissão do Golfo da Guiné para a gestão da paz e segurança na região, assinado em Luanda aos 12 de Março de 2012.

A região tem ainda vantagens crescentes como a existência de um oceano aberto e a sua relativa aproximação aos mercados internacionais, em especial à América do Norte e Europa Ocidental, o que torna os custos de transportes menos onerosos.

“Face a importância geoestratégica, esta região deve ser vista, não somente em matéria de produção e exploração dos hidrocarbonetos, como também num contexto mais alargado, onde o interesse das potências globais, cujo o objetivo é garantir o controlo das principais regiões de abastecimento de petróleo e gás natural, numa área que engloba o Atlântico sul com um vazio estratégico e tem uma larga via de acesso e escoamento, mas também com preocupações securitárias acrescidas ao nível da segurança marítima”⁷⁰.

Apesar do alto nível de recursos naturais na região do Golfo da Guiné, tem-se verificado um acentuado nível de pobreza, elevada taxa de desemprego, poluição ambiental, degradação e ataques armados como no Delta do Níger e na península de Bakassi. A pirataria torna às águas do Golfo da Guiné inseguras para a navegação de grandes navios marítimos da Ásia, Europa e Estados Unidos, pondo até mesmo em causa a segurança em alto mar.

A pirataria, as disputas marítimas, os problemas de governação, estados frágeis e fracos, ausência de responsabilidade, pilhagem ambiental, vandalismo em gasodutos, ausência de uma infraestrutura segura, instituições corruptas, confrontos étnicos, volatilidade dos preços mundiais do petróleo e da moeda, a criminalidade transnacional, prolongamento de conflitos separatistas insurgentes, inúmeras tentativas de golpes de estado, mudanças ilegais de governantes, má gestão dos processos eleitorais, tráfico de drogas, terrorismo, pirataria marítima, analfabetismo e degradação ambiental têm levado a tensões entre as autoridades do governo que se alimentam fartamente do dinheiro do petróleo, sendo que é a população pobre que paga o preço por estarem localizados em áreas de prospeção e exploração de petróleo.

“A pirataria no Golfo da Guiné foi responsável por quase 30% dos ataques (427 de 1434) sofridos em águas africanas entre 2003 e 2011, e a percentagem tem estado a aumentar. Isto deve-se, em parte, ao sucesso das operações de combate à pirataria ao largo da Costa da Somália (operação EU

⁷⁰ Cit. por BERNARDINO, L. cit. 29, p.12.

NAVFOR ATALANTA), as quais reduziram a pirataria a leste do Suez, mas os casos de pirataria no Golfo da Guiné também têm estado a aumentar: em 2011 registaram-se 53 casos, ao passo que em 2010 tinha havido 39, e há casos que nunca chegam a ser registados⁷¹.

A criminalidade organizada, o terrorismo, os diversos tráficos e as ameaças às principais infraestruturas, os riscos proveniente dos dejetos de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares constituem atualmente grandes riscos de Segurança que ameaçam a Paz e a estabilidade no mundo.

Entre as várias ameaças à segurança marítima do Golfo da Guiné, a maioria dos quais podem ser classificados como ameaças económicas, políticas, ambientais e tecnológicas.

2.1.1. Ameaças Políticas

Em termos específicos, as ameaças políticas para a segurança marítima da região emanam de disputas relativas às fronteiras marítimas, políticas instáveis, corrupção, terrorismo internacional.

2.1.1.2. Litígios Fronteiriços Marítimos

Existem discordâncias intermináveis no que diz respeito as fronteiras marítimas que muitas das vezes levam a conflitos armados, particularmente quando as áreas disputadas têm potencial económico significativo ou são rotas e portos de transporte marítimo estratégico. O ambiente geopolítico atual na região é tal que na última década, a Nigéria estabeleceu disputas com fronteiras marítimas com a Guiné Equatorial e Camarões sobre uma ilha ao Norte do rio Ntem, bem como que, entre o Gabão e a Guiné Equatorial sobre os limites da Ilha

⁷¹ Conferência da Chatham House a bordo do navio *HMS Dauntless* - **Angola and the Gulf of Guinea: Towards an Integrated Maritime Strategy** [em linha] Luanda 2012. [23 maio 2013] documentação disponível na internet <URL: <http://www.chathamhouse.org/events/view/184657>>.

de Mbanee e a Baía Corisco que podem levar a instabilidade política e implicações de segurança para a região.

A possibilidade de ocorrência de conflitos regionais que internamente requerem o envolvimento das grandes e pequenas potências aliadas, têm sido uma constante em África. As ações dos estados falhados que se colocam a margem da ordem mundial e fornecem bases de operações para a prática de atos ilícitos no mar, constitui a maior ameaça para a região do Golfo da Guiné, pois a crescente probabilidade destes estados de obterem armas convencionais de tecnologia avançada, bem como componentes de armas de destruição maciça e matérias que permitam fazer ataques de efeito devastador.

2.1.1.3. Política Instável

Instabilidade na política local dos países do Golfo da Guiné devido a discórdias inter-religiosas, interétnicas e outras, criam ameaças de segurança indesejáveis, que regularmente exigem operações de ajuda humanitária, incluindo a evacuação de cidadãos nacionais civis e por vezes as operações de manutenção de paz nestes países, a Libéria e Serra Leoa são exemplos clássicos.

Esta é uma ameaça regional recorrente que, conseqüentemente também é um fator crítico a ser considerado em qualquer apreciação das ameaças à segurança marítima na região.

A política instável leva a criação de frações de criminalidade organizada, porém a luta contra estas frações, requer a existência de estruturas de cooperação internacionais e capacidades para se assumirem políticas comuns de combate ao crime, coerência que ainda não foi conseguida no continente. Podendo por vezes haver uma relação entre o tráfico de drogas, as organizações de crime organizado e a emigração ilegal, torna-se necessário que a Comunidade Internacional se una contra este tipo de crime.

O crime organizado desafia a autoridade do Estado, atravessando fronteiras, gerando recursos deliberadamente utilizados na destabilização da sociedade, dos sistemas políticos e das economias, criando “*regiões cinzentas*” onde imperam estados dentro de outros estados, minimizando estes no seu papel de parceiros.

O crescimento desta ameaça é resultado da evolução da conjuntura da cena política, económica, social e tecnológica mundial, entre os principais factores, destacam-se os seguintes:

Quadro 1 - Factores do Desenvolvimento do Crime Organizado

<i>Dinâmica</i>	<i>Factores</i>
<i>Política</i>	<ul style="list-style-type: none"> → A incapacidade do Estado em fornecer os serviços básicos e os bens essenciais aos cidadãos, conduzindo ao desempenho dessas funções por parte de grupos criminosos que mitigam as estruturas estatais e, no seu extremo, usurpam essas estruturas; → Alteração do paradigma do conceito de Segurança; → Maiores níveis de corrupção das elites políticas, económicas e militares;
<i>Económica</i>	<ul style="list-style-type: none"> → A Globalização através da dissolução das barreiras económicas, liberalização económica, aumento das trocas comerciais e expansão dos mercados nacionais e internacionais de bens e serviços, que por sua vez, facilitam as trocas comerciais ilegais e a expansão de mercados ilegais.
<i>Social</i>	<ul style="list-style-type: none"> → A porosidade das fronteiras físicas – livre circulação de pessoas, bens e serviços principalmente dentro da UE, incluindo uma maior mobilidade de cidadãos; → Existência de Conflitos ou Guerras Civis;
<i>Jurídica</i>	<ul style="list-style-type: none"> → Desarmonia entre as legislações nacionais dos países que constituem a comunidade internacional, principalmente dos países onde operam os grupos criminosos: existência de diversas e divergentes definições de Crime Organizado Transnacional e as suas actividades, criando uma confusão jurídica;
<i>Tecnológica</i>	<ul style="list-style-type: none"> → Desenvolvimento tecnológico: novos meios de comunicação e de transporte que possibilitam novas formas de actuação, novas tecnologias e desenvolvimento de novos softwares;

Fonte: disponível em <https://www.google.pt/#q=Disserta%C3%A7%C3%A3o+de+Mestrado+Sara+Gon%C3%A7alves>

O crime organizado transnacional acaba por ser uma ameaça não só dentro da fronteira do estado em questão, mas também para a segurança internacional e humana, devido capaci-

dade para ameaçar toda uma estrutura social, económico e política dos cidadãos, para desregular a economia e as finanças do Estado-Nação e como motor de instabilidade e insegurança mundiais.

2.1.1.4. Terrorismo

O surgimento do terrorismo internacional em todos os continentes mudou o anterior conceito de segurança internacional como resultado dos ataques às Torres Gêmeas do World Trade Center em Nova York e ao Pentágono em Washington, D.C., em 11 de Setembro de 2001 à 11 de março de 2002 em Madrid; e por fim em 2005 contra o sistema de transporte público em Londres.

Essas ações demonstram que o terrorismo internacional é reconhecido como uma ameaça séria à segurança interna e externa.

Os grupos terroristas podem tirar partido da liberdade dos mares para perturbar a segurança internacional. O uso da tecnologia avançada, mormente sistema de telecomunicação modernas permite que estes grupos coordenem às ações de células dispersas sem comprometer a sua localização, pois estes propagam ligações em diferentes pontos do planeta, o que permite melhorar a eficácia e o alcance das suas ações. Neste âmbito, o mar tem sido utilizado para movimentar os agentes, obter apoio logístico e desfrutar da proteção e cobertura das redes de crime organizado.

A prevalência do terrorismo como uma forma de financiar guerras por entidades não estatais tem gerado preocupações em todo o mundo. O ambiente marítimo não foi poupado deste flagelo na forma de terrorismo marítimo. Nas últimas décadas o ambiente internacional tem sido caracterizado por ameaças imprevisíveis para interesses marítimos globais. Com a repressão em várias organizações terroristas, o fraco policiamento do ambiente marítimo da região pode ser atrativo para os terroristas internacionais que queiram atacar interesses económicos estrangeiros e fontes de fornecimento de petróleo na região.

Sem uma força de dissuasão credível para combater o terrorismo e coordenar as atividades anti terroristas na região do Golfo da Guiné, o sucesso da sinergia de esforços das agências de segurança em terra e no mar continuará a ser uma miragem.

2.1.1.5. Militantes/ Violência Juvenil

A crescente violência juvenil armada continua a interromper o processo petrolífero e a indústria transformadora e a produção de gás coloca desafios adicionais de segurança na área de interesse marítimo da região. A ameaça à exploração de hidrocarbonetos proveniente das atividades dos violentos ataques a instalações petrolíferas e tomada de reféns, especialmente na área do Delta do Níger, na Nigéria. Nesta área marítima, a tomada de reféns, ataques e sequestro de navios e plataformas têm aumentado violentamente.

As tentativas para conter estas ameaças são as principais preocupações das nossas forças marítimas e de cooperação da Região.

2.1.1.6. Proliferação de Armas Pequenas e Leves

A agitação política em alguns dos países membros do Golfo da Guiné resulta do aumento da exportação e importação ilegal de armas de pequeno calibre, usando rotas marítimas. Na última década a disponibilidade de armas de pequeno porte para uso subversivo das milícias étnicas continua a alimentar as crises inter estados, violência política e tem incentivado o crime organizado na região.

As armas de pequeno calibre são muitas das vezes usadas por milícias étnicas para cometer crimes hediondos nas áreas marítimas e desestabilizar bem como aterrorizar os trabalhadores das petrolíferas com objetivo de toma ilegal e controle dos recursos minerais. Assim, a questão da proliferação de armas pequenas e leves no Golfo da Guiné tornou-se uma grande ameaça à segurança marítima que precisa ser resolvida urgentemente.

Como é do nosso conhecimento a África Ocidental não possui capacidade de fabricação do seu próprio armamento, as armas em circulação e as munições são originárias de países como Irão, Sudão, China e provenientes do Pacto de Varsóvia.

Figura 2 - Trafico de Armas de Fogo na África Ocidental



Fonte: Arquivo UNDOC

2.1.2. Ameaças Económicas

Entre as várias ameaças a segurança marítima da região incluem:

- Caça furtiva
- Pirataria
- Contrabando
- Abastecimento ilegal e roubo de petróleo bruto
- Vandalismo de oleoduto e sabotagem
- Tráfico de droga

2.1.2.1. Caça Furtiva

Estudos feitos pela FAO indicam que ¼ de todas as unidades populacionais de peixes em todo o mundo estão a ser explorados em grande parte pela caça furtiva. Para muitos países a pesca representa uma parte substancial da economia e da alimentação, daí a caça furtiva ser inimiga da sua subsistência e do desenvolvimento pois, deixa comunidades sem os alimentos e os rendimentos de que tanto necessitam, e o ambiente marítimo destruído e despojado. Em 2001, a Greenpeace estimou que estavam a navegar pelo menos 1.300 navios de pesca pirata à escala industrial. A pesca não regulamentada, e ilegal é uma prática frequente no Golfo da Guiné.

Um estudo de Aviação de grupos de recursos marinhos considera que a pesca ilegal na Guiné, Libéria e Serra Leoa estima-se em USD 105 milhões, USD 33,5 milhões e USD 97 milhões respetivamente. A caça furtiva priva as nações da região da receita necessária para manter o desenvolvimento da sua economia nacional.

2.1.2.2. Pirataria

O termo pirataria designa todo o ato de violência ou detenção, ou qualquer pilhagem cometida pela tripulação ou passageiro de um navio privado contra um outro navio ou contra pessoas ou bens que estejam a bordo, na dupla condição de o navio se encontrar em alto mar ou noutro lugar não pertencente a jurisdição de qualquer outro estado.

A definição de crime de pirataria está pautada no artigo 101 da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (CNUDM) que dispõe:

“Artigo 101º - Definição de Pirataria constituem pirataria os seguintes atos: Todo ato ilícito de violência ou detenção ou todo ato de depredação cometida, para fins privados, pela tripulação ou pelos passageiros de um navio ou de uma aeronave privados, e dirigidos contra:

Um navio ou uma aeronave em alto mar ou pessoas ou bens a bordo dos mesmos;

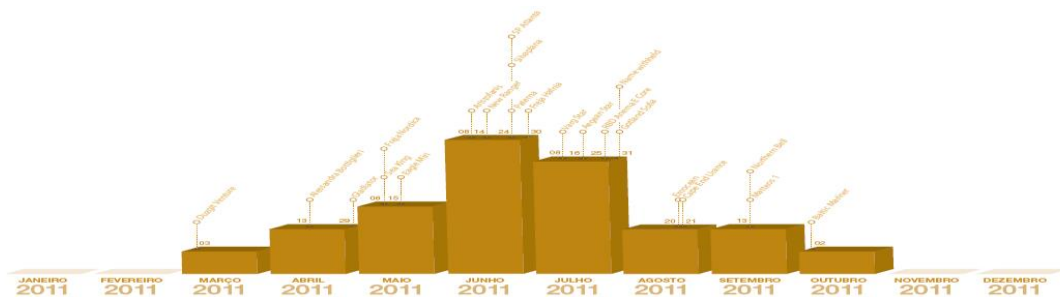
Um navio ou uma aeronave, pessoas ou bens em lugar não submetido à jurisdição de algum estado”;

A definição acima permite-nos compreender que:

“A pirataria ocorre necessariamente em alto mar, ou em área que não está sob jurisdição de nenhum estado; Finalidade privada, na qual o ataque pirata a embarcação visa necessariamente obter uma vantagem patrimonial”.

Nos últimos anos tem-se verificado um aumento das incidências de pirataria e dos assaltos a mão armada no alto mar, com maior incidência na costa da Somália e na região do Golfo da Guiné. O Bureau Marítimo Internacional⁷², em 2007 classificou o GG como sendo uma das vias mais problemáticas globais, devido aos atos de pirataria.

Figura 3 - Atos de pirataria conduzidos ao largo da Costa do Benim no ano de 2011



Fonte: Organização Marítima Internacional

O atual nível de pirataria no GG é preocupante e caso não seja controlado a tempo, dará a região uma imagem muito negativa global que poderá ter impacto sobre o fluxo de transporte para a região, o investimento direto estrangeiro (IDE), de segurança nacional dos países do GG e por extensão a segurança marítima da região.

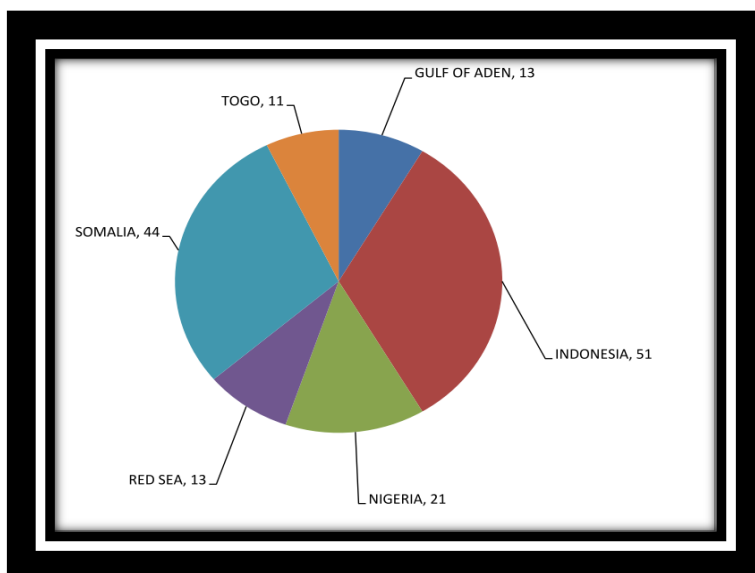
De acordo o voz da América informa que;

“O negócio de pirataria na costa da Nigéria está crescendo e o Bureau Marítimo Internacional recenseou 27 ataques no ano passado comparados aos

⁷² Centro de Denúncia da Pirataria do Escritório Marítimo Internacional (em inglês, International Maritime Bureau - Piracy Reporting Centre) - entidade ligada à ONU (Organização das Nações Unidas) que cuida da segurança da Marinha Mercante.

10 registados no ano anterior. Os mares da Africa Ocidental fazem agora parte dos mais perigosos do mundo, a seguir a Somália que apesar da redução drástica de pirataria em cerca de 70% no ano passado.”⁷³

Quadro 2 - Relativo a aos ataques do periodo de Janeiro à Setembro de 2012



Fonte: Arquivo Bureau Marítimo Internacional

O Diretor do Bureau Marítimo Internacional Pottengal Mukundan diz que

“os ataques nos mares da Africa Ocidental são muito diferentes em relação dos que ocorrem na costa da Somália. Na Somália as pessoas são retidas como reféns para pagamento de resgates. Na Àfrica Ocidental, tudo anda a volta de produtos que os barcos transportam”

E ainda;

“O mais sério desses casos são aqueles em que os barcos petroleiros são capturados para ser roubada parte do seu carregamento. E essa operação leva cerca de 7 a 10 dias, depois a embarcação e a respectiva tripulação são libertadas. E para roubar os carregamentos, os piratas capturam os barcos e conduzem-nos a um local pré-determinado onde outro, de menor dimensão se encontra a espera e o produto é transferido de um barco para o outro.”⁷⁴

⁷³ Voz da América - CEDEAO estima taxa de crescimento de 7.1% para a África Ocidental. [em linha]. 12 de Agosto de 2013.[12.09.2013] disponível na internet: <URL <http://www.voaportugues.com/content/cedao-estima-taxa-de-crescimento-de-7-por-cento-para-a-africa-ocidental/1827219.html>>.

⁷⁴ Idem

Com efeito, o fenómeno da pirataria moderna é considerado por muitos especialistas como o crime do século XXI, uma vez que este movimenta atualmente mais recursos que o narcotráfico. O crime é financiado, em sua maioria, por grandes grupos organizados e máfias internacionais. Com origem próxima no Corno de África, tem vindo a deslocalizar-se manifestando deste modo, nos mares sob jurisdição dos Estados da região do Golfo da Guiné e a ganhar proporções preocupantes e alarmantes, como o ultimo caso de pirataria ocorrido nas águas territoriais da Guiné Equatorial.

Dos casos identificados no decorrer do ano de 2012, contam-se mais de 90 e dez sequestros, o que faz do GG e consequentemente de São Tomé e Príncipe, uma das áreas marítimas mais arriscadas do planeta.

2.1.2.3 Contrabando

Sabe-se que as infraestruturas e os sistemas de transporte marítimo são, cada vez mais, potenciais alvos das ações lesivas da segurança internacional. O contrabando é muito violento na região do GG, devido a escassez de infraestrutura tais como, capacidade de vigilância e de forças de interdição para restringir as atividades dos contrabandistas. O contrabando tem consequências graves sobre a economia e segurança marítima da região, pois precipita a perda de receitas para as nações da região, enfraquece a moeda nacional e aumenta o desemprego, sendo que os produtos baratos são importados ilegalmente, o que desencoraja a indústrias locais, bem como incentiva o tráfico de drogas ilegais, armas e munições.

Essas atividades ilegais conduzem a uma alta taxa de criminalidade que impõe ameaças à Segurança marítima para a região.

2.1.2.4. Vandalismo de oleoduto e sabotagem

O aumento da consciência pública do valor monetário do petróleo e gás, juntamente com a localização remota da maioria das instalações que lhes estão associadas, têm garantido um aumento do número de vandalismo e sabotagem de oleoduto. A busca de lucro fácil através de compensações decorrentes de derrames de petróleo e de desvio de produto dos oleodutos tem incentivado a destruição de oleodutos e posto de fluxo.

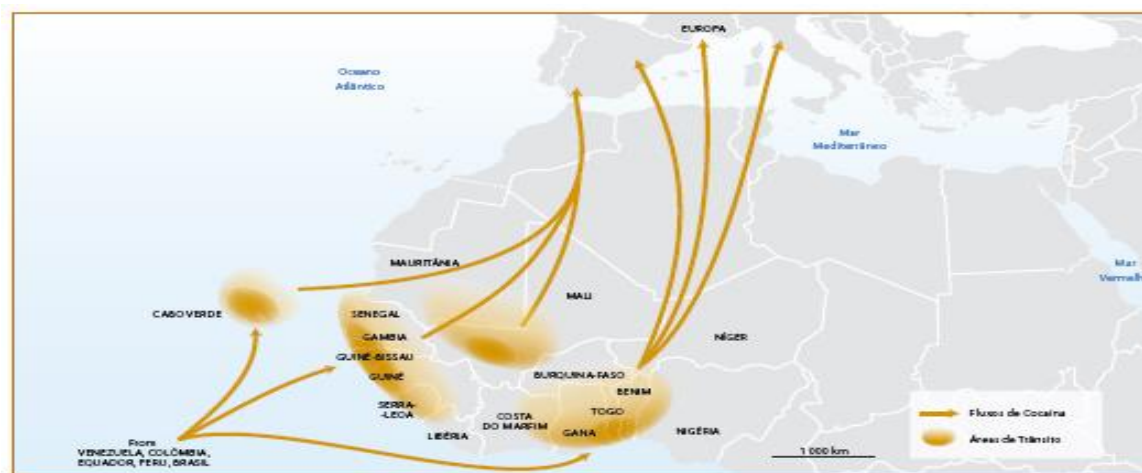
Temos o caso da Nigéria, que tem problemas relativamente ao abastecimento de óleo ilegal, na qual a vandalização de oleodutos e o roubo de petróleo e a explosão de plataformas e de oleodutos, prejudicam a exploração e a distribuição de petróleo bruto e derivados.

O roubo de petróleo tem implicações graves para a economia da região, além disso o abastecimento ilegal complica a situação de segurança no domínio marítimo da região. Estes fatores impedem o escoamento da produção local, bem como o seu desenvolvimento regional.

2.1.2.5. Tráfico de droga

O tráfico de droga através da área marítima de interesse da região é outra atividade que coloca um desafio a segurança nacional dos países circundantes da região, pois esta região está a tornar-se um centro de narcotráfico, existe elevada quantidade de cocaína que passa pelas rotas marítimas desta região, local este que as autoridades espanholas apelidaram de “*o novo triângulo da droga entre Cabo Verde, Ilhas Canárias e da Madeira*” é nesta zona que os narcotraficantes fazem a troca e venda do produto através dos navios que por aí passam.

Figura 4 - Rota do Narcotráfico



Fonte: Arquivo UNODOC

Como podemos observar no mapa acima, após entrada da droga na região, é levada posteriormente para a Europa usando várias rotas. Os correios aéreos em voos comerciais só podem transportar pequenas quantidades, mas o seu uso frequente pode compensar esta deficiência, e também permitem maior flexibilidade, movimentando drogas de qualquer país na região para qualquer destino europeu. O tráfico de cocaína pode passar também pelo mar de várias formas (em contentores, barcos de pesca e embarcações), por terra, e até mesmo via aérea, através do deserto do Sahara para a África do Norte, de onde são levados para a Europa em aviões menores ou transportados pelo Mediterrâneo em lanchas rápidas.

Tal como acontece com as rotas do Atlântico, todos estes transportes são feitos em paralelo, sendo as técnicas e rotas alteradas de acordo com as medidas de fiscalização.

Nesta região torna-se difícil a apreensão de droga, devido à livre circulação de pessoas e bens na região da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), pelo facto de entrarem nos países da África Ocidental sem passar pelo controlo fronteiriço.

2.1.3 Ameaças Ambientais

As ameaças ambientais para a segurança marítima do Golfo da Guiné incluem a poluição marinha, bem como desastres naturais e provocados pelo homem.

Poluição Marinha – em termos de descarga ou imersão de resíduos tóxicos ou perigosos no ambiente marítimo do Golfo Guiné e do lixo industrial continuam a ser um grande problema. Sendo que uma das principais preocupações os derrames de petróleo das indústrias petrolíferas

A evolução da poluição marinha é considerada como uma das principais ameaças de segurança emergente para o GG, visto que esta poluição afeta não só o ecossistema marinho como também o custo e operação relacionada aos navios.

CAPITULO 3 - OS INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO DA REGIÃO

Após a elaboração do quadro teórico, prenda-nos estudar agora as organizações que fazem parte da Região do Golfo da Guiné, como a CEDEAO, CEEAC e CGG. De entre estas, e por ter sido a primeira a ser criada, começamos pela CEDEAO. Pretendemos neste capítulo, analisar de forma sucinta o percurso das organizações regionais na sua componente de Segurança, juntamente com a característica da conflitualidade, o tipo de ameaças que a região enfrenta e como poderá cada uma das organizações contribuir para combater às dificuldades e instabilidade existente na região, são os objetivos que nos propomos analisar.

3.1. Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ ECOWAS)

A CEDEAO é um grupo regional de quinze países⁷⁵, fundada em 28 de Maio de 1975⁷⁶, pelo tratado de Lagos, cuja missão é a promoção e integração económica de todas às áreas da atividade económica, a indústria, o transporte, telecomunicações, agricultura, recursos naturais e comércio.

A quando da criação da CEDEAO a questão da segurança regional não foi incluída no preâmbulo do Tratado. No entanto a 22 de Abril de 1978, em Lagos, surge a necessidade da adopção de um o protocolo relativo a não-agressão na qual os estados se comprometiam a resolver as disputas entre si através de meios pacíficos, apesar de ter sido reconhecido pela organização às questões ligadas a Segurança, as ações não vão além da resolução pacífica das disputas entre membros, ficando desta forma os estados por não criarem mecanismos institucionais que possuam normatizar qualquer acção por parte dos estados.

O Protocolo de Assistência Mútua assinado pelos estados membros em 1981 detinham os seguintes objetivos:

Artigo 2º- Qualquer declaração ou ameaça armada contra um Estado membro será considerada uma ameaça contra a comunidade;

Artigo 3º - Os estados membros prestarão ajuda mútua e assistência em caso de ameaça armada e agressão;

Artigo 4º b - Prevê a intervenção em conflitos internos dos estados membros, caso a segurança e a estabilidade dentro da comunidade estejam ameaçados.

⁷⁵ Benim, Burquina-Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gambia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

⁷⁶ A CEDEAO foi criada através do Tratado de Lagos em 1975 com o objetivo de promover o comércio regional, a cooperação e o desenvolvimento na região. O tratado foi revisto e assinado em Julho em Julho de 1993 de forma a acelerar a integração económica e aumentar a cooperação na esfera política, incluindo a criação de instituições próprias e dando ainda à Comunidade a responsabilidade de intervir em conflitos na região. www.wikipedia.pt. ou <http://www.ecowas.int/> acesso 10.11. 2013.

Figura 5 - Sigla da CEDEAO



Fonte: www.ecowas.inf

Segundo Van-dunem

“o Protocolo de Assistência e Defesa Mútua foi um passo importante na construção de um sistema de prevenção e resolução de conflito à escala regional. Para além da existência de um mecanismo de defesa mútua para os conflitos inter-estatais, efetivado com a criação de forças de intervenção comum, a organização prévia a utilização destas mesmas forças para mediar conflitos internos”⁷⁷.

Em 1993 o tratado da CEDEAO é revisto com objetivo de acelerar a integração económica e incrementar a cooperação política, com intenção de elaborar um quadro institucional ligada a questões de segurança. Apesar das intenções, foram precisos quatro anos (dezembro de 1997) numa Cimeira extraordinária para se estabelecer a criação de Mecanismos de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos e Segurança⁷⁸.

A CEDEAO possui um órgão que trata das questões ligadas a Segurança - o Conselho de Segurança e Mediação (CMS), tem o poder de decisão para o envio de forças militares -

⁷⁷ VANDUNEM, Belarmino - *Prevenção de Conflitos em África: da Organização da Unidade Africana à União Africana*. Ed. Coleção Sociedades Africanas, 2007.

⁷⁸ Este documento foi oficialmente aceite em Agosto de 1999 e é adotado em Lomé, em Dezembro do mesmo ano. Visava essencialmente, institucionalizar as estruturas e processos que pudessem assegurar a consulta e gestão coletiva dos assuntos de segurança regional.

ECOMOG, bem como definir políticas da CEDEAO em termos de prevenção, gestão e resolução de conflitos.

O CMS é composto por nove (9) estados membros e funciona a três níveis, compreendendo o Comité de Embaixadores, Comité dos Ministros dos Negócios Estrangeiros (integram a Defesa, Administração Interna e Segurança), e o Comité dos Chefes de Estado e de Governo dos estados membros.

Este mecanismo estabeleceu o Sistema de Observação da Segurança e Paz Regionais (SOSPR). Composto por quatro zonas de monitorização da observação (ZMO) pretende servir como um sistema de alerta precoce, que possibilita uma resposta mais atempada e eficaz da CEDEAO.

Além dos objetivos económicos, sociais e políticos preconizados aquando da revisão da CEDEAO, em 1998, formalizou-se a responsabilidade da organização na prevenção e resolução de conflito na região, de formas a assegurar um clima de Paz, Segurança e Desenvolvimento. Estabeleceu-se também o Plano de Ação de Implementação do Programa de Cooperação e Assistência para a Segurança e Desenvolvimento (PCASED), cujos objetivos principais era o controlo do tráfico de armas ao longo das fronteiras da região, fornecer o treino as forças de segurança e criar uma cultura de paz. Nessa moratória a Organização reconhece que a acumulação e proliferação de armas é um dos principais fatores de estabilização na região⁷⁹.

O PCASED demonstra a preocupação da organização relativamente às questões ligadas a Segurança, desta forma, foi aprovado em 1999 o Protocolo Relativo aos Mecanismos de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, Manutenção de Paz e Segurança.

Entre os objetivos que se encontram no protocolo encontra-se a prevenção e a gestão dos conflitos inter-estatais, fortalecer a cooperação na área de prevenção de conflitos, alerta

⁷⁹ ECOWAS

precoce, operações de manutenção de paz, controlo do crime transfronteiriço e do tráfico de armas.

Os mecanismos podem ser acionados pelos estados membros ou pelos órgãos centrais da organização, desde que a paz e segurança na região estejam em causa, perante a violação dos direitos humanos e atentados contra os governos democraticamente eleitos.

A existência do ECOMOG possibilita a gestão e prevenção do conflito a nível da região, uma vez que ela é composta por civis e militares com múltiplos objetivos e encontram-se localizados cada um nos seus estados, estando prontos para entrar em ação sempre que forem solicitados sob comando do órgão central da CEDEAO.

A falta de recursos financeiros, humanos e materiais impossibilita a organização de realizar os objetivos preconizados, pois esta depende da cotização de cada estado membro (CEDEAO artigo: 73º). Os contributos nem sempre chegam a tempo, e por vezes acaba por ser insuficiente para suportar uma missão de paz de médio e longo prazo. A falta de fundos é um problema que afeta todas as organizações regionais africanas, que para obterem recursos dependem da boa vontade dos governantes de alguns países membros, pois nem todos têm a possibilidade de pagar as suas cotizações.

“Porém, apesar das dificuldades a CEDEAO, através da ECOMOG, tem dado o seu contributo na pacificação de algumas áreas sob sua jurisdição e desenvolvido operações de manutenção de paz, observação e monitorização de cessar-fogo e imposição de paz, com mandato explícito dos seus órgãos centrais”⁸⁰.

“Esta organização interveio em 1998 na Guiné-Bissau e Serra Leoa devido a insurreição militar contra o regime do presidente Nuno Viera, a intervenção foi levada a cabo pela Guiné Conacri e Senegal, com objetivo de repor a legalidade democrática e estabelecer a ordem”⁸¹.

⁸⁰ Cit. por Van-dunem – cit. 78, p. 54.

⁸¹ Idem

A CEDEAO vem intervindo ativamente na resolução de conflitos regionais em África desde 1990, sendo a primeira organização regional a realizar uma Operação de Apoio à Paz⁸² no continente africano, tendo realizado até ao momento seis operações⁸³, onde se destaca o “*Grupo de Monitorização do Cessar Fogo*”(ECOMOG) na Libéria (1990-1998), mantendo atualmente missões na Costa do Marfim, Libéria e na fronteira entre a Guiné e a Libéria⁸⁴.

Em julho de 2013, a CEDEAO aumentou na sua estrutura orgânica com seis novos Departamentos nomeadamente; gestão de recursos humanos, educação, ciência e cultura, minas e energia, telecomunicações e TI, indústria e promoção do sector privado finanças e administração.⁸⁵

3.2. A Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)

A CEEAC foi assinada em Outubro de 1983, em Libreville, República do Gabão, integra 10 (dez) estados membros, nomeadamente Angola, Burundi, Camarões, República Centro Africana, Congo, RDC, Gabão, Guiné Equatorial, São Tomé é Príncipe e Tchad. O Rwanda retirou-se da CEEAC.

*“O objetivo fundamental da Comunidade consiste no Fortalecimento da co-
operação harmoniosa e dinâmica, equilibrada e autossustentável em todas
as áreas da atividade económica e social, especialmente na indústria,
transportes e comunicações, energia, agricultura, recursos naturais, co-
mércio, questões monetárias e financeiras, recursos humanos, turismo, edu-
cação, cultura, ciência e tecnologia e do movimento das pessoas para al-
cançar a autonomia coletiva, elevar o padrão de vida”*⁸⁶.

⁸² Em 1986, uma organização denominada “*Treaty on Non-Aggression, Assistance and Mutual Defense*” (ANAD), constituída por oito países, destacou para a fronteira do Burkina Faso com o Mali, equipas de observadores militares, constituindo a primeira missão, embora incipiente do nível regional. O ANAD deixou de existir em 2001.

⁸³ As missões desenvolvidas pela ECOWAS no quadro das intervenções regionais foram: (Liberia - 1990); (Serra Leoa - 1997-2000); (Guiné-Bissau - 1998-1999); (Guiné e Libéria - 2000); (Costa do Marfim - 2002-2004) e (Liberia - 2003) (ECOWAS, 2006).

⁸⁴ BERNARDINO, L. - **Políticas de Segurança e Defesa em África e para África: O papel das Organizações Regionais Africanas**. In Revista Militar [em linha]. 2476, (2008). (consult. 11 de Novembro de 2013). Disponível na Internet: <URL http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=289>.

⁸⁵ CEDEAO (consult. 11 de Novembro de 2013). Disponível na Internet: <URL http://en.wikipedia.org/wiki/CEDEAO#Regional_security_cooperation>.

⁸⁶ CEEAC (consult. 11 de Novembro de 2013). Disponível na Internet: <URL http://www.ceeac-ccas.org/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=2> acesso aos 11.11.2013

Figura 6 - Sigla da CEEAC



Fonte: Arquivo CEEAC

O Conselho de Paz e Segurança da África Central – COPAX é um órgão de concertação política e militar dos estados membros da CEEAC, no domínio da promoção, manutenção e da consolidação da paz e de segurança, criado em Yaoundé, pelos chefes de estado e do governo da África Central, para fazer face à proliferação e à persistência de crises políticas e de conflitos armados que constituem uma ameaça à paz e à segurança na região. O protocolo assinado no ano de 2000 na cidade de Malabo estabelece os seguintes objetivos:

- Prevenir, gerir e resolver conflitos;
- Realizar ações de promoção, manutenção e consolidação da paz e segurança na região;
- Trabalhar para o reforço da paz e segurança na região;
- Reduzir os centros de tensões e prevenir o surgimento de grupos armados,
- Desenvolver a medidas de confiança entre os Estados membros;
- Coordenar a ação dos países membros na sua luta contra o fenómeno da emigração clandestina;

Para a materialização dos objetivos do COPAX, foram criados:

- O mecanismo de alerta rápido da África Central (MARAC) que é um mecanismo de observação, de controlo, prevenção de crises e conflitos, e funciona no seio da comunidade;
- Força Multinacional para a África Central (FOMAC) de escalão Brigado, constituída por contingentes militar, policial e civis dos estados membros da Comunidade, com vista a cumprir as missões de paz, segurança e assistência humanitária.
- A FOMAC encontra-se atualmente empregue em missão na República Centro Africana, constituindo-se num bom exemplo do emprego deste tipo de meios e de Forças em prol da prevenção e resolução de conflitos e em proveito da segurança regional;
- Por fim, temos a Comissão de Defesa e Segurança (CDS) é um órgão consultivo do COPAX que analisa todas as questões administrativas, logísticas e avalia as necessidades das operações de manutenção de paz.

Em 2004, é consolidada a parceria para a paz entre os Estados-membros, ao assinar o *“Pacto de Segurança Mútua para a África Central”*, tendo ainda um *“Centro de Gestão de Conflitos”*, em fase avançada de instalação. Esta organização foi capaz de dar resposta à algumas crises da região, nomeadamente; o golpe na República de S. Tomé e Príncipe e na República Centro Africana, com o apoio da França, e tem como principal estratégia desempenhar um papel mais ativo e determinante na gestão de crises na região com ajuda dos aliados como a UE, ONU e a NATO⁸⁷

A CEEAC é uma parte integrante da arquitetura Africana de Paz e Segurança (AAPS - APSA), esta estrutura continental com base nas disposições do Protocolo que cria o Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana (UA).

Foi especificado no Memorando de Entendimento sobre Cooperação para a Paz e Segurança, assinado em Janeiro de 2008 entre a UA e as Comunidades Económicas Regionais

⁸⁷ Idem Benardino cit. 84, p.55.

(CER) e rege a relação entre a UA e os mecanismos regionais para a prevenção, gestão e resolução de conflitos. Consequentemente, a aplicação de instrumentos e desenvolvimento de políticas CEEAC relativas a Paz e Segurança com as orientações da organização continental.

A República de Angola tem assegurado a sua participação nas atividades do COPAX e contribuí de forma significativa para a consolidação das estruturas e no desempenho das suas tarefas.

Missão da Comunidade Económica dos Estados da África Central para a Consolidação da Paz na República Centro-Africano (MICOPAX) para a Missão de Apoio Internacional Africano criado em 2005, com vista a intervir na RDC para resolver assuntos ligados a Defesa e Segurança dos estados-membros da CEEAC.

MICOPAX tem as seguintes missões:

- Contribuir para a reconciliação Nacional;
- Reforçar o clima de paz, segurança e estabilidade;
- Auxiliar no desenvolvimento do processo político, contribuindo para o processo de reconciliação nacional;
- Auxiliar na observância dos direitos humanos e à protecção das pessoas vulneráveis;
- Participar da coordenação da assistência humanitária e da luta contra as doenças pandêmicas e endêmicas, especialmente o HIV.

Para além da sua missão de apoio à segurança na região da África Central, o MICOPAX deve apoiar o desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) dos ex-combatentes, apoiar o processo eleitoral e contribuir para a reforma do sector da segurança.

A componente militar é responsável pela continuação da FOMAC missão que é de apoiar as Forças Armadas da África Central (FAACA) na reestruturação e na sua missão de pro-

teger o país, enquanto a sua componente civil é responsável por auxiliar as autoridades centro-africanas para aspectos civis e políticos.

Posteriormente, em 2012, o MICOPAX1 foi extinto para o MICOPAX2 devido á alteração da arena político-militar na República Centro Africana. Na última reunião e face ao relatório elaborado pelas N.U sobre a situação da RCA, a União Africana e a CEDEAO decidiram criar uma nova força de intervenção⁸⁸ a MISCA de forma a estabelecer a Paz e a Segurança naquela região.

*“Le mandat de la MISCA sera de contribuer à la stabilisation, à la restauration de l'autorité de l'Etat de droit sur l'ensemble du territoire centrafricain et bien sur au rétablissement de l'ordre constitutionnel jusqu'aux prochaines élections en Centrafrique. La MISCA soutient aussi les autorités nationales dans la protection des civils, la réforme et la restructuration de l'armée de défense et de sécurité nationale. Elle aura aussi pour mission de faciliter la fourniture de l'aide humanitaire. Cette force robuste a un mandat robuste pour aider à restaurer la paix, la stabilisation du pays et aider aussi les ONG et les agences des Nations Unies à fournir l'aide humanitaire nécessaire à la population”*⁸⁹

Apesar da boa vontade por parte dos estados em intervir com as suas forças em determinados conflitos, continua haver dificuldade económica, pois a maior parte dos estados não possui capacidade financeira para fazer face ao contingente necessário, possibilitando a inexistencia de meios logísticos, ficando dependentes de ajudas externas.

3.3. A Comissão do Golfo da Guiné

Na Região da África Ocidental existe uma diversidade étnica é principal causa das clivagens políticas entre os vários estados anglófonos e francófonos, bem como a delimitação arbitrária das fronteiras resultante da colonização. Não nós podemos esquecer que a exis-

⁸⁸ A decisão foi tomada na reunião de 8 de Julho, em Addis Abeba, na Etiópia. Essa força será composta por 3.500 soldados, incluindo 475 militares 2, 1.025 policiais e 152 civis.

⁸⁹ <http://www.radiodekeluka.org/securite/item/16566-la-misca-remplace-la-micopax.html> acesso aos 14 Novembro de 2013.

tência de recursos naturais como diamantes, petróleo e produtos agrícolas, existentes na região tem sido a fonte da cobiça, não só dos governantes, mais também, para as grandes potências. Muitos países em troca destes produtos de forma ilegal financiam grupos rebeldes e potenciam a perpetuação do conflito. A proliferação de armas ligeiras é um dos aspetos que ameaçam a Paz e a Segurança regional.

O conflito na África Ocidental é interno, na medida em que as clivagens entre os beligerantes se estabelecem a partir de causas internas e porque a guerra desenrola-se num só Estado, mas não se limita a ser interno devido a vários fatores que passaremos a enumerar: os beligerantes são treinados, apoiados e incentivados por outros estados, servindo de canal indireto de confrontação inter-estatal; o conflito afeta diretamente os países vizinhos, que enfrentam problemas de violação das fronteiras destes países e o exodo massivo de refugiados, o surgimento de redes de comércio ilegal, mas sobre tudo na exploração da confrontação para dentro das fronteiras dos estados fronteiriços; além de desenvolver, cada vez mais, forças internacionais de manutenção/imposição da paz, que acabam por se tornar mais um ator beligerante.

É nesta senda, que os estados da região do Golfo da Guiné no dia 03 de Julho de 2001 decidem criar o Tratado Constitutivo da Comissão do Golfo da Guiné, firmado em Libreville, República Gabonesa, como forma de terem uma ferramenta de cooperação institucional permanente, capaz de velar pelos interesses comuns, bem como agir em favor da Paz e do desenvolvimento socioeconómico, tendo em conta o diálogo e fundamentando-se nos vínculos de amizade entre os estados.

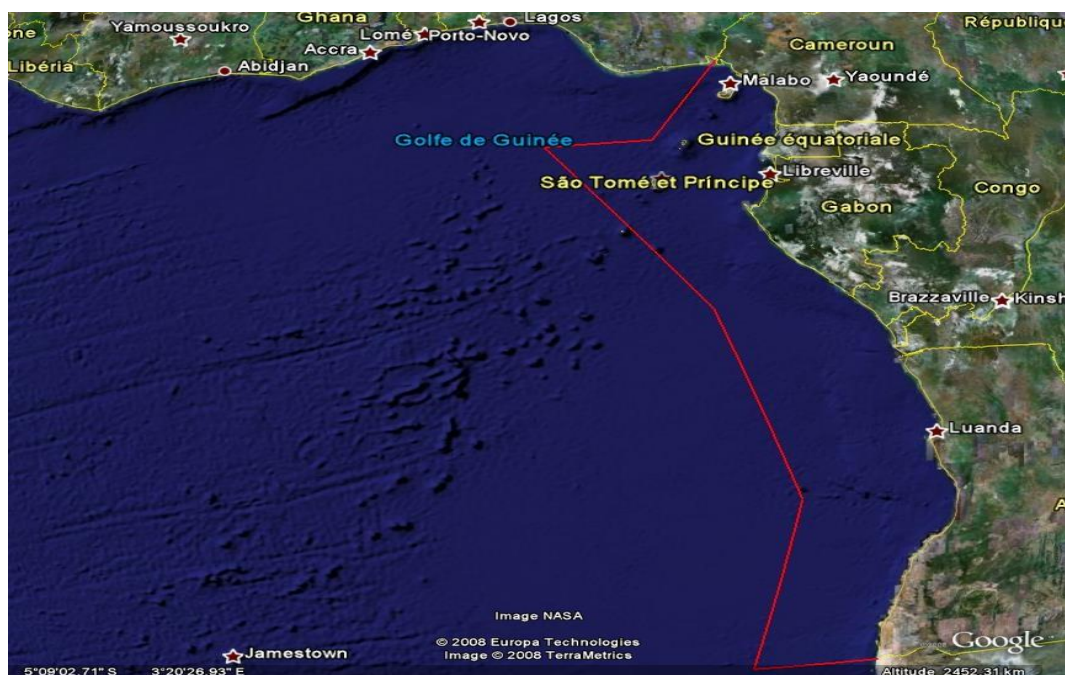
Esta organização tem a sua sede em Luanda e está sobre a presidência da Guiné Equatorial. A Comissão tem como Estados Membros: Angola, os Camarões, a República Democrática do Congo, o Congo Brazzaville, a Guiné Equatorial, o Gabão, a Nigéria e São Tomé e Príncipe. Na última reunião aderiram à comissão a Costa do Marfim, Gana e Libéria.

O âmbito de ação da CGG inclui a promoção da Paz e da Segurança na região do Golfo da Guiné, bem como o bem-estar social, financeiro e ambiental dos seus membros. A comissão começou a funcionar a partir de 11 de Abril de 2007, data em que o governo de Angola

assinou o Acordo sede que rege as relações entre Angola e a Organização e que permitiu o funcionamento a partir de Luanda.

A área que circunda esta organização tem uma extensão de 5,629.471Km² de superfície e alberga uma população com mais de 260 milhões de habitantes, e possui o segundo maior conjunto florestal do mundo, a terceira maior bacia hidrográfica do mundo e com uma maior rede hidrográfica, mais de um terço dos diamantes, a sua situação geográfica, no coração do Golfo da Guiné lhe confere uma posição estratégica muito importante em termos de navegação marítima e de comércio internacional.

Mapa Geral do Golfo de Guiné



Fonte: Google Maps

Como afirma Francisco da Cruz:

“O petróleo ganhou tal importância na economia mundial que a influencia a segurança dos estados e as relações de cooperação entre as nações. Por exemplo, em África assiste-se ultimamente uma maior intervenção económi-

ca da China na procura de oportunidade de investimento nos países produtores de petróleo, particularmente no Golfo da Guiné.”⁹⁰

O tratado da Comissão do Golfo da Guiné foi constituído como um fórum para lidar com os problemas que circundam nesta região, tais como:

- Reforçar os vínculos de cooperação e solidariedade que existem entre os estados membros;
- Criar as condições de confiança mútua, de paz e segurança propícias para o desenvolvimento de relações amistosas entre os estados;
- Promover a cooperação sectorial segundo as disposições estabelecidas pelo tratado da Comunidade Económica Africana e a União Africana e desta forma contribuir para o desenvolvimento do continente;
- Proteger e preservar a região contra a poluição ambiental das zonas marítimas dos estados membros, bem como a harmonização da exploração dos recursos naturais nas áreas sobrepostas as zonas económicas exclusivas (ZEE) e cooperar em caso de catástrofe natural;
- Delimitação das fronteiras marítimas e outros conflitos resultantes da sobreposição das ZEE de alguns dos estados membros;
- Desenvolver uma política concreta de imigração e encontrar soluções e problemas que podem surgir, bem como prevenir alguns conflitos e controlo dos fenómenos de imigração nas fronteiras comuns;
- Reforçar a cooperação no âmbito das comunicações, especialmente no caso das comunicações marítimas, com o objetivo de facilitar as relações e os intercâmbios entre os estados membros e entre as suas populações;
- Tentar ampliar a rede de comunicações e assegurar a integração das redes de transportes.

O tratado do CGG deixa claro que as metas principais da organização é assegurar a paz e estabilidade na região. Para se alcançar estas metas, é necessário que haja reuniões periódicas entre os Estados Membros. Os Estados Membros incluem a Conferência de Chefes de

⁹⁰ Bernardino, L. – cit. 29, p.12.

Estados e de Governos, o Conselho de Ministros, o qual inclui os ministros responsáveis pelas Relações Exteriores, Finanças, Hidrocarbonetos (petróleos), Pescas, Minas e Ambiente, e a secretária dirigida por um secretariado executivo.

A Reunião de Chefes de Estado e Governos é o órgão responsável pela tomada de decisões na CGG, determinando os seus objetivos, princípios e atividades. A Assembleia reúne-se em cimeiras anuais levadas a cabo num dos Estados Membros, por ordem alfabética. O Conselho de Ministros reúne-se pelo menos uma vez por ano ou quando se julgue necessário para harmonizar diferentes opiniões sobre os assuntos que devam ser resolvidos antes da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comissão do Golfo da Guiné.

Calcula-se que em 2010 o orçamento da CGG tenha sido de cerca de US \$3,6m e que tenha chegado aos US \$4m em 2011.

A comissão pretende trabalhar em conjunto com os estados membros, de forma a manter um aceitável nível de cooperação internacional, a nível global com os estados membros e outras organizações na manutenção e consolidação da Paz, Segurança, Democracia e Boa Governação dentro da região, bem como trabalhar de forma unânime de modos a desenvolver, implementar estratégias de segurança e desenvolvimento, tanto no mar como na terra, a nível regional da CEEAC, CEDEAO e CGG e em estreita colaboração com, a União Africana, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e as Nações Unidas.

3.4. A Caracterização da Situação de Segurança e de Estabilidade na Região da CE-DEAO, CEEAC e no Golfo da Guiné

Não é fácil construir uma tipologia de conflitos nesta região pelo facto de haver vários fatores para reacendê-lo, pela simples razão de haver um acentuado grau de desenvolvimento, derivado de uma estrutura económica deficiente, pobreza endémica, instituições políticas instáveis, variedades de etnias dentro de uma mesma região, culturas diferentes, etc.

Em termos políticos, os estados da região são, na sua maioria, instáveis: de acordo com a Internacional Peace Academy (IPA), só entre 1960 e 1990 houve 35 golpes de estado, entre 72 que se registaram em todo o continente.

Na Nigéria, uma das seitas religiosas de Boko Haram matou 569 pessoas em 2012, em comparação com 299 em 2011⁹¹. Os símbolos religiosos, as forças governamentais, as escolas e a população civil têm sido alvos desta violência.

O tipo de política seguida pelo Estado da região (estados fracos) que não cumprem com as suas obrigações apropriam-se do poder para proveito próprio, deixando a maioria da população a viver em extrema pobreza, o abuso do monopólio da violência legítima:

O poder do Estado em controlar a violência e de cumprir as suas obrigações sociais é frequentemente corroído por líderes que têm procurado transformar as forças de segurança do Estado em guardas pretorianas, com vista à sobrevivência do regime, mas em detrimento da proteção do cidadão comum.

3.5. A Presença de Angola nos Mecanismos de Defesa e Segurança da CEEAC

Como refere o Professor Armando Marques Guedes no seu artigo “*a evolução da política externa angolana*”, o colapso da URSS e as mudanças político-ideológicas associadas tanto em palcos angolanos como nos panoramas internacionais algumas destas circunstâncias conjunturais foram alteradas, o que levou a uma reorientação considerável na política internacional do Estado angolano⁹². A mudança da conjuntura do estado angolano tanto a nível interno como externo, permite um realinhamento e uma reorientação no que se refere as suas estratégias de política externa.

⁹¹Revista Terrorism tracker, 2013.

⁹² GUEDES, Armando Marques - *Notas Sobre Política Externa Angolana*, 2008.

Nota-se que o fim da guerra civil angolana em 2002, levou a uma mudança das estruturas internas, assim como também é notável o posicionamento geopolítico na região da África Austral e Central a sua ação externa com os países vizinhos e com as grandes potências que têm influência na região.

Através dos acordos de cooperação bilaterais e multilaterais, bem como de contactos externos, Angola tem vindo a marcar uma nova era na política externa, chamando para si os parceiros de desenvolvimento.

Tendo conhecimento que a África Central é um espaço geopolítico que integra onze Estados membros, constituindo um vasto mercado com mais de 100 milhões de consumidores, o Executivo angolano procura protagonismo nas questões relacionadas com esta região, participando na sua estabilidade política, desenvolvimento económico e social.

Angola é igualmente membro da CGG e co-fundador, alberga a sede da organização e pretende assumir protagonismo na dinamização da organização de modo a contribuir positivamente para atingir os seus objetivos, nomeadamente prevenir e dirimir eventuais conflitos fronteiriços, resultantes da extensão da plataforma continental e da pesquisa, prospeção e exploração de petróleo, gás natural e outros recursos naturais.

Apesar de Angola ser membro das duas organizações as únicas estruturas de Defesa e Segurança que funcionam são as da CEEAC, nomeadamente o seu Conselho de Paz e Segurança da África Central (COPAX).

Ao nível da CGG apesar dos objetivos do seu ato constitutivo seja o da “criação de condições de confiança mútua, de paz e de segurança propícia ao desenvolvimento harmonioso dos Estados”, está em vista a criação de uma estrutura ou mecanismo que trate exclusivamente de questões de Defesa e Segurança, porém a luz da resolução 2039 (2012) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, está em curso o estudo de estratégias marítimas integrada das várias organizações regionais que visam garantir os interesses vitais dos estados no mar da CEDEAO, CEEAC sob égide da CGG.

Existem várias razões para que Angola participe nos mecanismos de segurança da CEEAC e da Comissão do Golfo da Guiné, pelo facto de Angola possuir uma extensa fronteira com

dois países membros das duas organizações, com os quais coabita na solução das questões de Defesa e Segurança comuns.

Angola desfruta de uma costa marítima de 1600 km que oferece variedades de recursos marinhos. Situa-se na zona do Atlântico Sul, o que faz dela uma zona considerada estratégica para o trânsito de embarcações europeias e americanas provenientes dos oceanos Índico e Pacífico que transportam petróleo e outros recursos naturais.

Devido ao seu posicionamento relativamente ao mar, Angola tem características consideradas pelo teórico Mahan essenciais para o desenvolvimento do poder marítimo, situa-se na zona do «*Rimland*»⁹³ de Spykman, o que permite com que esta funcione como poder anfíbio, igualmente situa-se dentro da área do «*Trade Dependent Maritime World*», de Cohen, o que significa que está naturalmente inserido na estratégia económica dos países ocidentais. Tal como Mahan e Castex, outros teóricos consideravam que os estados que dispunham de acesso ao mar estavam em vantagens para alcançarem a posição de grande potência do que os chamados «*estados encravados*», por este facto, Angola acaba por assumir-se numa posição «*pivô*» geoestratégica fundamental e, de certo modo, “invejável” quando comparada com a dos restantes países da África Austral, servindo de “ponte” entre as duas importantes regiões africanas, a África Central e a Austral.

A sua participação nestas organizações vai permitir o seguinte:

- Conhecer a realidade dos vários países, bem como possibilitar a capacidade de análise e compreensão das tendências políticas das individualidades envolvidas para solução de determinadas crises inter e intra-estaduais, nas quais intervêm estas organizações;

⁹³ O *Rimland*, entendido como as zonas costeiras que bordejam a Eurásia ou o arco ribeirinho envolvente do *heartland*, iria desde a Europa marítima ocidental até ao extremo oriente, incluindo o Médio Oriente, o subcontinente indiano e o Sudeste Asiático. O *rimland* é considerada a zona pivot mundial devido a abundância de recursos humanos, energéticos e naturais.

- Preservar o clima de dissuasão, em consequência das estratégias traçadas pelo país com vista a manutenção da paz e estabilidade regional;
- Procurar ampliar a esfera de influência geopolítica e geoestratégia;
- Possibilitar o conhecimento de outros países das experiências vividas aquando das guerras passadas, bem como as experiências adquiridas na resolução dos seus conflitos internos, permitindo deste modo chamar a si o protagonismo na condução de processos de paz, quer no campo político, como no da participação em operações de paz na região;
- Criar mecanismos de monitoramento e alerta rápido do poder naval, em particular e, marítimo no geral que permitam um maior controlo e manutenção da segurança na região;
- Monitorar através de mecanismos e meios apropriados, das ameaças externas, nomeadamente a criminalidade transnacional organizada, o tráfico ilícito de armas, drogas e de seres humanos, e o terrorismo.

O facto de Angola ser um país potencialmente rico em recursos naturais, que vive num clima de estabilidade política, sustentada pelo seu crescimento económico e financeiro, e que busca a estabilidade social, propicia a cobiça por parte das potências estrangeiras, profundamente inseridas na região da África Central, e que vêm em Angola uma ameaça política e económica para os seus interesses geopolíticos e geoestratégicos.

Em 2004 Angola consolidou a parceria para a Paz regional entre os seus estados membros ao ser assinado o Pacto de Segurança Mútua para a África Central, tendo assinado em finais de 2006 um protocolo relativo à criação de um centro de gestão de conflitos, constituindo o órgão de planeamento e gestão das participações da organização na sua área de intervenção.

Nesta senda, Angola tem realizado os seus exercícios militares de forma anual – temos como exemplo o exercício Kuanza realizado em 2010- sendo um dos principais exercícios militares realizados pela CEEAC, onde estiveram envolvidos um número significativo de efetivos e meios militares, demonstrativos da capacidade de intervenção em caso de confli-

to, bem como a afirmação regional que Angola procura assumir no seu eixo de ação externa em África.

Angola tem procurado cada vez mais dar o seu apoio em termos de efetivos militares e financeiro de formas a afirmar a sua soberania no seio de África.

3.6. Os Objetivos Perseguidos por Angola com a sua Participação nos Mecanismos de Defesa e Segurança da CEEAC e na CGG

Angola é vista pelos países do Golfo da Guiné, como um estado membro importante a nível do continente africano.

De acordo com Eduardo Beny

“esta importância não advém apenas do volume das suas potencialidades económicas ou da sua estratégica localização geográfica, mas também devido a um conjunto de fatores históricos e políticos que ao longo de uma determinada trajetória, sobretudo no período pós- independência, conferiram ao país um prestígio regional e internacional”⁹⁴.

É importante referir que Angola além de ter albergado a sede da Comissão do Golfo da Guiné, tem dado todo o seu apoio para o funcionamento desta organização, como afirma o Presidente de Angola José Eduardo dos Santos durante a IIª Cimeira ordinária dos países membros da Comissão do Golfo da Guiné, realizada em Luanda, aos 25 de Novembro de 2008.

“Nós acolhemos com agrado a instalação da sede da Comissão em Angola e tudo faremos para que a nossa organização se torne cada vez mais atuante num espaço geopolítico cuja importância estratégica não cessa de crescer, na atual conjuntura de crise financeira e de desaceleração da economia mundial”⁹⁵.

⁹⁴ BENY, E - *A nova geopolítica do petróleo: do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2007, p. 113.

⁹⁵ Jornal de Angola Online http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/golfo_da_guine_debate_assaltos acesso aos 10 de Novembro de 2013.

Acrescenta ainda:

“Sabemos que a nossa região, para além de ser responsável por mais de 15 por cento da produção mundial de petróleo, inclui o segundo maior conjunto hídrico e florestal do mundo, só superado pela Amazónia, e representa no seu conjunto, em termos populacionais, um mercado de cerca de 250 milhões de habitantes”⁹⁶.

E com estas frases podemos afirmar que Angola tem posição e potencialidades estratégicas para se tornar um líder «alternativo» na região do Golfo da Guiné, tendo como linha de lance mecanismos de Defesa e Segurança, nomeadamente:

- A busca de novas alianças estratégicas na região, com vista a garantir a Paz, a Segurança e a estabilidade interna, através da criação de uma estrutura nacional que se encarregue das questões ligadas a África Central e com autonomia administrativa e financeira, dotada de competências e capacidades para propor políticas e ações concretas nesta organização;
- Tendo em conta a sua experiência em lidar com conflitos internos, servir de líder na região, de modo a atingir os objetivos previstos nos tratados e atos constitutivos destas organizações. Daí que a busca de uma posição de liderança na região é um dos objetivos a serem atingidos;
- Salvar através das instituições existentes, o princípio da prevenção e resolução dos conflitos através do diálogo, mantendo para o efeito uma política de aproximação com os estados membros quer ao nível das organizações, como a nível bilateral;
- Definir uma ação coordenada entre as várias estruturas de defesa e segurança, com vista a elaboração de uma estratégia de intervenção na CEEAC, que proporcione o início de uma nova era de atuação de Angola nas Organizações Internacionais, ou seja, nas instâncias de Defesa e Segurança.

⁹⁶ Idem

Existem fatores estimulantes na região que contribuem para que se perspetive um futuro mais promissor e que se suportam, entre outros, nos esforços de reformas políticas que têm sido desenvolvidas, em personalidades prestigiadas da região com créditos firmados no âmbito da União Africana (UA) ou da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)⁹⁷, nos lucros dos governos que aumentaram significativamente em virtude da subida dos preços da energia e expansão da sua produção, e na cada vez maior atenção e transparência da gestão das riquezas nacionais. Espera-se mesmo que, ao longo prazo, a boa gestão das receitas do petróleo seja um fator determinante na redução da pobreza, da instabilidade e das ameaças à Segurança. Concomitantemente a Comunidade Internacional principalmente no âmbito das Nações Unidas (NU) e de países doadores têm dado maior atenção em África, enfatizando a necessidade de melhorar a governação, especialmente no que diz respeito não só à corrupção, mas também melhorando os mecanismos de ajuda externa existentes no âmbito da redução da pobreza.

CAPITULO 4 – PARA UMA ESTRATÉGIA MARÍTIMA INTEGRADA

No presente capítulo será feita uma abordagem sobre o ambiente estratégico internacional, a função do poder marítimo na prespetiva da defesa dos interesses nacionais e das alianças.

A estratégia marítima integrada será abordada recorrendo-se da análise dos riscos, preocupações, desafios e ameaças com a articulação dos estados membros da CGG, bem como das organizações regionais.

O poder naval enquanto instrumento será abordado tendo em conta as missões de estado de alerta que as marinhas devem estar preparadas a desempenhar e as capacidades e meios a serem desenvolvidas para uma eficaz manutenção da segurança marítima continental.

⁹⁷ Estados membros da CEDEAO: Benim, Burkina Faso, Cabo-verde, Costa do Marfim, Gambia, Ghana, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra leoa, Togo.

4.1. Fatores Estratégicos

O século XXI está caracterizado pela globalização e aparecimento de novas ameaças, bem como das tensões internacionais, susceptível de gerar conflitos. Na origem dos conflitos da atualidade existem “*questões de natureza económica*”, como o acesso às matérias primas e aos mercados, e conseqüente controlo das linhas de comunicação, “*de natureza territorial*” o problema das fronteiras, religiosas ou étnicas⁹⁸.

Como temos vindo a referir, a origem do conflito prende-se com o acesso aos recursos, pois é notável a diferença existente entre ricos e pobres. Grande parte da matéria-prima dos países pobres são canalizados para a fabricação de bens diversos, materiais estratégicos ligados a tecnologia de ponta. O ocidente tem mostrado interesse nas reservas estratégicas.

Além das tensões entre estados, importa sublinhar as existentes no interior de estados, susceptíveis de gerar confrontações e de serem aproveitadas por entidades políticas. Na Europa os atuais conflitos não ocorrem entre estados, mas sim internos e resultam de choques de princípios e valores culturais⁹⁹.

De acordo com a formulação do general Loureiro dos Santos os principais elementos geradores de tensão, na situação mundial, são:

“desmoronamento da URSS; crise de identidade cultural e nacional dos países ocidentais; proliferação dos fundamentalismos; omnipresença dos média; presença do nuclear; diferencial demográfico entre povos; concentração nas megalópolis e desintegração social e étnica; predominância do modelo de democracia e economia de mercado; emergência de novas ameaças - narcotráfico e acidentes ecológicos; as grandes tensões económicas e as especulações financeiras; importância da vigilância e das informações, das novas tecnologias e do espaço; o domínio cultural e do conhecimento”¹⁰⁰.

⁹⁸ SANTOS, José A. L. dos - **Reflexões sobre Estratégia**. Temas de Segurança e Defesa. Mem Martins, Publicações Europa-América, 2000. P.26

⁹⁹ SACCHETTI, António E. – cit. 48, p.23.

¹⁰⁰ SANTOS, José A. L. dos – ob. Cit.

A comunidade internacional tem-se mostrado preocupada com a luta contra a pobreza, violência, terrorismo, crime organizado, luta contra a destruição do meio ambiente, o HIV, a luta contra as injustiças são assuntos prioritários, tratados durante a Cimeira do Milênio em 2000, realizada no âmbito da ONU.

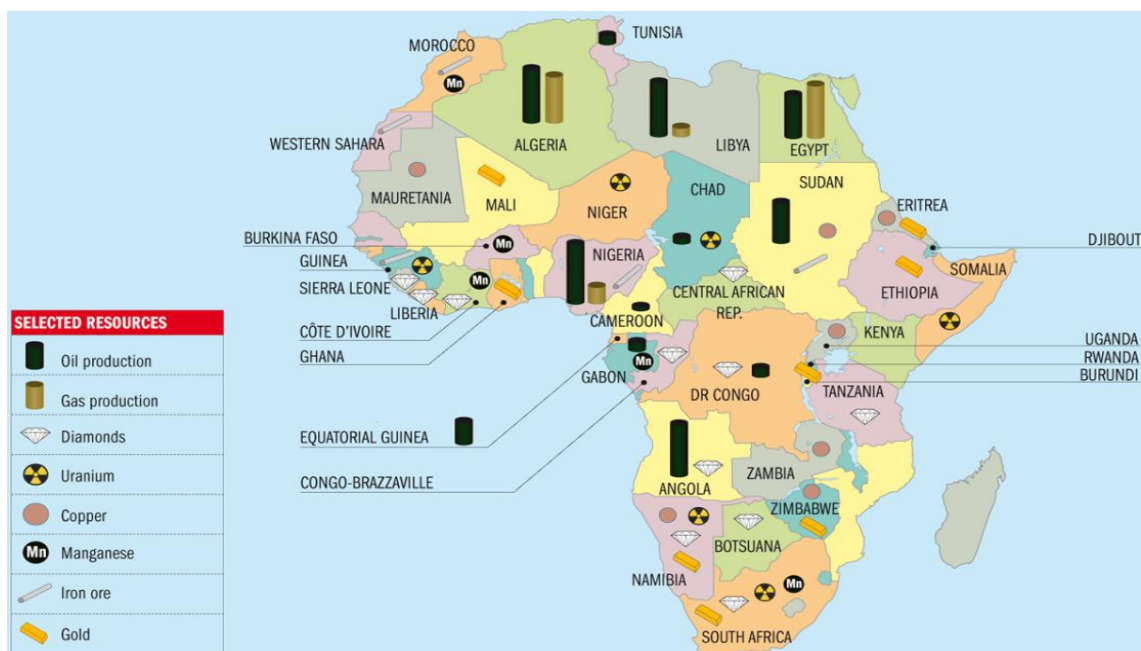
Apesar de os esforços para a resolução destas prioridades, existe uma discrepância na fórmula apresentada, de um lado os países desenvolvidos dão prioridade às operações de manutenção de paz e ao combate ao crime organizado, ao narcotráfico e a lavagem de capitais, por outro os países em desenvolvimento colocam ênfase na necessidade de uma real vontade política de formas a permitir um real desenvolvimento e transpor o abismo que separa o Norte do Sul e garantir a justiça social¹⁰¹.

Na atual arena internacional, cujas ameaças transcendem a Segurança do próprio Estado, torna-se necessário que os atores políticos disponham de meios de vigilância e espionagem que lhes forneçam o conhecimento, em tempo oportuno, dos desenvolvimentos capazes de lhes serem prejudiciais, a fim de poderem fazer face. As informações, assumem desta forma uma maior relevância para os estados, incluindo o controlo do espaço, a partir do qual se registra e telecomunica sobre o que se passa na superfície. O acesso e desenvolvimento das tecnologias mais avançadas têm grande relevância estratégica, nos equipamentos militares e em especial na organização e gestão das forças armadas dos países¹⁰².

¹⁰¹ PINTO, Maria C. - **ONU: o maior espetáculo da terra**. Diário de Notícias, 4 de Outubro de 2000

¹⁰² SANTOS, José A. L. dos - cit.99, p. 71.

Mapa 4 - Mapa dos Recursos Naturais¹⁰³



Fonte: Googlemaps

4.2. Potencialidades do Mar/ Desenvolvimento e Segurança

O Golfo da Guiné possui uma das maiores reservas de petróleo mundial no fundo do mar (offshore) bem como consideráveis reservas de gás natural. O petróleo desta região tem uma importância estratégica universal, dispondo ainda de um corredor alternativo estratégico offshore, pois possui excelentes particularidades que vão desde a qualidade, localização da maior das suas reservas serem em offshore, menos vulneráveis a crise e conflitos, e serem de fácil transporte para os mercados internacionais, e ainda o facto de estarem em “*mar aberto*” e pelas suas jazidas de exploração estarem abertas ao investimento estrangeiro, ao contrário de outras regiões produtoras do mundo.

Contudo, a importância geoestratégica da região, não só em matéria de produção e exploração dos hidrocarbonetos, deve ser vista num contexto mais alargado, onde os interesses das potências globais com o objetivo de garantir o controlo das principais regiões de abas-

¹⁰³ Colliding Geopolitics and African Resources International Relations and Security Network. dez.2011.Disponibilidade e Acesso em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/Security-Watch-Archive/Detail/?lng=en&id=134743> Dez.2011

tecimento de petróleo e gás natural na região, numa área que engloba o Atlântico Sul com um (perigoso) vazio estratégico e tem uma larga via de acesso e escoamento, mas também com preocupações securitárias acrescidas a nível da segurança marítima.

No final do século XIX, Almirante norte-americano Alfred Mahan baseando-se no exemplo da Inglaterra, assumiu que se os EUA quisessem conquistar poder a nível internacional teriam que se tornar numa potência marítima¹⁰⁴.

No seu livro *A influência do poder marítimo*, Mahan demonstrou as várias razões que o levavam a crer na importância do mar para se atingir poder a nível internacional, advoga a necessidade de manter a segurança no domínio do mar, com uma estratégia ofensiva de aniquilação, de que teria como instrumento uma poderosa marinha de guerra com capacidade oceânica.

Para Mahan as razões para considerar o poder do mar eram;

- Domínio dos mares significa o controlo de 7/10 da superfície do globo;
- Historicamente, o poder marítimo superiorizou-se sempre ao poder terrestre;
- Os oceanos constituem um espaço contínuo que faculta o acesso a todos os continentes e ilhas;
- O domínio do mar significa o domínio dos mercados internacionais.

No início do séc. XX, o estratega britânico Julian S. Corbett sustentava que o objeto do domínio do mar não era mais que, o controlo das comunicações marítimas, com propósitos comerciais ou militares. O objeto da guerra naval seria o controlo das comunicações e não, como no caso da guerra terrestre, a conquista de territórios. Sendo as vias de comunicação marítimas comuns, em regra não se atacam as do adversário sem, ao mesmo tempo, defender as próprias¹⁰⁵. É relevante manter a segurança marítima de um dado país através do

¹⁰⁴ O mesmo aconteceu, anteriormente, com os impérios de Portugal, Espanha, Holanda, França, Inglaterra, Alemanha.

¹⁰⁵ Julian S. Corbett - *Some Principles of Maritime Strategy, in Roots of Strategy*. Book 4, ed. David Jablonsky. Publ. Stackpole Books, Mechanicsburg, PA, EUA, 1999. Pp 230-234.

controle das comunicações marítimas, as bases navais, os terminais das rotas comerciais, as áreas focais.

“O fim da Guerra Fria teve implicações nas estratégias marítimas e no planejamento naval. Uma vez que o declínio da ameaça que representava a marinha soviética, sendo de salientar os seguintes aspetos; a falta de verbas, quer para despesas correntes quer investimentos, navios que por falta de manutenção, entraram em deterioração, perda de reparação naval, perda de estabelecimento de ensino e de centros de treinos, reafirmação da tradicional ênfase dada a estratégia continental, em relação a marítima”¹⁰⁶.

O acréscimo de disputas territoriais e de confrontos regionais, subsequentes ao desmoronar da superpotência soviética, antes suprimida pela estabilidade do sistema bipolar.

A evolução da estratégia marítima, tanto ao nível nacional quanto ao nível global, é um assunto importante para a espécie humana e para o planeta. Essa avaliação é fortemente apoiada por dados amplamente conhecidos sobre a percentagem da superfície terrestre coberta pelos oceanos e sobre a população estabelecida perto das costas ou que se espera mudar para lá. Isso demonstra que o transporte marítimo continuará sendo o meio principal de transporte de mercadorias. Nas últimas décadas, o comércio marítimo internacional quadruplicou. Vale notar que o petróleo e seus derivados estão entre as principais cargas transportadas através do mar.

Os objetivos estratégicos dos Estados Unidos são:

- Proteger os Estados Unidos de um ataque direto confrontando ativamente, antecipadamente e a distâncias seguras, as ameaças;
- Proteger o acesso estratégico e reter a liberdade de ação ao assegurar que as regiões chave, as linhas de comunicação e as áreas globais comuns permaneçam acessíveis a todos;
- Fortalecer alianças e compromissos existentes e emergentes para enfrentar os desafios comuns;

¹⁰⁶ Mike L. Smith e Mathew R. H. Utley - *Tradition and innovation in maritime thinking, is The Changing Face of Maritime Power*. Macmillan Press Ltd, London, 1999, p.12.

- Estabelecer condições de segurança favoráveis ao reagir à agressão ou coerção dirigida aos parceiros ou interesses¹⁰⁷.

Do descrito acima se depreende que os últimos três objetivos dos Estados Unidos estão diretamente relacionados aos interesses nacionais do Golfo da Guiné. Também encontramos similaridades nas diretrizes básicas de “*preservar a liberdade dos mares, facilitar e defender o comércio, e facilitar o movimento de bens e pessoas desejáveis pelas fronteiras e ao mesmo tempo impedir pessoas e materiais perigosos.*”¹⁰⁸

Neste quadro político, a Estratégia de Segurança Nacional americana de 2010 (NSS)¹⁰⁹ apresenta as prioridades para a Política Externa da Região, com reflexos diretos nos aspectos da segurança regional, onde se destaca nomeadamente: Promover a estabilidade regional; Apostar na entrada destes mercados na economia global; A promoção da democracia; o envolvimento da região na guerra global contra o terrorismo e ainda a procura de novas fontes de energia¹¹⁰ e de novos mercados. Estas ações envolvem desde finais de 2007, o AFRICOM¹¹¹ pois que nas linhas de ação estratégica, na vertente económica, os EUA são um parceiro estratégico para o comércio do petróleo na região, uma vez que tencionam desenvolver uma estratégia de segurança energética global¹¹² na relação com os seus parceiros na região e adotando um desenvolvimento mais ativo nas dinâmicas securitárias do Golfo da Guiné.

As potências europeias interessadas na região estão apostadas numa estratégia de manter as suas influências políticas as pretensões económicas, os laços históricos, e a cooperação

¹⁰⁷ Departamento de Marinha dos Estados Unidos, Naval Operations Concept (Conceito de Operações Navais de 2006)(Washington, D.C.), pág. 7.

¹⁰⁸ Idem pág. 8.

¹⁰⁹ [http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf].

¹¹⁰ Um exemplo da interligação entre a estratégia de segurança dos EUA e a necessidade de controlar as fontes de fornecimento de petróleo é a base militar no Djibuti – a maior base norte-americana em África – que permite uma supervisão estratégica da zona marítima por onde passa cerca de um quarto da produção mundial de petróleo, sendo igualmente próxima do pipeline sudanês.

¹¹¹ O AFRICOM foi criado em Outubro de 2007 e encontra-se totalmente operacional (*Stand-alone Command*) desde Outubro de 2008. O AFRICOM vem unificar a abordagem norte-americana para o continente africano. As diferentes iniciativas em desenvolvimento em África, sob a autoridade dos dois Comandos Militares (Central e Europeu), foram centralizadas num único. Com um orçamento de 389 milhões de dólares para 2009, coloca o trabalho humanitário anteriormente efetuado pelo Departamento de Estado e a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID) sob direção do Departamento da Defesa. BERNARDINO, L. cit. 29, p. 12.

bilateral e multilateral, com especial enfoque para a França, Reino Unido, Espanha, Bélgica e Portugal, que continuam a procurar influenciar o desenvolvimento económico, político, diplomático e militar dos países da região, pois a influência estratégica, também é mantida pelo idioma e considera-se que a língua é um fator crucial de identidade político-cultural, uma vez que contribui para manter uma contínua e permanente presença político-estratégica no país. Na luta para garantir o acesso aos mercados, às potências europeias são agora concorrentes não só dos EUA, mas também das potências asiáticas como a China, pois o seu crescimento económico necessita de recursos naturais, especialmente energéticos, e os países do GG continuam a ser áreas de investimento económico preferencial¹¹³.

De acordo com as perspetiva Económicas na África, a União Europeia e os Estados Unidos são os principais mercados exportadores fundamentais para África, mas a China, o Brasil, a Índia e outras economias emergentes aumentaram substancialmente a sua parcela nas exportações do continente.

O principal propósito das operações navais é ganhar e manter o controle da atividade humana no mar, de forma que o uso do mar seja o meio de influenciar favoravelmente os acontecimentos em terra, face aos objetivos nacionais.

“Por outro lado os países do terceiro mundo, com o aumento das zonas marítimas jurisdicionais e os conflitos regionais, passaram a ter maiores responsabilidades e exigências quanto ao poder naval, porém constata-se que os países da região dificilmente conseguem garantir o controlo eficaz das suas águas territoriais, com evidentes reflexos negativos ao nível da economia, da soberania e colocando em risco a segurança nacional e regional, principalmente pela violação das fronteiras marítimas (deficientemente definidas nessa região), que muitas vezes são alvo da exploração ilegal e uso abusivo dos seus recursos. Além disso, a inadequada estratégia militar não fornece a segurança necessária para o Estado e para a proteção dos seus bens. Consequência imediata é o aumento da insegurança e a necessidade de se criarem mecanismos regionais que garantam a segurança das populações e dos interesses dos estados, pois que para ameaças mais complexas e em áreas geográficas maiores, estes não têm meios militares para as neutralizar”¹¹⁴.

¹¹³ Ibidem

¹¹⁴ Bernardino, L. - cit 29, p. 12.

Porém, os países da SADC têm feito vários esforços destinados ao estabelecimento de regimes integrados de defesa dos seus interesses marítimos.

Este objetivo está abrangido no artigo 5º do Tratado de 1992 que de acordo com estes propósitos têm procurado garantir a Defesa e Segurança dos seus mares:

- Alcançar o desenvolvimento e crescimento económico, aliviar a pobreza, reforçar os níveis e padrões de vida dos povos da África Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos através da integração regional;
- Desenvolver valores políticos, sistemas e instituições comuns;
- Promover e defender a paz e segurança Promover o desenvolvimento sustentável com base na autoconfiança e interdependência dos estados membros;
- Alcançar a complementaridade entre os programas e estratégias regionais e nacionais;
- Promover e maximizar empreendimentos produtivos e a utilização dos recursos naturais regionais;
- Alcançar o uso sustentável dos recursos naturais e proteção efetiva do meio ambiente;
- Reforçar e consolidar as longas afinidades históricas, sociais e culturais e ligações entre os povos da região.

“Além do Protocolo do SADC sobre a Pesca (SADC Fisheries Protocol), concluído em 2001 e entrado em vigor em 2003, o Protocolo da SADC sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia de 1996, entrou em vigor em 1998 determinam objetivos estratégicos marítimos e de cooperação no domínio da marinha”¹¹⁵.

A maior importância prática para as Marinhas de Guerra resulta dos trabalhos do Comité Permanente Marítimo (Standing Maritime Committee (SMC) da SADC. Este Comité foi

¹¹⁵ THOMASHAUSEN, André - **Interesses Marítimos e Direito Internacional na África Austral**. 1º Simpósio das Marinhas dos Países de Língua Portuguesa, Cadernos Navais N.º 26, durante a Conferência sobre – Julho - Setembro 2008.

estabelecido conforme as recomendações aprovadas em Março de 1995 em Gabarone, Botswana pelo Comité de Defesa e Segurança Interestadual (*Inter-State Defense and Security Committee ISDSC*)¹¹⁶ O SMC teve a sua primeira reunião em Julho de 1995 e tem o estatuto de sub- comité do Comité Operacional do ISDSC. O ISDSC faz parte do Órgão Para a Defesa e Segurança da SADC.

O SMC (Comité Permanente Marítimo – *Standing Maritime Committee*) da SADC tem como meta a realização do nível otimizado de cooperação militar marítima na região da África Austral e tem como seus objetivos:

- Assegurar a área marítima para garantir a liberdade das linhas de comunicação na região;
- Desenvolvimento e manutenção das capacidades navais na região;
- Desenvolvimento de capacidade naval para dar resposta a situações que requerem intervenção rápida;
- Ser um agente respeitado, capaz e vital para a integração regional e o desenvolvimento sustentável¹¹⁷.

4.3. O Protocolo Relativo à Segurança dos Interesses Vitais Marítimos dos Estados da CEEAC do Golfo da Guiné.

Este protocolo foi assinado em Kinshasa, em Outubro de 2009, é o instrumento jurídico da comunidade que adotou a estratégia de segurança dos interesses vitais das partes no Golfo da Guiné e tem o Centro Regional de Segurança Marítima da África Central (CRESMAC), como o órgão estratégico cuja missão é assegurar o controlo do espaço marítimo dos Estados Membros da CEEAC do GG, nomeadamente:

¹¹⁶Ver <http://www.navy.mil.za/SMC/default.htm>.

¹¹⁷ Idem

- Proteção dos recursos naturais e as zonas de pesca artesanal marítima;
- Segurança das vias marítimas;
- Luta contra:
- A imigração clandestina;
- O tráfico de drogas;
- A circulação fraudulenta das armas ligeiras de pequeno calibre;
- A pirataria e a tomada de reféns em mar;
- A poluição marinha;
- Navios fora das normas; e qualquer outra missão necessária para a aplicação da Estratégia.

Para fins da execução das missões acima, o CRESMAC conta com:

- a. Os Centros Multinacionais de Coordenação (CMC), órgão de Planificação e de aplicação operacional da Estratégia, a nível do Estado-Maior General das Forças Armadas de cada um dos quatro Estados Pilotos de Zona: Angola, Congo, Gabão, Camarões.
- b. Os Centros Operacionais da Marinha (COM), órgão de aplicação táctica da Estratégia. Situado em cada Estado-Membro.

A área de operações do CRESMAC compreende as águas nacionais dos seguintes Estados:

- Zona A: Angola; RDC. Estado piloto: Angola;
- Zona B: Congo; Sul do Gabão e RCA. Estado piloto: Congo;
- Zona D: Camarões; Guiné Equatorial; São Tomé e Príncipe; Chade. Estado piloto: Camarões.

O protocolo estabelece que “...na prossecução dos objetivos relativos à segurança dos interesses vitais no mar do COPAX no Golfo da Guiné, o secretário-geral da CEEAC coopera com a CEDEAO e com a CGG”.

Por força das resoluções 2018 (2011) e 2039 (2012) do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativas a segurança marítima no Golfo da Guiné, realizou-se a Conferência Interministerial da CEAAC, da CEDEAO e da CGG, com vista a preparação da Cimeira dos Chefes de Estado e de governo das regiões sobre a implementação das resoluções, de igual modo, o Conselho incentiva os a desenvolver, com o apoio das Nações Unidas e outros parceiros, uma estratégia regional e ações de harmonização no mar dos seus Estados-Membros, em desenvolvimento ou reforço da sua legislação para combate contra a pirataria.

A maioria dos países da região não têm quadros jurídicos adequados para operações no mar ou não adotaram políticas de luta contra a pirataria e assaltos à mão armada contra navios. Além disso, a falta de legislação marítima nacional não permitir que os estados regulem a cooperação com outros países ribeirinhos, especialmente no que diz respeito à detenção e julgamento dos criminosos. O desafio é o de estabelecer um quadro para a partilha de recursos técnicos e humanos, a adoção de disposições regulamentares apropriadas, mas também a adoção de mecanismos de financiamento previsível e recorrente para trazer esta estratégia de longo prazo.

De acordo com o Ministro da Defesa de Angola, Cândido Van-Dúnem, na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CEEAC, CEDEAO e da Comissão do Golfo da Guiné;

“Todos os esforços para estabilizar a situação nesta região devem ser desenvolvidos para que todos os Estados tirem dividendos positivos”.¹¹⁸

Durante a Cimeira, os Chefes de Estado e de Governo aprovaram o código de conduta relativo à prevenção e repressão dos atos de pirataria no mar e as atividades ilícitas marítimas na África Central e do Oeste.

¹¹⁸ VAN-DÚNEM, Cândido, Ministro da Defesa Nacional 2013. Em Conferência de imprensa que representou o Presidente José Eduardo dos Santos na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CEEAC, CEDEAO e da Comissão do Golfo da Guiné.

4.4. Estratégia Regional das grandes potências

A Região do Golfo da Guiné sendo considerada como espaço vital para o continente europeu e americano, fez com que esta zona se tornasse prioridade absoluta da política estrangeira das grandes potências, por exemplo os EUA foram responsáveis pela criação das ZOPACAS¹¹⁹ e visava a promoção da cooperação regional, a manutenção da Paz e da Segurança dos países que aderiram ao projeto.

De igual forma os EUA elaboraram um projeto denominado “*Guarda do Golfo da Guiné*”, que servirá para garantir uma segurança marítima acrescida na região e conseqüentemente aumentar o fornecimento de petróleo africano para os Estados Unidos para um patamar entre 25% e 35%, pois que atualmente situa-se nos 15% (do seu abastecimento) estando Angola e a Nigéria, como principais países que satisfazem tais necessidades energéticas.

Este projeto visa garantir a estabilidade e a segurança regional ao longo prazo, e tem os seguintes objetivos gerais:

- *“Melhorar a segurança física dos portos dos países do Golfo da Guiné;*
- *Incrementar o controle das áreas do litoral;*
- *Promover a Segurança coletiva e de cooperação marítima, para além das áreas do litoral;*
- *Estabelecer uma rede de comunicações e controlo dos navios e das suas movimentações;*
- *Exercer um controle particular e mais direto à Angola e Nigéria, os dois grandes produtores de petróleo no continente, cujo grau de importância geoestratégica é elevado, incluindo a sua influência regional e continental”*¹²⁰.

¹¹⁹ Proposta feita à ONU, pelo então Presidente brasileiro José Sarney de Araújo Costa (15 Março 1985 a 15 Março 1990) com o apoio do Presidente argentino Raúl Alfonsín Ricardo Foulkes (10 Dezembro 1983 a 05 Julho 1989). São os integrantes da ZOPACAS: América do Sul: Argentina, Brasil e Uruguai; África Meridional: África do Sul, Angola e Namíbia; África Equatorial: Camarões, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe e da África Ocidental: Benim, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

¹²⁰ BENY, E. – cit 95, p.68.

O EUA na sua Estratégia de Segurança Nacional de 2006 reconhece que a Segurança nacional de África depende das “*parcerias com os africanos de formas a fortalecer Estados frágeis e falhados e colocar áreas não governadas sob o controlo efetivo da democracia.*” (EUA, 2006). O Comando Regional vocacionado especificamente para África (AFRICOM) reflete uma evolução na política e estratégia americana para África.

Em síntese a estratégia americana está norteada por dois grandes princípios: assegurar o mais amplo acesso às fontes de energia e matérias-primas, e garantir o controlo de oleodutos e em geral das vias de transportes dos recursos para países emergentes (China, Brasil, Japão, Índia, Austrália) têm realizado crescentes intervenções de geoestratégia, geopolítica e geoeconomia com os países do Golfo da Guiné¹²¹.

Entre 2000 e 2011, as exportações africanas triplicaram, de 148.6 mil milhões de USD anuais para 581,8 mil milhões, de acordo com os dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED). Salientam-se duas tendências. Em primeiro lugar, a União Europeia e os Estados Unidos viram decrescer a sua quota das exportações africanas – de 47% em 2000 para 33% em 2011 no caso da União Europeia, e de 17% para 10% no caso dos Estados Unidos. Em segundo lugar, as economias emergentes aumentaram o seu comércio: a China aumentou a sua percentagem nas exportações africanas de 3,2% em 2000 para 13% em 2011; a Índia de 2,8% para 6%; o Brasil de 2% para 3% e a Federação Russa de 0,2% para 0,3%. As economias emergentes representaram 8% das exportações africanas em 2000, número que cresceu exponencialmente para 22% em 2011.¹²²

A China procura cada vez mais estabelecer acordos de longo prazo relativos a matérias-primas como petróleo o que leva os Estados Unidos a ficarem insatisfeitos com atitudes levadas a cabo por Pequim¹²³ por, minar o esforço de isolamento e as sanções norte-

¹²¹ BENY, E. – cit. 95, p.70.

¹²² http://www.africaneconomicoutlook.org/po/outlook/trade_policies/ acesso 11.11.2013

¹²³ Em 2006, o Council on Foreign Relations (CFR), no seu relatório acusa Pequim de apoiar (*Rogue States*), visando o Zimbabué e o Sudão, e de exercer a sua influência contra as pressões ocidentais que exigem dos Estados africanos uma melhoria dos direitos humanos e em matéria de boa governação.

americanas em países rivais, Estados falhados¹²⁴, em África e na Àsia Central. Estes estados são fontes não só da instabilidade política regional, mas também da instabilidade global.

A China tem sido o principal parceiro comercial de países cuja comunidade internacional recusa-se a fazer-lo, temos por exemplo a concessão de empréstimo dado pela China à Angola aquando da recusa pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), e tudo isso na ânsia de obter fontes estratégicas de recursos petrolíferos. Outro caso foi em 1997 aquando da guerra sangrenta de Cartum contra os rebeldes cristãos, Washington proibiu as empresas americanas de operar neste país da Àfrica Oriental, permitindo desta forma a China abastecer-se nas suas reservas de petróleo. Desde então, o Sudão tornou-se o maior projeto petrolífero da China em troca de fornecimento de armas¹²⁵ para o Sudão.

As transações comerciais entre a China e os países do Continente Africano triplicaram nas últimas três décadas, alimentando um surto que se esperava que levasse o crescimento africano, em 2005, ao nível mais alto dos últimos trinta anos.

É notório o valor da China para muitos países africanos com interesse no investimento e oportunidades de reconstrução, negócios em matérias tecnológicas, *know-how*, linhas de crédito, perdão de dívida, comércio, mão-de-obra especializada, pois apesar do seu interesse pelo acesso às concessões petrolíferas, trazem consigo a “esperança do desenvolvimento” com a construção de vias-férreas, escolas, estradas, hospitais, pontes e escritórios, bem como uma rede de fibra ótica.

¹²⁴ A ameaça por parte destes estados para a comunidade internacional advém da fraqueza dos seus governos. Como exemplo são apresentados a Somália, o Zimbábwe, o Sudão, o Chade, a República Democrática do Congo, o Iraque e o Afeganistão.

¹²⁵ O Material bélico (tanques, aviões de caça, bombardeiros, helicópteros, metralhadoras e lança-granadas, foguete) que alimentam a guerra civil entre o Sudão do Norte e o Sul do país, que já dura há duas décadas provem das receitas do petróleo, geradas em grande parte pelas atividades da companhia estatal China *National Petróleo Corporation* (CNPC).

Tabela 2- Fluxos de IDE para as Regiões Africanas (Mil milhões de USD, a preços correntes)

	2009	2010	2011	2012 (e)	2013(p)
Norte de África	16.4	13.8	5.8	10.2	10.8
África Ocidental	13.5	11.7	16.1	15.1	16.0
África Central	6.1	9.4	8.4	8.2	8.1
África Oriental	4.4	4.5	4.8	6.6	7.3
África Austral	12.3	3.7	7.6	9.5	14.3

Fonte: RIM 2012 da CNUCED; WEO do FMI para estimativas e projeções

(e) - estimativas (p) - projeções

Na tabela acima a África Ocidental é a região que tem atraído maior volume de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em 2012, estimado em 15.1 mil milhões de USD e sustentado, na sua maioria, por investimentos para a exploração de recursos naturais. O sector dos recursos naturais da Nigéria, Guiné, Gana e Níger atraíram 88% do total de IDE na região. O maior projeto de raiz anunciado em 2012 na Nigéria, destinado a aumentar a sua produção petrolífera, representa um investimento de quase 2 mil milhões de USD. Os outros projetos de raiz na Nigéria são na indústria transformadora, na informação e comunicação, demonstrando alguma diversificação dos investimentos.

Por seu lado o fluxo de IDE para a África Central estagnou, em 2012, nos 8 mil milhões de USD, o IDE para esta região concentra-se na República Democrática do Congo (RDC), República do Congo e Guiné Equatorial, devido aos recursos naturais da região. O mesmo se pode dizer da região da África Austral na qual os investimentos no sector petrolífero em Angola e no sector energético da África do Sul tenham aumentado devido ao investimento de algumas empresas como Exxon Mobil e o investimento chinês que continua a ser significativo, concentrando-se nos sectores do petróleo, agricultura e construção civil.

Porém tal como os EUA, a China tem-se preocupado com as Operações de Manutenção de Paz, como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tem apoiado e participado ativamente nas operações de manutenção da paz compatíveis com o espírito da Carta das Nações Unidas. Em 1990, o EPL fez uma importante inflexão e participa agora em missões da ONU, inclusive na luta contra o terrorismo, tráfico de pequenas armas ou de drogas e crimes transnacionais. Desde essa data, enviou 11.063 militares para participar em 18 operações de manutenção da paz das Nações Unidas (China RP, 2009: 39)¹²⁶. No continente African, participou em operações de manutenção da paz, nomeadamente; Costa do Marfim, Libéria, República Democrática do Congo, Eritreia e Shara Ocidental e tem disponibilizado efetivos para integrar forças de manutenção de paz em África.

Em 2004, contribuiu com 1500 elementos para as missões das Nações Unidas, incluindo a Libéria¹²⁷

Neste contexto, os quatro principais objetivos chineses para África centram-se nas seguintes metas:

- 1º Assegurar e diversificar o acesso ao abastecimento de energia e a outros recursos estratégicos para o desenvolvimento chinês (médio prazo);
- 2º Expandir o acesso aos mercados africanos, porta de entrada para os mercados ocidentais e, eventualmente, servir-se destes para se projetar nos mercados europeu e norte-americano (curto prazo);
- 3º Reduzir o espaço de manobra de Taiwan no plano internacional, bem como o seu reconhecimento (longo prazo);
- 4º Coordenar as estratégias políticas estrangeiras em fóruns multilaterais e construir uma visão comum dos assuntos globais (médio prazo).

Por fim cabe-nos questionar que face aos novos interesses de potenciais mundiais em África, será a política dos EUA e China no Golfo da Guiné coerente no apoio à escolha do melhor futuro para a Região do Golfo da Guiné?

¹²⁶ Desde 2006 mais de 3 mil chineses participaram nas operações de paz da ONU em África.

¹²⁷ Em apoio aos esforços da União Africana (UA) na manutenção da paz no continente, a China tem intensificado a sua assistência financeira e participação efetiva nas operações de manutenção da paz. No final de 2005, havia 843 militares chineses servindo em oito dessas operações, em África. Em Março de 2005, a China fora um dos primeiros países a designar um representante junto da UA.cit.por RÉPAS – cit.58, p.29.

Sabemos que, os EUA têm interesses estratégicos e económicos na Região, devido a sua dependência do ponto de vista do consumo de petróleo, é importante manter a segurança, no sentido da garantia do controlo das zonas de produção petrolífera, na estabilidade das “regiões vitais” e na tentativa de condicionar outros atores que possuam condições para emergir como polos do sistema político internacional.

Por sua vez, a estratégia de segurança da China não pode ser dissociada da estratégia global de desenvolvimento destes países da região da África Ocidental, pois apesar da China assumir o interesse das plataformas petrolíferas para garantir o seu desenvolvimento económico, a sua primeira prioridade é poder contar com uma zona limítrofe estável.

Tanto a China e EUA, com poderes económicos rivais, necessitam de recursos energéticos provenientes de África, para permitir a sobrevivência das suas indústrias. Igualmente, é do interesse geopolítico/geoestratégico da superpotência e da potência em ascensão condicionar as linhas de ação política, em virtude do facto de se desenvolverem fluxos de mercadorias e dinheiro que são de primordial importância para a prossecução do interesse de ambos.

A China tem-se mostrado útil para a estabilidade da região e retirar dividendos exercendo uma competição por poder e influência em todo o mundo através das ajudas externas aos países que necessitam do seu apoio, para umas áreas, mostrando-se competitiva noutras e, utilizado manobras de estratégia indireta (Sun Tzu) com os EUA, já que a prioridade da superpotência está mais vocacionada para os “*assuntos globais*” como o terrorismo internacional, novas formas de terrorismo global.

A transparência na gestão das receitas petrolíferas vai de certo modo determinar o desenvolvimento económico da região, é importante que os governante dos estados africanos melhorem os seus regimes jurídicos de formas a conferirem maior estabilidade e respeito aos direitos humanos e garantias dos cidadãos, de forma a todos poderem beneficiar dos atuais índices de crescimento proveniente das matérias-primas.

A criação da ASB (Standby Briades) com objetivo de monitorizar, observar, servir e prevenir conflitos, vai permitir que as organizações regionais com a supervisão da União Afri-

cana e em estreita colaboração com as NU de aumentar a capacidade de resposta em caso de ameaça a segurança regional.

Consequentemente, os EUA têm de despender elevados recursos com o posicionamento de tropas com a finalidade de garantir a proteção das linhas de comunicação marítimas para escoamento do petróleo (onze milhões de barris de petróleo/dia).

Por seu lado, a China necessita do petróleo para assegurar a continuidade do seu modelo de desenvolvimento económico, o que leva este país a estabelecer uma política, cujo principal objetivo é garantir os aprovisionamentos exteriores necessários para satisfazer a sua economia dependente de matérias-primas dos estados de África.

Para garantir o acesso aos recursos a China adotou em relação aos países produtores a política “*win-win*”, ou de “*ganhos mútuos*”, que a permita ter relações amigáveis e produtivas com todos, sem, contudo, antagonizar os EUA.

Nesta ótica torna-se necessário tanto para os EUA como para a China pautarem-se por relacionamentos baseados na flexibilidade e compressão e de elasticidade, visto que ambos procuram retirar os proveitos advindos da circulação marítima na Região do Golfo da Guiné.

Porém, não nos podemos esquecer que nesta região existem estados confrontados com crescentes dificuldades de governabilidade e com fracasso do seu sistema administrativo, na qual se verificam problemas internos, que provocam migrações em massa na zona fronteiriça aumentando desta forma as ameaças ao longo das fronteiras a nível regional e global. Estas ações agravam a condição de vida do resto da população, encoraja o crime organizado, o aparecimento de grupos armados, terroristas, ações de insurreição que visam a alteração do regime político.

Estas frações de crime organizado, aliado ao facto de parte da população se encontrar descontente com a extrema pobreza que vivem, leva a constituição de exércitos privado, do aparecimento de senhores da guerra, da insurreição e da tentativa de acesso ao armamento de forma ilegal (tráfico de armas) que por sua vez reacende o conflito.

Desta forma a Paz e Segurança tornaram-se numa prioridade estratégica não só para o continente africano, mas também, para a toda Comunidade Internacional, pois para que exista desenvolvimento sustentado¹²⁸ é necessário haver Segurança e Defesa, tanto a nível regional, como marítimo.

¹²⁸ Desenvolvimento sustentado é o desenvolvimento integrador das políticas ambientais, económicas e sociais, capaz de responder às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações vindouras darem resposta às suas próprias necessidades. (documentos de apoio a aula de integração territorial)

CONCLUSÕES

Iniciou-se a investigação, como o próprio título induz, partindo do pressuposto que o problema do petróleo e das matérias-primas é, antes de mais, um problema de riqueza e de poder, gerador de conflitos pela supremacia do seu controlo. E pela necessidade dos países na região enveredarem esforços no sentido traçarem uma estratégia marítima integrada para a referida zona.

Ao longo dos tempos, a Região do Golfo da Guiné tem sido um palco de cruzamento de várias etnias e civilizações. Sendo um espaço em torno da qual se tem discutido assuntos ligados a área de defesa e segurança dos Estados costeiros, e não só, essa região tem atraído as atenções das várias potências como os EUA e a China.

Atualmente, o petróleo apresenta-se-nos como o elemento-chave da configuração das relações de forças, em virtude de ser um recurso natural não renovável, porém, os EUA maiores consumidores e importadores de petróleo, basearam o seu desenvolvimento económico e a sua supremacia mundial, durante as últimas décadas do séc. XX, constituindo um dos seus pilares do poder, mas também uma das suas raras fraquezas. Com efeito, a sua dependência em relação ao petróleo e aos produtos importados permite que estes encarem a Região do Golfo da Guiné como uma zona de interesse estratégico vital, que fazem questão de controlar.

A tipologia de conflitos e de violência que se observa nesta Região, bem como as civilizações que nela convivem, as assimetrias económicas entre as populações, o nível de vida, a insegurança sentida na região, bem como as diferenças culturais existentes, levam a concluir que há razões para que a comunidade internacional se preocupe, visto que essa zona é para muitos estados de “*interesse vital*”.

A importância que esta região possui, advém do facto da conjugação das peculiaridades geográficas, com a existência de recursos como diamantes e petróleo e matérias-primas essenciais às economias ocidentais, além de ser um local de passagem das rotas marítimas, e por conferir a possibilidade de ser uma fonte alternativa de reabastecimentos de derivados do petróleo. A importância que daí resulta e conjugada com os fatores de instabilidade

que coexistem nessa região, pode colocar o acesso a esses recursos em risco, têm projetado a Região do Golfo da Guiné para fora dos seus limites e atraído o olhar do Mundo.

Porém, a realidade da maioria dos países desta região têm atraído preocupações tanto a nível regional como da comunidade internacional, no que concerne a: altas taxas de crescimento demográfico; aumento da taxa de desemprego; manifestações de desagrado da política vigente; problemas relacionados com direitos humanos, nomeadamente com a igualdade entre géneros; manifestações de radicalismos islâmicos; ações de terrorismo mascarado de ideológico-religioso, mas com motivos políticos; economias pouco diversificadas e muito voltadas para a exploração de recursos naturais; corrupção; crime organizado e regimes políticos que não têm privilegiado as necessárias aberturas democráticas.

Para além dessas realidades existem outras, que têm mobilizado os esforços das Organizações Internacionais, bem como das Organizações Regionais dos países pertencentes a essa região, e não só, para a sua resolução ou mitigação, o que conduz a um reforço comum.

Os conflitos intraestatais, mais notórios na Nigéria (Delta do Níger), mas existindo, também, na Costa Somalis e Golfo de Àden, têm consumido tempo e recursos. Porém, nem sempre têm sido utilizados os melhores instrumentos, por esses países, para materializarem esses esforços, o que por vezes levam à desconfiança se eles pretendem, na verdade, a resolução dos problemas evocados ou se visam outros objetivos antagónicos. Esta dúvida objetiva-se, por exemplo, nas iniciativas de combate ao terrorismo, levadas a cabo por esses países, e que por vezes as suas ambições são diferentes, que nada tem a ver com o interesse da região em questão.

Contudo, quaisquer estratégias que visem a promoção de medidas de desenvolvimento e de estabilidade, contribuintes para um clima de segurança regional, terão de ser precedidas por outras que visem a resolução dos problemas intraestatais e inter-estatais, já aqui identificados.

Assim, por tudo quanto foi dito, conclui-se que existe uma relação biunívoca entre a insegurança regional, alicerçada nas ameaças e riscos que emergem nos países do Golfo da Guiné, e a instabilidade política, social, económica e ambiental que aí se vive. Por isso, quaisquer estratégias a implementar e que procurem o incremento da segurança na Região,

deverão ter em conta as dimensões política, social, económica e ambiental, mas também a militar, esta por ser aquela que os países africanos mais usam e abusam, nas respostas aos problemas por si identificados como de segurança.

O valor atribuído à estabilidade e à segurança regional resulta, em grande parte, da importância que a Região do Golfo da Guiné representa para a economia e para o desenvolvimento dos países, e do valor estratégico que ele tem para a economia mundial.

Nesse contexto, Angola é um dos países mais interessados em participar ativamente na formulação de estratégias promotoras do desenvolvimento, da estabilidade e da segurança na região, criando bivalências com as organizações regionais e regionais africanas, no que tange a afirmação regional que são basilares na política externa.

Torna-se vantajoso para os países desta região assumir essa abertura, de forma a promover o seu desenvolvimento económico, pois para garantir a Segurança e Defesa desta região é necessário implementar projetos onerosos, para os quais é imprescindível investimentos iniciais e é com a ajuda das grandes potências, e com exportação dos seus recursos, que os países de África podem encontrar a fonte de financiamento. E sendo a Região do Golfo da Guiné um espaço onde as potências competem devido a necessidade de recursos daí advindos, as estratégias de investimento centradas nessa região, que visem o desenvolvimento, acompanhado de reformas interiormente assumidas, tais como políticas, económicas, sociais, promotoras da estabilidade e, conseqüentemente, da segurança regional, é uma mais-valia para os países.

Torna-se cada vez mais evidente para os estados desenvolvidos, que os países africanos pretendem afirmar-se a nível regional, e resolverem por si mesmos os seus problemas internos e, para tal é necessário que se viabilize uma estratégia marítima regional, bem como se reforce a capacidade científica e tecnológica de forma a potenciar e garantir o uso sustentado dos seus recursos.

As organizações regionais têm conseguido manter a estabilidade na zona, procurando desenvolver ações militares em países africanos como: Serra leoa, Guiné Bissau, Libéria, RDC, Costa do Marfim, RCA, Lesoto e Sudão, na qual Angola tem mandado as suas tropas de intervenção integrada na SADC e na RDC. Nesta senda, a Segurança em África tem

sido vista como prioritária para os africanos, podendo ser assessoradas pelas Organizações Internacionais e outros organismos não estatais.

Um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento na Região é de certa forma o receio que os Estados têm demonstrado relativamente à perda da soberania, com a existência de um processo de integração mais acentuado, e o facto de se confundir a soberania estatal com a Segurança da região. Por conseguinte, é preciso termos presente que a transferência da soberania, por si só, não resolve a questão. Esse processo deverá ser acompanhado de políticas eficientes.

As raízes das crises securitárias que giram em torno da África são assuntos internos de cada estado e resultam das políticas seguidas por estados fracos, por isso, a adoção de uma estratégia de segurança comum é suscetível de fomentar e pressionar os Estados-membros a procurarem em conjunto às soluções para os seus problemas.

Assim, esta dificuldade tem de ser ultrapassada através da mudança da mentalidade da estrutura no poder, e pela perceção do interesse comum. Enquanto isso não for possível, torna-se difícil a manutenção da segurança coletiva regional, podendo, contudo, firmar-se uma segurança cooperativa, caminho que atualmente os estados da região seguem, face à conjuntura existente. Nesse contexto, a ONU, através da UA tem tentado promover políticas comuns entre as Organizações Regionais Africanas (CEDEAO, CEEAC e CGG) que possam contribuir para a segurança, desenvolvendo iniciativas conjuntas de cooperação, para melhorar o desenvolvimento económico e social, impulsionar as reformas políticas, garantir a proteção das suas plataformas marítimas e implementar a reforma do sector de Segurança e da Defesa.

Estando no fim do trabalho, sentimo-nos aptos a dar resposta à pergunta de partida, que é: **“Que estratégias devem ser implementadas pelas Organizações Regionais Africanas (ORA) dos países pertencentes ao Golfo da Guiné para promoverem a Defesa e a Segurança efetiva na Região?”**

As estratégias a implementar pelas ORA, com vista à promoção da Segurança efetiva na Região do Golfo da Guiné, deverão estar ligadas às reformas política, económica, militar,

social e ambiental; as relações entre os estados das várias organizações devem ser estabelecidas sob os princípios da cooperação; na implementação das suas políticas referentes a segurança devem contemplar, de preferência, OI de reconhecido valor, como a ONU e a UA; procurem o desenvolvimento e a estabilidade regional com vista à consolidação de um sentimento efetivo de segurança no seu todo, bem como:

- A melhoria das condições económicas e sociais da população;
- A garantia da estabilidade política de cada regime;
- O desenvolvimento da estabilidade das relações entre as várias frações da sociedade, promoção de iniciativas de participação conjunta que promovam a confiança e o sentimento do comum;
- A promoção do desenvolvimento sustentado através da iniciativa privada.

Por fim, cabe-nos afirmar que a evolução da cooperação no domínio da Segurança na região do Golfo da Guiné vai depender da vontade política e da capacidade dos estados no envolvimento da sociedade civil na discussão e implementação de políticas previamente acordadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, Chris; ROGERS, Paul, SLOBODA, John - **As ameaças do mundo atual**. Alterações climáticas. Escassez de recursos. Marginalização. Militarização. Terrorismo. 1ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 2007.

ABREU, F. - **Fundamentos de estratégia militar e empresarial**. Lisboa: Silabo, 2002.

ADRIANO, M. - **Teoria das Relações Internacionais**. Coimbra: 7ª ed. Almedina, 2007.

ANTÓNIO, Nelson Santos - **Economia e Gestão Chinesas. Aspetos Fundamentais**. 1ªed., Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

BAYLIS, John, SMITH, Steve - **The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations**. 3rd ed. with corrections. New York: Oxford University Press, 2006.

BENY, E - **A Nova Geopolítica do Petróleo: do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné**. Lisboa: Novo Imbondeiro, p. 113, 2007.

BERNARDINO, L. - **Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa**. Lisboa: Prefácio, 2011.

BERNARDINO, Luís - **Estratégia de Intervenção em África: Uma década de Segurança e Defesa na comunidade dos países de língua portuguesa**. ed. Prefácio, 2008.

BERNARDINO, Luís - **A Posição de Angola na Arquitetura de Paz e Segurança: Análise da Função Estratégica das Forças Armadas Angolanas**. ed. Almedina ,2013.

BESSA, António Marques - **Continentalidade e maritimidade, Estudos sobre a China**. Lisboa: ISCSP, 2005.

BILLION, Philippe Le - **The political ecology of war: natural resources and armed conflicts**. *Political Geography*, 2001, Pág. 561-584.

BONIFACE, Pascal - **Atlas das Relações Internacionais**. Lisboa: Edições Plátano, ano 2000.

BORGES, J. V. - **Portugal e o Mediterrâneo: uma visão geopolítica**. . Lisboa: Revista Segurança e Defesa Diário de Bordo, 2008.

BRITO, Rui Miguel de Sousa - **Implicações Estratégicas do Crescimento Chinês na Região Àsia-Pacífico**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2009.

CARDOSO, Pedro - **Segurança Interna**. in POLIS, Enciclopédia verbo da Sociedade e do Estado, Volume 5, Lisboa, p. 632, 1987.

CARVALHO, Jorge Silva, - **Segurança Nacional e Informações**, in Segurança e Defesa, Lisboa, Novembro, p. 90, 2006.

CHICHAVA, J. (s.d.) - **As vantagens e desvantagens competitivas de Moçambique na Integração Económica Regional**, 2005.

CHINGULI, O. E. - **Segurança Regional em Àfrica**. editorial nzila, 2008.

CORREIA, Pedro de Pezarat - **Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Análise Geoes-tratégica de um Mundo em Conflito**. Vol. II, Coimbra: Quarteto Editora, 2003.

CORREIA, Pedro Pezarat - **A Tendência para a Privatização da Violência. In Janus 2005: Anuário de Relações Exteriores**. Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa, 2005, p. 128-129.

COUTO, Abel Cabral - **Uma nova base conceptual para a Estratégia; Grandes Estrategistas Portugueses: Antologia**. Lisboa: Edições Sílabo, 2007, p. 295-314.

CUNHA, Luís. - **China: Cooperação e conflito na questão de Taiwan**. Lisboa: Prefácio, 2008.

DOUGHERTY, James E., PFALTZGRAFF Jr., ROBERT L. - **Relações Internacionais: As Teorias em Conflito**. Lisboa: Grádiva, 2003.

ELIAS, F. L. - **A segurança coletiva internacional pós-intervenção do Iraque**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Direito Internacional, p. 376, 2004.

ESCORREGA, L. C.- **A Segurança e os “Novos” Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias**. Revista Militar, p. 2491/2492, Setembro de 2009.

FONTOURA, L. - **Segurança e Defesa Nacional: Conceito Estrategico**. Almedina, p.95, 2013.

GARCIA, F. P. - **As Ameaças Trasnacionais e a Segurança dos Estados: Subsídios para o seu Estudo**. Março de 2006, pp. 339-374.

- GARCIA, Francisco - **Da Guerra e da Estratégia**. Relatório de Agregação, Volume 1, Instituto de Estudos Políticos- Universidade Católica Portuguesa (UCP), Lisboa, pp 147-149, 2007.
- GIPOULOUX, F. - **A China do Séc XXI. Uma nova superpotência?** .Lisboa: 1ª ed. Instituto Piaget, 2005.
- GOMES, R. F. - **A Defesa dos Interesses de Portugal no Espaço Estratégico do Interesse Nacional Conjuntural**. Dissertação para a obtenção do grau de MESTRE em Estudos da Paz e da Guerra. Portugal: UAL, Março 2010.
- HOBBSBAWM, Eric - **Globalização, Democracia e Terrorismo**. 1ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 2008.
- HUNTINGTON, Samuel P. - **O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial**. 1ª ed., Lisboa: Gradiva, 1999.
- KAGAN, Robert - **O Paraíso e o Poder: A América e a Europa na nova Ordem Mundial**. 1ª ed. Lisboa: Gradiva, 2003.
- KISSINGER, Henry - **Diplomacia**. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 2002.
- KISSINGER, Henry - **Precisará a América de uma política externa**. 1ª ed. Lisboa: Gradiva, 2003.
- KUNSTLER, James Howard - **O fim do petróleo. O grande desafio do século XXI**. 1ª ed., Lisboa: Editorial Bizâncio, 2006.
- KUPCHAN, C. - **Concerts, collective security, and the future of Europe**. International Security, n.º16 (summer), p.48, 1991.
- LAURENT, É. - **A face oculta do petróleo: A mentira, a manipulação, a corrupção**.1ª ed., Temas e Debates, 2007.
- MAHAN, A. T. - **The Influence of Sea Power Upon History**. 1660-1783. 1890. 2ªEd. Boston Little: Brown and Company, 1890.
- MALTEZ, J. A. - **Princípios de Ciência Política Introdução à Teoria Política**. Lisboa: 2ª Edição, ISCSP, pag. 52, 1996.

MOITA, Luis - **Os conflitos dos últimos 25 anos** (II). in JANUS 2005 – Anuário de Relações Exteriores, Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL. [Em linha]. Artigo_janus2005_4_1_2. [Consult. Abril 2013]. Disponível em <<http://www.janusonline.pt>

MOITA, Luis - **A propósito do conceito de Império**. in JANUS 2005 – Anuário de Relações Exteriores, Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e publicado na revista “Nação e Defesa”, nº 110, Primavera 2005, 3ª Série. [Em linha]. Artigo_MAISJanusOnline_pg_4. [Consult. Maio 2013]. Disponível em <<http://www.janusonline.pt> >.

MOITA, Luis - **Nova diplomacia: paradigma, atores, espaços**. in JANUS 2006 – Anuário de Relações Exteriores, Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL. [Em linha]. Artigo_janus2006_3_b. [Consult. Março 2013]. Disponível em <<http://www.janusonline.pt>

MOREIRA, Adriano - **Teoria das relações Internacionais**. 1ª ed., Coimbra: Edições Almedina, 2002.

NYE, Joseph S. Jr. - **Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História**. 1ª ed., Lisboa: Gradiva Publicações, 2002.

NYE, Joseph S. Jr. - **O paradoxo do Poder Americano**. 1ª ed., Lisboa: Gradiva, 2005.

OLIVEIRA, Elias Chinguli - **Segurança Regional em África**. Editora Nzila, 2008.

PINTO, Maria do Céu - **O papel da ONU na criação de uma Nova Ordem Mundial**. Prefácio, 2010.

RÊPAS, P. J. - **EUA e CHINA: A disputa pelo Petróleo**. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas, 2010.

RIBEIRO, J. - **Política do Golfo da Guiné**. Jornal de Angola, http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/golfo_da_guine_debate_assaltos acesso aos 10.11.2013.

ROBOREDO, N. - **A Evolução do Conceito de Segurança e as Implicações nas Operações Militares no século XXI**. Lisboa: IESM, 2010.

RUDZIT, Gunther – **O Debate Teórico em Segurança Internacional: Mudanças Frente ao Terrorismo?**. Civitas Revista de Ciências Sociais. Vol.5, nº 2 (2005) p.299.

SACHETTI, A. E. - **Segurança e Defesa (1996-2000)**. Lisboa: Ed. Comissão Cultural de Marinha, pag. 18, 2000.

SANTOS, J. A. - **Reflexões sobre Estratégia. Temas de Segurança e Defesa**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2000, pag. 26.

SANTOS, L. d. - **As guerras que já aí estão e as que nos esperam se os políticos não mudarem**. Mem Martins: Publicações Europa-América, pag. 375, 2009.

SNYDER, C. A. - **Contemporary Security and Strategy**. Macmillan Press, p.105. 1999.

TOMÉ, Luís Leitão - **11 de Setembro – Consequências estratégicas para a Àsia– Pacífico**. Ed. JANUS 2003 – Anuário de Relações Exteriores, Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e jornal Público: 174-175.

TOMÉ, Luís Leitão - **A dissimetria dos EUA e a Guerra Assimétrica**. In Janus 2005: Anuário de Relações Exteriores. Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa: 130.

THOMASHAUSEN, A. - **Interesses Marítimos e Direito Internacional na Àfrica Austral**. 1º Simpósio das Marinhas dos Países de Língua Portuguesa, Cadernos Navais N.º 26, 2008.

VANDUNEM, Belarmino - **Prevenção de Conflitos em Àfrica: da Organização da Unidade Africana à União Africana**. Ed. Coleção Sociedades Africanas, 2007.

WIGHT, Martin, Western Values. Et al. - **Diplomatic Investigations**. London: Allen and Unwin, 1966.

WHITE HOUSE - **The National Security Strategy of the United States of America**, 2006 [Em linha]. Washington D.C. [Consult. Novembro 2013]. Disponível em <<http://www.whitehouse.gov/administration/eop/nsc/transnationalcrime/partnerships>>